



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS SANTOS

**O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS ESTATAIS DE COARI-AM, EM TEMPOS DE PANDEMIA DA
COVID-19**

MANAUS-AM

2022

FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS SANTOS

**O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
ESTATAIS DE COARI-AM, EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Perales Mendes Silva

MANAUS-AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237t Santos, Francisca Trindade Pereira dos
O trabalho dos/as assistentes sociais em instituições públicas
estatais de Coari-AM, em tempos de pandemia da COVID-19 /
Francisca Trindade Pereira dos Santos . 2022
146 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Márcia Perales Mendes Silva
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalho profissional. 2. Transformações contemporâneas do
trabalho. 3. Assistente social. 4. Pandemia da COVID-19. I. Silva,
Márcia Perales Mendes. II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS SANTOS

**O TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
ESTATAIS DE COARI-AM, EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**

Aprovado em:31 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Márcia Perales Mendes Silva
Presidente

Prof^ª. Dra. Lidiany de Lima Cavalcante
Membro interno

Prof^ª. Dra. Márcia Irene Andrade Mavignier
Membro externo

*Dedicado,
Ao Deus vivo, invisível mais real. Minha torre forte, Rocha
inabalável que me sustenta e me faz alcançar lugares mais altos.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de fazer menção ao sentimento que estou sentindo enquanto penso nas palavras e pessoas que estiveram presente e contribuíram para que esse momento chegasse, misto de sensações de alegria, alívio, gratidão, lágrimas. Consegui! e não sozinha, glória a Deus, foram muitas pessoas, tantas que não daria para relacioná-las todas aqui. Por isso, primeiramente, minha gratidão ao meu Deus pela força, esperança e tudo mais, obrigada Senhor!

Ao meu filho Pedro Henrique, por estar na torcida e sempre com uma palavra de encorajamento pra me dá, essa jornada valeu a pena com e por você, obrigada Filhão!

À minha orientadora, Professora Dra. Márcia Perales, por ter se disposto a caminhar comigo nessa construção; pelo aprendizado, por mesmo com fadiga e cansaço após a covid-19 dispensou tempo para me orientar de modo virtual, e também pela confiança depositada em mim, obrigada Professora!

Às Professoras Dra. Lidiany Cavalcante e Dra. Marcia Irene Mavignier, pelas importantes contribuições para a construção deste trabalho na Banca de Qualificação e na Defesa, as senhoras foram fundamentais nessa construção, muitíssimo obrigada Professoras!

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), juntamente ao corpo de Docentes do Programa, pelo conhecimento e crescimento intelectual, obrigada a todos!

Meu especial agradecimento à professora Dra. Yoshiko Sasaki pelo companheirismo e aprendizado nesse percurso, especialmente durante o Estágio Docente, obrigada pelas discussões, apontamentos e ensino; pessoa e profissional grandiosa, minha gratidão!

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), que eu fui bolsista por dois anos e obtive prorrogação por mais três meses por conta da pandemia, gratidão pelo incentivo à produção científica e apoio aos discentes da Pós-Graduação do Estado!

Aos/às profissionais Assistentes Sociais participantes da pesquisa, pela colaboração, disposição e apoio indispensáveis para a realização deste trabalho, muitíssimo obrigada!

Ao Grupo de Oração da Raiz IV; a Jacy Gilona; aos Pastores Américo e Joelma Brasil; ao Missionário Francisco, pelas orações intercessoras a Deus para que eu concluísse este trabalho, muitíssimo obrigada!

À Etiane Valente, mestranda do PPGSS, pela solidariedade humana e acadêmica no partilhamento de aprendizado, obrigada colega!

Aos meus colegas de mestrado, Turma 2020, pelas parcerias e auxílios no decorrer desses dois anos, apesar da pandemia da covid-19 ter impedido nosso convívio presencial, foi possível contribuirmos uns com os outros, obrigada gente!

Às minhas irmãs Francisca Socorro e Francirlei, pelas orações, torcida e alegria por essa conquista, agradeço “minhas manas”!

À minha sobrinha Thays Santos, pela colaboração com a informática, companhia e torcida pela finalização do trabalho, obrigada sobrinha!

À Professora Msc. Tânia Valéria Custódio, pela preliminar avaliação deste projeto e também pelas sugestões valiosas, agradeço de coração!

À Mestra Ruth Pereira de Melo, pela parceria na trajetória de aprovação para o mestrado, antes e após ele também, obrigada amiga!

À Assistente Social Shirlene Oliveira, colega de graduação que se tornou amiga, a sua participação e apoio foram essenciais nesse contexto, não tem palavras que externem o carinho e respeito que demonstrou por mim ao se empenhar, articular, realizar levantamentos exploratórios para me ajudar, obrigada! obrigada! obrigada!

RESUMO

O trabalho dos/as assistentes sociais em instituições públicas estatais do município de Coari, interior do Amazonas, principalmente a partir do enfrentamento da pandemia de covid-19 é a questão central abordada nas análises deste trabalho. A partir da centralidade no trabalho dos/as assistentes sociais com a pandemia realiza-se uma contextualização analítica das transformações contemporâneas no mundo do trabalho ocorridas no cenário geral e as suas manifestações para o profissional de Serviço Social. Para a realização dessa análise, elegeu-se três categorias analíticas centrais: primeiro, transformações contemporâneas no mundo do trabalho; segunda, trabalho profissional do assistente social; e por último, os fundamentos do Serviço Social. Assim, o objetivo geral se estrutura em analisar de que forma vem sendo desenvolvido o trabalho do assistente social em instituições públicas estatais de Coari-AM, especialmente no período pandêmico. Nesse sentido, a abordagem teórico-metodológica utilizada é a perspectiva da teoria social crítica, a partir de um recorte na constituição da profissão no contexto brasileiro, a partir da década de 1980. A realização da pesquisa consolida-se de forma relevante para o município de Coari e para os profissionais de Serviço Social, como também para a comunidade acadêmica. Diante disso, com o resultado da pesquisa foi possível verificar que o trabalho profissional dos/as assistentes sociais nas instituições públicas estatais de Coari no Amazonas não se mostrou diferente das condições e relações de trabalho a que estão expostas a classe trabalhadora do contexto nacional. A realização do trabalho para os/as assistentes sociais se constitui em meio a interesses contraditórios e moventes, exigindo cada vez mais desse profissional uma postura crítica, condição que se mostrou ainda mais fortalecida com a pandemia da covid-19. Dessa maneira, as manifestações que impactam a realização do trabalho dos/as assistentes sociais nas instituições estatais de Coari no contexto pandêmico são o afastamento e/ou redução das atividades presenciais, e a predominância do trabalho remoto, ainda assim, apesar da redução das atividades presenciais, nesse período houve aumento do trabalho para os/as assistentes sociais, revelando que a partir deste cenário a estrutura organizacional do trabalho foi alterada.

Palavras-chave: Trabalho profissional. Transformações contemporâneas do trabalho. Assistente social. Pandemia da COVID-19.

ABSTRACT

The work of social workers in state public institutions in the municipality of Coari, in the interior of Amazonas, mainly from the face of the covid-19 pandemic, is the central issue addressed in the analyzes of this work. From the centrality of the work of social workers with the pandemic, an analytical contextualization of the contemporary transformations in the world of work that occurred in the general scenario and their manifestations for the Social Work professional is carried out. To carry out this analysis, three central analytical categories were chosen: first, contemporary transformations in the world of work; second, professional work of the social worker; and finally, the fundamentals of Social Work. Thus, the general objective is structured in analyzing how the work of the social worker has been developed in state public institutions in Coari-AM, especially in the pandemic period. In this sense, the theoretical-methodological approach used is the perspective of critical social theory, based on a cut in the constitution of the profession in the Brazilian context, from the 1980s onwards. of Coari and for Social Work professionals, as well as for the academic community. In view of this, with the result of the research, it was possible to verify that the professional work of social workers in state public institutions in Coari, Amazonas, was not different from the conditions and labor relations to which the working class in the national context is exposed. Carrying out work for social workers is constituted in the midst of contradictory and moving interests, increasingly demanding a critical attitude from these professionals, a condition that was even more strengthened with the covid-19 pandemic. In this way, the manifestations that impact the performance of the work of social workers in the state institutions of Coari in the pandemic context are the removal and/or reduction of face-to-face activities, and the predominance of remote work, even so, despite the reduction of activities in face-to-face meetings, during this period there was an increase in the workload of social workers, revealing that the organizational structure of work was altered based on this scenario.

Keywords: Professional Work. Contemporarytransformationsofwork. Social Worker. Covid-19 pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do Município de Coari	50
Figura 2	Município de Coari vista de cima.	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantitativo de bairros, escolas municipais, estaduais e UBSs da Zona Urbana	52
Quadro 2: Síntese de Informações Quantitativas do Município de Coari	56
Quadro 3: Quantitativo de Assistente Sociais por instituição, esfera governamental e vínculo empregatício	66
Quadro 4: Perfil geral dos/as assistentes sociais das instituições	70
Quadro 5: Perfil profissional dos/das assistentes sociais entrevistadas nas instituições	75
Quadro 6: Principais autores e legislações	98

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Distribuição de assistentes sociais por esfera institucional em Coari

67

LISTA DE SIGLAS

CETI	Centro Educacional de Tempo Integral
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
D-M-D'	D-M-D' Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro acrescido do mais valor
ESF	Estratégia Saúde da Família
FMT	Fundação de Medicina Tropical
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
HRC	Hospital Regional de Coari
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
NASF	Núcleo Ampliado de Saúde da Família
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SMDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SEMED	Secretaria Municipal de Cultura e Educação
SEMEL	Secretaria Municipal de Esporte
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
SAR-COV-2	Coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (sigla do inglês)
TFD	Tratamento Fora de Domicílio

TIC Tecnologia da Informação e Comunicação

TJAM Tribunal de Justiça do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL.....	22
1.1 Transformações contemporâneas do mundo do trabalho no contexto brasileiro: uma discussão necessária.....	22
1.2 Trabalho e Serviço Social: uma relação orgânica?	28
1.3 Sem fundamentos não há procedimentos: os avanços e desafios do Serviço Social.....	37
CAPÍTULO 2 - COARI E SEUS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ASSISTENTE SOCIAL.....	47
2.1. O município de Coari: trajetória histórica de constituição da cidade.....	47
2.2. Aproximação ao lócus: Coari e o Serviço Social.....	57
2.3. As instituições públicas estatais e seus espaços para atuação profissional.....	63
CAPÍTULO 3 – EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICASESTATAIS DE COARI/AMAZONAS.....	69
3.1. Transformações contemporâneas e seus impactos no cotidiano do trabalho profissional.....	69
3.2. O trabalho do Assistente Social nas Instituições Públicas Estatais de Coari: antes e a partir da crise pandêmica da Covid-19.....	80
3.3. Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: construindo o trabalho do assistente social nas instituições públicas de Coari.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICES.....	117
ANEXOS.....	128

INTRODUÇÃO

O processo histórico de desenvolvimento da sociedade de classes a partir da formação do sistema capitalista de produção trouxe transformações globais ao mundo do trabalho que, por sua vez, exigiram nova intervenção por parte do Estado. Entender essa conjuntura histórica é fundamental para a compreensão da profissão de Serviço Social, o seu significado e sua importância para a sociedade.

Neste sentido, o trabalho profissional do assistente social desenvolveu-se a partir da divisão social e técnica do trabalho, com o desenvolvimento capitalista de produção e a expansão urbana, trazendo consigo a emergência de novas formas da questão social, a qual se tornou a base para a demanda desse trabalho especializado.

Este estudo tem como tema o trabalho profissional do assistente social em instituições públicas estatais em Coari, município do Amazonas, de onde sou natural, sendo o centro de nossa análise o contexto desse trabalho profissional no período de efervescência da pandemia de Covid-19 (2020-2022) no município. A escolha deste tema teve como principal motivação as transformações societárias ocorridas no mundo do trabalho e, por conseguinte as inflexões destas ao trabalho do assistente social na atualidade.

Destaca-se que este estudo compreende o serviço social como trabalho profissional, embora se tenha o entendimento de que serviço social como trabalho não é uma posição homogênea no interior da categoria profissional, havendo a esse respeito, discussões e controvérsias. Todavia, a partir do pensamento de Marilda Iamamoto, embasado na perspectiva de Karl Marx, apreende-se o serviço social como trabalho, essa posição não é apenas uma mudança de nomenclatura, mas o aporte de uma nova concepção articulada às transformações ocorridas no mundo do trabalho e nos processos de trabalho na atualidade, as quais trazem exigências novas para a profissão de Serviço Social.

Isso nos remete a entender a profissão hoje como uma categoria de trabalho, afirmando-a como uma especialização do trabalho, ou seja, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade (IAMAMOTO, 2000).

Desse modo, o trabalho profissional do assistente social se efetiva no processo que envolve a manutenção da vida em sociedade, relacionado diretamente na medula central do movimento societal, identificada aqui como as relações entre as classes sociais por meio do trabalho, o que faz com que a constituição do trabalho do assistente social seja permeada de tensões internas e externas ao exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

Essas tensões configuram-se como grandes entraves na consolidação e fortalecimento da profissão de Serviço Social articulado ao projeto ético-político da profissão, seus fundamentos e normativas legais, o que pode, muitas vezes, inviabilizar no campo operacional a efetivação das conquistas alcançadas ao longo da trajetória da profissão no contexto brasileiro.

A conjuntura política do Brasil na atualidade é fator agravante para a análise do trabalho, pois a realidade apresentada desde o ano de 2016 com a Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União; da Lei 13.429/2017 que regulamenta a terceirização das atividades no país, como também, a constituição do Plano Plurianual (PPA) que orientou os Orçamentos da União para o exercício de 2019–2022, momentos que expressam o processo de reformas nas condições previdenciárias que afetam os direitos trabalhistas conquistados e garantidos na Constituição de 1988.

Outro fator incontestável de agravamento às relações de trabalho no contexto atual se constitui na Pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2) que se disseminou ao nível mundial e nacional entre dezembro de 2019 e março de 2020, perdurando até o período de conclusão deste trabalho. As condições de trabalho a partir da Pandemia de Covid-19 foram alteradas drasticamente, afetando a organização do trabalho formal, levando grande parcela de trabalhadores a realizarem suas atividades pela via do trabalho remoto (Home Office), além da ampliação do número de desempregados no Brasil que atingiu no primeiro trimestre de 2021 o índice de 14,7%, o maior desde 2012 (IBGE, 2021), contudo, no 2º trimestre de 2022 a taxa de desemprego atingiu 9,3% (IBGE, 2022) o que representa uma redução do índice de desocupação no país, mas não diminuiu as transformações no mundo do trabalho que se propõe trazer a análise com este estudo.

Diante das atuais circunstâncias, considera-se que o trabalho profissional do assistente social é diretamente atingido pelos fatores acima relacionados, como trabalhador assalariado que tem no Estado o seu maior empregador, sofre também com as reformas trabalhistas do sistema previdenciário.

Além disso, as transformações societárias acerca do mundo do trabalho continuam a avançar e esse contexto crítico e de severas restrições no trabalho em geral, especialmente, do assistente social, causam o acirramento da individualidade, do produtivismo, da informalidade e desemprego, fazendo emergir uma problemática necessária e urgente: analisar o desenvolvimento do trabalho do assistente social a partir destas transformações societárias do mundo do trabalho no contexto pandêmico atual.

Neste sentido, entende-se que a discussão em foco faz-se necessária, por isto o problema desta pesquisa está em responder como essas transformações no mundo do trabalho são concretamente manifestadas e experienciadas pelos assistentes sociais no município de Coari/AM, especialmente neste momento em que o mundo vem enfrentando a pandemia global do novo coronavírus. Esse processo de mudanças no trabalho dos assistentes sociais é um desafio, pois tais processos de mudanças geram inflexões e dão origem a demandas específicas ao trabalho profissional do assistente social.

A partir deste problema de pesquisa, estruturou-se as questões norteadoras a seguir: Como é desenvolvido o trabalho do assistente social em instituições públicas estatais em Coari-AM, especialmente nesse momento de enfrentamento da Covid-19? Qual a percepção do assistente social acerca das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e dos impactos dessas transformações no desenvolvimento do trabalho profissional? Como o assistente social responde às requisições profissionais e institucionais atuais? Qual a base teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa utilizada pelo assistente social na construção de seu trabalho institucional?

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo geral analisar de que forma vem sendo desenvolvido o trabalho do assistente social em instituições públicas estatais de Coari-AM, especialmente no período pandêmico. Para alcançá-lo, três objetivos específicos foram elencados: conhecer a realidade concreta do assistente social a partir das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e de seus impactos no cotidiano do trabalho profissional; investigar como o assistente social responde às requisições profissionais e institucionais atuais, antes e a partir da pandemia de covid-19; e identificar as bases teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa utilizada pelo assistente social como suporte na construção de seu trabalho institucional.

Para tanto, destaca-se que Coari faz parte de uma zona interiorana da região norte do Brasil, localizada à margem direita do Rio Solimões, a 363 km a oeste da cidade de Manaus (capital do Estado). Com 85.910 habitantes é o 5º município mais populoso do Amazonas, a maior parte dessa população é residente da Zona Urbana que corresponde a 65,39%, totalizando o número de 49,651 pessoas (IBGE, 2010); faz parte do rateio de recursos da Petrobrás por estar em seu território a base petrolífera de Urucu, de onde se extrai petróleo e gás natural (Xavier, 2017); é polo na área de Educação, comporta um Campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) na área de Biotecnologia e Saúde; um Centro de Estudos Superiores da Universidade Estadual do Amazonas (UEA); e um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Além disso, Coari mostrou-se como um território propício para a análise do trabalho profissional do assistente social, pois apresenta a possibilidade de refletirmos criticamente a partir de aproximações da realidade na sua totalidade, visto que, o exercício profissional encontra-se em um espaço eivado de contradições e singularidades históricas, bem como propicia a produção de novos conhecimentos e o enfrentamento de desafios relativos ao trabalho profissional do assistente social na atualidade.

Para dar conta do objetivo da pesquisa e responder ao problema que o cerca, optou-se pela corrente filosófica da Teoria Social Crítica, que privilegia o movimento histórico-dialético da realidade social por meio da fundamentação marxiana. A teoria reproduz conceitualmente o real, dessa forma, nos possibilita construir intelectualmente explicações aproximadas da realidade (YAZBEK, 2009), pois a teoria constitui um padrão de elaboração que corresponde ao método. Nesse sentido, elegemos o materialismo histórico-dialético como principal método de investigação, por meio de uma abordagem quantiquantitativa.

Para alcançar o objetivo proposto, estabeleceram-se três fases, conforme detalhamento a seguir:

Na primeira fase: ocorreu o planejamento da pesquisa que trata da construção do Projeto de Pesquisa, do levantamento bibliográfico, da revisão da literatura, leituras, discussões, fichamentos, qualificação do projeto e submissão da pesquisa junto ao Comitê de Ética Profissional (CEP). Cabe destacar que para assegurar o sigilo e preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, foi utilizado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE); foi solicitado e expedido um Termo de Anuência, que formalizou o conhecimento e a autorização dos representantes legais das instituições públicas, lócus da pesquisa. Ressalta-se que, a pesquisa seguiu aos parâmetros legais do Conselho Nacional de Saúde-CNS, tendo como base as Resolução n. 466/2012 e a Resolução n. 510/2016, entre outras. O projeto de pesquisa foi submetido na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM, CAAE: N° 55188221.7.0000.5020.

Na segunda fase: procedemos à coleta de dados, ou seja, realizamos a pesquisa de campo (propriamente dita), a coleta de informações e dados em relação ao lócus da pesquisa, por meio de entrevistas junto aos participantes da pesquisa (assistentes sociais), do tipo semi-estruturada, com a utilização de roteiro orientador, contendo perguntas abertas e fechadas. Ainda, ressalta-se que dadas as circunstâncias impostas pela pandemia do novo coronavírus as entrevistas foram realizadas, via online, através de chamadas de vídeo (Whatsapp e Meet).

O universo da pesquisa correspondeu a 37 assistentes sociais, lotados em 16 instituições públicas estatais (SEMAD, 2020). Contudo, tendo em vista a inviabilidade de alcançarmos o universo total, definiu-se que participariam da pesquisa dez (10) assistentes sociais, delimitando-se o número de um (01) profissional por instituição. Utilizou-se o critério de seleção via sorteio por instituição, sendo as seguintes instituições sorteadas:

Instituições Federais: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM); **Instituições Estaduais:** Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/Coari), Hospital Regional de Coari (HRC); **Instituições Municipais:** Fundação de Medicina Tropical/Coari (FMT-COARI), Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), Câmara Municipal de Coari, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS I), Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMED), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDES).

Posterior a isto, o processo de eleição dos sujeitos da pesquisa foram definidos a partir dos seguintes critérios de inclusão e exclusão: **a) Inclusão:** Participarão da pesquisa somente os profissionais que estiverem em pleno exercício profissional, respondendo às demandas do Serviço Social no espaço institucional; e também, os que manifestarem interesse em participar da pesquisa. **b) Exclusão:** Não participarão da pesquisa os profissionais sem vínculo de trabalho nas instituições selecionadas como lócus da pesquisa; os profissionais que no período da coleta de dados estejam afastados por razões diversas; assistentes sociais que estejam em função administrativa, sem exercer o exercício profissional de Serviço Social.

Na terceira fase: procede-se à composição dos quadros do perfil dos participantes da pesquisa; transcrição e categorização das falas dos sujeitos e, por fim, à análise teórica do material coletado e devidamente organizado.

A estrutura desta dissertação está organizada em três capítulos articulados e complementares entre si, no sentido de favorecer a análise empreendida e o alcance dos objetivos propostos, a saber: No primeiro capítulo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e o serviço social, e os itens 1.1 Transformações contemporâneas do mundo do trabalho no contexto brasileiro: uma discussão necessária; 1.2 Trabalho e Serviço Social: uma relação orgânica?; 1.3. Sem fundamentos não há procedimentos: os avanços e desafios do Serviço Social.

No segundo capítulo: Coari e seus espaços de atuação profissional para o assistente social; 2.1. O município de Coari: trajetória histórica de constituição da cidade; 2.2.

Aproximação ao lócus: Coari e o Serviço Social; 2.3. As instituições públicas estatais e seus espaços para atuação profissional.

E, por último, no terceiro capítulo: Expressões contemporâneas do trabalho do assistente social em instituições públicas estatais de Coari/Amazonas; 3.1. Transformações contemporâneas e seus impactos no cotidiano do trabalho profissional; 3.2. O trabalho do Assistente Social nas Instituições Públicas Estatais de Coari: antes e a partir da crise pandêmica da Covid-19; 3.3. Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: construindo o trabalho do assistente social nas instituições públicas de Coari.

Tenho convicção de que este estudo trará contribuições no sentido amplo para a categoria profissional dos assistentes sociais, para a academia e para o próprio município de Coari, pois a produção de novos conhecimentos possibilita a construção de novas estratégias e enfrentamento, contribuindo para o trabalho do assistente social no contexto atual.

Acrescento, ainda, que em sentido estrito à categoria profissional, essa pesquisa contribuirá para gerar dados que impulsionam a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e estejam em consonância com os princípios teórico-metodológico, ético-políticos e técnico-operativo que fundamentam o projeto profissional, possibilitando também; a qualificação dos serviços ofertados nas instituições à população demandária do trabalho institucional.

Destaco, por fim, a contribuição da pesquisa para o município de Coari através da identificação de potencialidades de abrangência dos serviços, da futura elaboração de propostas que alcancem as necessidades da população coariense, por meio dos serviços, possibilitando a obtenção de dados que deem suporte para a otimização dos serviços institucionais públicos do município.

Diante disso, com o resultado da pesquisa foi possível verificar que o trabalho profissional dos/as assistentes sociais nas instituições públicas estatais de Coari no Amazonas não se mostrou diferente das condições e relações de trabalho a que estão expostas a classe trabalhadora do contexto nacional. A realização do trabalho para os/as assistentes sociais se constitui em meio a interesses contraditórios e moventes, exigindo cada vez mais desse profissional uma postura crítica, condição que se mostrou ainda mais fortalecida com a pandemia da covid-19.

Por fim, nesta situação, a unidade da categoria dos/as assistentes sociais na luta em defesa e fortalecimento do Projeto ético-político hegemônico da profissão é essencial, como também, a articulação com as demais classes de trabalhadores; é preciso apropriar-se

do caráter político do trabalho do/da assistente social, conhecer o interior daquilo que se está intervindo para que possamos transformá-la, através do reconhecimento dos espaços, das relações de poder, do que é possível formar e fortalecer com alianças, sem jamais se render às imposições da lógica dominante no antes, durante e após a pandemia.

*“Diga o fraco eu sou forte”
Joel 3.10b*

CAPÍTULO 1 - TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL

A relação estabelecida entre trabalho e ser humano é historicamente orgânica e genuinamente inseparável, o que nos remete à reflexão sobre os processos e as dimensões que envolvem os principais eixos estruturantes das transformações societárias contemporâneas e, especialmente, com um olhar para o profissional de serviço social, trabalhador inserido na divisão sociotécnica do trabalho. Para tanto, nesse primeiro capítulo, far-se-á uma breve contextualização das transformações contemporâneas do mundo do trabalho no contexto brasileiro e se refletirá sobre o processo de profissionalização percorrido pelo serviço social nesse cenário.

1.1 Transformações contemporâneas do mundo do trabalho no contexto brasileiro: uma discussão necessária

De origem ocidental, o modo de produção capitalista foi sucessor do modo de produção feudal, sua consolidação se deu na passagem do século XVIII ao século XIX e com o nível crescente de expansão alcançou o domínio tanto nas sociedades centrais, quanto nas sociedades periféricas. Assim, configurou-se no século XXI como um sistema planetário (NETTO e BRAZ, 2008) e dessa forma, o desenvolvimento expansivo do modo de produção capitalista avançou dominando o sistema de produção no cenário global, imprimindo marcas próprias ao processo produtivo e à realização do trabalho.

Mesmo o desenvolvimento do sistema capitalista se expressando na forma de mercadorias, através do processo de circulação, onde reside na sua valorização, sua natureza é mais ampla, pois “o capital não é uma coisa ou um conjunto de objetos – ele só existe enquanto subordina a força de trabalho; de fato, o capital, mesmo que se expresse através de coisas (dinheiro, objetos, mercadorias, etc.), é sempre uma relação social” (Idem, p. 98).

Nesse sentido, as transformações contemporâneas no mundo do trabalho correspondem a uma diversidade de alterações e mudanças na vida em sociedade e nas formas de trabalho, o que leva, cada vez mais e em maior intensidade, a classe

trabalhadora a, condições limitantes, independentes de sua vontade, comum a flexibilidade do trabalho, o trabalho terceirizado, trabalho informal, empreendedorismo individual, precarização do trabalho e, mais recentemente, a plataformização ou uberização como expressões de gestão do trabalho na atualidade (ANTUNES, 2018, 2011; ALVES, 2000; BRAGA, 2017; ANTUNES e PRAUN, 2015).

Desse conjunto de expressões manifestadas nas formas de gestão do trabalho é que se definem as condições a que vêm sendo submetidos os trabalhadores temporalmente. Contudo, nota-se que essas expressões do mundo do trabalho ganham forma e se entrecruzam no sentido de garantir a manutenção do capital e o seu domínio sobre as relações de trabalho e, conseqüentemente, sobre os trabalhadores. Esse entrecruzamento de expressões se desenvolve sistematicamente e expande-se, atingindo a classe trabalhadora mundialmente.

No século XX instaura-se o Fordismo-keynesiano como princípio organizador do trabalho produtivo na indústria, com base no trabalho rígido e na produção em série e de massa, intensificado sob novo formato, mas com a mesma base, a exploração do capital sobre o trabalho no interior das fábricas. As características do princípio organizativo do trabalho fordista se manifestam na rigidez do processo de trabalho, na produção em série e de massa; ainda assim, nessa conjuntura lhe era usual o contrato trabalhista formal, o qual garantia algumas condições mais sólidas ao vínculo do trabalhador (BRAGA, 2017).

Na década 1990, esse perfil de trabalho se acentua e o Brasil vivencia particularmente as transformações nascidas com a nova divisão internacional do trabalho intensamente, por se tratar de um país de industrialização dependente, instituída na superexploração da força de trabalho, pelos baixos salários e ritmos de produção intensificados, somados a jornadas de trabalho prolongadas e à desorganização do movimento operário sindical (ANTUNES; PRAUN, 2015).

A intenção primeira do capital sempre residiu na desarticulação da organização dos trabalhadores, na sua reificação enquanto classe. Cabe destacar que a ofensiva do capital sobre a organização operária ganha formas a partir da nova divisão internacional do trabalho.

A partir disso, o reordenamento do capital não acontece espontaneamente, mas reflete o enfrentamento das sucessivas crises do capital, desencadeadas na ordem em que se segue: em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, se viu num cenário desvantajoso para a sua forma de acumulação. Contudo, após ter se recuperado dessa fase,

viveu o período denominado *30 gloriosos anos*¹ da fase do capital. Destaca-se que essa fase gloriosa do capital é compelida por conta do caos social provocado pela crise de 1929, assim “exigindo uma política social e econômica contrária ao que até então predominava” (OLIVEIRA, 2005, p. 26). Porém, na década de 1970, mais precisamente em 1979, eclode a crise do petróleo e inicia-se a nova ofensiva do capital sobre o trabalho, por meio da implementação de um conjunto de estratégias para desmontar conquistas alcançadas pelos trabalhadores, incluindo-se, dentre outros, direitos trabalhistas já assegurados e a base da organização sindical da classe operária, situação ainda mais agravada com a crise financeira de 2008, seguindo até aos dias atuais (OLIVEIRA, 2005).

Em decorrência dessas crises cíclicas, a saga do capital para se manter no domínio de classes dá início à reordenação do processo de produção através da reestruturação produtiva, entendida como produto das estratégias de superação do padrão fordista dominante, onde a produção em série e de massa são substituídos pela acumulação flexível (SANTOS, 2005).

Assim, o processo desenvolvido pelo capital ao longo dos anos se efetiva na manutenção e reinvenção de meios que garantam a permanência do sistema capitalista no controle da organização e gestão do trabalho, e, conseqüentemente, da “classe que vive do trabalho”².

Nesse sentido, a substituição dos processos de trabalho com a incorporação do toyotismo como nova ofensiva do capital, no plano da produção de mercadorias, responde de modo original à garantia da coerção capitalista e do consentimento operário (ALVES, 2000).

O Toyotismo tem sua gênese sócio-histórica no Japão, vinculado ao pioneirismo da Toyota, seu criador foi Taichi Ohno; Alves destaca que “é a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital[...]” (2000, p. 32).

Nessa nova forma de gestão e organização do trabalho se destaca a via da racionalização, através dos métodos de “automação/auto-ativação, *Just-in-time/kanban*, e a polivalência operária” (ALVES, 2000, p. 41), os quais compõem o sistema de

¹No período posterior à Segunda Guerra Mundial, foi construído nos países da Europa um estado de Bem-Estar Social baseados nos princípios de cidadania plena e garantia de direitos sociais. A constituição deste Estado contrariava o ideário liberal por privilegiar um máximo de intervenção estatal possível na economia e no social, garantindo o pacto social firmado entre capitalistas e trabalhadores (OLIVEIRA, 2005, p. 24).

²Termo Ricardo Antunes.

racionalização e gestão do trabalho, pela flexibilidade interna, o que contribui para os ganhos de produtividade buscados pela nova gestão da produção. Cabe destacar que a lógica toyotista de trabalho flexível ultrapassou os muros da organização industrial e atingiu a organização dos serviços também no setor público, na forma de trabalho terceirizado, na redução nas folhas de pagamento entre outras maneiras (Ibidem, Idem).

Nesse sentido, o princípio de gestão pelo método *Just-in-time/kanban* corresponde a produzir somente o necessário (*kanban*), a partir da economia de todos os elementos de produção, eliminando os desperdícios das sobras materiais e de tempo morto na jornada de trabalho (SANTOS, 2005). Diante do exposto, entendemos que a flexibilidade pode ser definida como uma tática organizacional que reduz o número de trabalhadores e permanece com a mesma intensidade de produção das atividades, se manifesta na realização conciliada de múltiplas atividades pelo mesmo trabalhador, que passa a ser polivalente (SILVA, 2010; SANTOS, 2005; ALVES, 2000).

Ao especificar que o chamado modelo de acumulação flexível³ apoia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, Alves (2000) distingue que a flexibilidade do trabalho é definida pela capacidade do capital de tornar domável, complacente e submissa a mercadoria força de trabalho, que submete e subordina o trabalho assalariado à lógica da valorização.

Isso acontece a partir da intensificação da precarização do trabalho, surgida com a reestruturação dos processos produtivos em empresas privadas e organizações públicas, bem como da dinâmica instituída do próprio mercado de trabalho; uma nova classe de trabalhadores autônomos é estimulada através do empreendedorismo a buscar a sua sobrevivência diante das imposições neoliberais, manifestadas na “defesa do mercado globalizado, com diretrizes gerais para todos os países, quais sejam, desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público e redução do Estado” (OLIVEIRA, 2005, p. 16).

Nessa conjuntura destaca-se atualmente a plataformação ou uberização do trabalho; essa “nova modalidade” de trabalho configura-se como um ajuste do capital aos novos meios de exercício e controle do trabalho contemporâneo. Segundo Abílio (2020) a chamada plataformação se expressa nos serviços através das ferramentas tecnológicas como: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Inteligência Artificial, algoritmos, dados ou dataficação em plataformas digitais. Com isso, “a uberização consolida a redução

³Termo utilizado por Antunes (1992).

do trabalhador a um trabalhador *justin-time*, a um autogerente subordinado, que arca com os riscos e custos de sua própria produção, sendo utilizado na exata medida das demandas do mercado” (ABÍLIO, 2020, p. 112).

Por essa lógica da uberização, o trabalhador é alienado quanto ao seu próprio vínculo trabalhista, pois nessa condição “ele” é quem faz o seu horário de trabalho, é seu próprio patrão, introduzindo-se, dessa maneira, uma falsa autonomia no controle do trabalho, aliado a isso, vem também a segregação do trabalhador que perde a referência de classe, o qual, sem vínculo formal do seu trabalho, arca com todas as condições materiais para a sua realização do trabalho.

Abre-se nesse cenário bastante trágico das transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade um agravante: a pandemia da Covid-19 (SARS-Cov-2), o novo coronavírus. A pandemia da Covid-19 que se disseminou mundialmente no período de dezembro de 2019 a março de 2020, perdurando até os dias de hoje, essa disseminação afetou todas as estruturas da sociedade, alterando os processos, rotinas e relações do trabalho no mundo, imprimindo ao cotidiano de trabalho a necessidade de reordenação das atividades conforme a “nova realidade”.

Não se pode ainda mensurar os impactos e danos da pandemia de Covid-19 sobre a humanidade. Contudo, é notório que ela afetou todas as dimensões societárias nos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e sanitários. Para Baldo *et al.* (2022, p. 282),

a irrupção da pandemia de covid-19 provocou uma contundente deterioração da economia mundial e a exacerbação dos níveis de desemprego, pobreza e desigualdade. Na América Latina, a situação ganhou contornos dramáticos, face ao quadro de forte recessão experimentado a partir dos anos de 2010, associado a traços histórico-estruturais da região, como alto grau de informalidade da força de trabalho e sistemas de proteção social frágeis e incompletos.

Deste modo, entende-se que com a emergência da pandemia de covid-19 foram fortalecidos os danos sociais desencadeados de um processo já em curso, anterior a crise pandêmica do novo coronavírus em 2020.

Ante a isto, na pandemia os danos na área do trabalho foram duplamente afetados no cenário brasileiro, a saber, com: 1) o alto índice de desemprego; 2) o trabalho online — “Home Office” despontou como única saída para continuidade dos serviços.

No caso do alto índice de desemprego, consta que atingiu a taxa percentual de 13,5% no ano de 2020; no Estado do Amazonas nesse mesmo período a taxa percentual foi de 15,8% (PNAD/IBGE, 2022). No que se refere ao trabalho online ou modalidade remota, cabe frisar que no quadro pandêmico atual o que era residual e embrionário como o

trabalho remoto ou teletrabalho⁴ generalizou-se como o único escape para dar continuidade à oferta dos serviços, o que coopera para o agravamento da precarização dos vínculos e condições de trabalho atualmente (RAICHELIS; ARREGUI, 2020).

Conforme (Antunes (2018) e Abílio (2020) isto cada vez mais, fortalece o desemprego estrutural, onde parcela dos que permanecem trabalhando vivenciam a precarização das condições de trabalho, fortalecendo a via da plataformização como relação de trabalho.

Faz-se salutar a menção aos números de acidentes de trabalho no Brasil no período de 2019 a 2020, de acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)⁵ do Ministério da Saúde, o número de acidentes de trabalho graves notificados cresceu cerca de 40% em 2020, saltando de 94.353 apresentados em 2019 para 132.623 em 2020. Conforme os dados do Sinan, o total de auxílios-doença por depressão, ansiedade, estresse e outros transtornos mentais e comportamentais passaram de 224 mil em 2019 para 289 mil afastamentos em 2020, aumentando assim 30% no ano de disseminação da pandemia da Covid-19.

Registra-se, ainda, no Estado do Amazonas, no período de janeiro a julho de 2021, 725 casos de acidentes e doenças associadas ao trabalho⁶, enquanto no mesmo período do ano passado o número foi de 609 casos, o que representa um aumento de 19%. Decorrente desses dados percebe-se que as condições de trabalho da classe trabalhadora revelam-se cada vez mais precárias nas condições físicas, como também, nesse tempo se mostra destrutiva para a saúde mental e emocional do trabalhador.

Dessa maneira, as reações do trabalhador refletem as condições por ele vivenciadas no espaço de trabalho, nota-se que os arranjos para se viver nesse contexto não beneficia em nada a classe trabalhadora, e há a hipótese do provisório se tornar permanente, naturalizando assim um “novo normal”.

Entretanto, todas as processuais transformações ocorridas na sociedade e as alterações nas formas e gestão do trabalho na atualidade, não se originaram com a crise pandêmica do covid-19, essa apenas desocultou o que vinha sendo escamoteado — as

⁴Teve grande ascensão no contexto da pandemia, contudo não surgiu a partir dela. Em 2017 instituiu-se na CL um capítulo específico sobre essa modalidade de trabalho remoto, o artigo no 75-B da CLT considera como teletrabalho “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”.

⁵Dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/>. Acesso em 15/09/2021.

⁶Pesquisa realizada pelo Centro Estadual de Referência de Saúde do trabalhador (Cerest/FVS-RCP).

configurações do sistema destrutivo e antissocial do capital (RAICHELIS, 2020). Essa atual circunstância de crise pandêmica, somada às configurações do sistema capitalista de produção, têm reflexos diretos nos trabalhadores em geral, através da intensificação da precarização do trabalho, da desconstrução das conquistas de direitos trabalhistas, das novas formas de realizar as atividades laborais, entre outros.

Portanto, é nesse espaço e nesses contextos inseridos os assistentes sociais, isso fortalece a necessidade profissional de apropriação crítica dos fundamentos estruturantes da profissão de Serviço Social, através de um processo ininterrupto de conhecimento-ação-reflexão-ação.

1.2 Trabalho e Serviço Social: uma relação orgânica?

A importância do trabalho é central, o mesmo se constitui como mola propulsora da transformação evolutiva da humanidade; motor para a produção de riquezas e também utensílio principal na exploração do homem sobre o homem. A partir de Marx, a categoria trabalho é entendida como “condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, portanto, da vida humana” (MARX, 2011, p. 118).

A origem da palavra *trabalho*⁷ vem do latim derivada de *tripalium* (tri = três e palus = pau) esse era o nome dado a um instrumento de tortura, utilizado pelo Império Romano, nesse instrumento eram submetidos os presos e os escravos no século VI. Assim, o termo trabalho começa a ser utilizado no século XIV, com sentido relacionado a alguma forma de sacrifício ou punição (DIAS, 2004).

Karl Marx (1801 – 1883) pesquisou e produziu um conhecimento complexo e aprofundado a respeito do sistema societário capitalista de produção, onde a função e o significado do trabalho para os homens, sobretudo a partir do surgimento da sociedade capitalista e do seu modo de produção, ocupa posição de centralidade: o trabalho corresponde a toda atividade humana despendida sobre a natureza com objetivo de transformá-la para suprir suas necessidades. Segundo o autor, dessa ação do trabalhador deriva a relação que transforma a natureza e o próprio homem (MARX, 2011).

Diante disso, o trabalho constituiu-se na força motriz do “processo de reprodução individual e social, [...] esse carecimento é o que põe em movimento o complexo do trabalho; através de mediações criadas ontologicamente no sentido de satisfazê-los”

⁷Conforme Dicionário Etimológico online. <https://www.dicionarioetimologico.com>. Acesso em: 23/07/2021.

(LUKÁCS, 1979, p. 6). Nessa perspectiva, o trabalho é central na condição de sobrevivência do homem enquanto *ser social*⁸, condição que dignifica e, em simultâneo, domina e aliena o homem que depende do trabalho (Idem).

Dessa maneira, o trabalho se processa para dominação e alienação do ser social, quando ocorre a formação da sociedade humana na constituição da relação do homem coletivo (em classe), isso é fortalecido a partir do modo como se estrutura o sistema de produção capitalista (LUKÁCS, 1979). Assim o trabalho deixa de hominizar e aliena o homem, pois o produto e o próprio processo de produção vão se tornando estranhos ao trabalhador (MARX, 2011).

Segundo o autor a dominação é entendida como meio pelo qual se alicerça o capital, em condições sob as quais servem simultaneamente como meios de exploração e de dominação do trabalhador. Já a alienação era vista enquanto processo da vida econômica, “processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital” (MARX, 2011, p. 26).

Na segunda metade do século XVIII, entra em cena a manufatura, conjuntura em que a ofensiva do capital sobre o trabalho avança e a cooperação é substituída pelo trabalho manufatureiro, e a partir dessa nova modalidade o trabalho é dividido a partir dessa fase, progressivamente o trabalho foi sendo realizado por parcelas isoladas, desse modo, usurpando do trabalhador o controle de suas tarefas por meio de atividades especializadas. (NETTO; BRAZ, 2008).

Como destacado anteriormente, o sistema de produção capitalista surge em substituição ao sistema feudal, e nesse processo de desenvolvimento expansivo observa-se que vão se ajustando às novas estratégias de dominação da força de trabalho conforme a necessidade do capital.

Para Netto e Braz (2008) isso traz características intrínsecas ao modo de produção e ao trabalho, dessa forma, o advento da sociedade capitalista passa a atribuir impressões ao trabalho e estas foram se configurando e reconfigurando como melhor era para a classe burguesa que se manteve dominadora dos meios e das condições de trabalho.

A partir disso, se pode dizer que a marca que melhor define esse processo de

⁸Ser social entendido a partir de um complexo concreto, em seu conjunto é visto como um “processo histórico” com formas moventes e movidas da própria matéria; “um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico” (LUKÁCS, 1979, p. 3).

domínio e alienação é a produção na forma de mercadorias⁹ a partir do seu valor de troca, pois esse processo aumenta a valorização do capital (NETTO; BRAZ, 2008).

Nestas condições Netto e Braz (2008) dizem que apesar de o sistema capitalista ter a valorização de mercadorias através da sua circulação, a sua natureza é mais ampla, pois o capital mesmo que se objetive na circulação de mercadorias, se configura como uma relação social.

Diante disto, a constituição do vínculo entre capitalista e trabalhador por meio da atividade do trabalho, se manifesta na relação entre burguesia e classe trabalhadora por meio da exploração e dominação desta última, através das alterações no processo de produção. Para Marx essa natureza do capital:

Não é outra coisa que a relação social entre capitalista e trabalhador no que diz respeito à obtenção de mais-valor. Porém, o essencial do processo de circulação consiste em que a totalidade do modo de produção capitalista é reproduzida; que, portanto, também essa relação social é subsumida e, por conseguinte, reproduzida na forma da circulação D-M-D'. (MARX, 2014, p. 33).

Essa fórmula define a circulação de mercadorias acrescida de mais-valor (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro)¹⁰, assim a obtenção de mais-valor do capital acontece quando o trabalhador gera trabalho excedente e o capital lucra sobre o trabalho não pago. Assim, modificam-se ao longo dos tempos as formas de produção do capital, pois inicialmente, se produzia sob a forma de cooperação, nesse período os trabalhadores possuíam o controle das técnicas produtivas que operacionalizavam (NETTO e BRAZ, 2008).

Esse cenário é palco da implantação da industrialização capitalista, que traz como uma de suas consequências o crescimento urbano desordenado, ou no que lhe concerne causa a manifestação da questão social produzindo a necessidade de respostas às expressões da questão social. Esse acontecimento é a base para o surgimento da profissionalização do Serviço Social, pois a partir disso a trajetória histórica de construção da profissão de Serviço Social está ligada aos primórdios da constituição do sistema capitalista de produção, por conseguinte, ao berço de origem dos serviços assistenciais na Europa e nos Estados Unidos (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006; MARTINELLI, 2003).

No Brasil a base que se constituiu a profissionalização do Serviço Social partiu das

⁹Uma mercadoria é um objeto que — por suas propriedades — pode satisfazer necessidades espirituais ou materiais dos homens; seu valor é determinado por suas propriedades naturais e por sua utilidade, conforme as carências que supre (BARROCO, 2009, p. 40).

¹⁰Para maior aprofundamento conferir Marx (2011), em O'Capital – Vol. I; Netto e Braz (2008), Economia Política: uma introdução crítica.

experiências europeia e americana, sob forte influência da igreja católica. Assim na década de 1930, o Serviço Social chega ao território brasileiro com a identidade atribuída pelo capitalismo e chancelada pela Igreja Católica, que conforme Martinelli (2003, p.128) era:

fortemente infiltrado na estrutura da sociedade capitalista e exercendo um nefasto efeito alienador, esse era o padrão que determinava a inserção da profissão no tecido das relações sociais mais amplas, suas formas de práticas, suas relações políticas com o Estado e com as classes sociais. A identidade atribuída era, assim, plenamente justificada, pois reproduzia a alienação política, social, econômica, cultural. Essa fase retrata a ação profissional desarticulados dos principais elementos fundantes da consciência política – a consciência das contradições, a prática politicamente organizada, a identidade de interesses como classe.

Isso fez com que a identidade da profissão fosse atribuída a uma herança importada, engessada e sem autenticidade da ação dos assistentes sociais brasileiros. Destarte, o Serviço Social ao longo da história começa a dar passos iniciais para romper com uma prática alienada e imediatista, se apropriando de uma perspectiva crítica e reflexiva da prática profissional e da consciência de classe (MARTINELLI, 2003).

Assim, ao tomarem consciência da condição da profissão, os assistentes sociais recusaram a identidade atribuída e paulatinamente a defender um processo de construção da identidade profissional com base na totalidade da realidade e no processo histórico.

Portanto, um primeiro passo desse novo posicionamento do Serviço Social, se deu na década de 1960, quando a partir do movimento de Reconceituação latino-americano (NETTO, 2006; SANTOS, 1999) o Serviço Social rompe com as perspectivas conservadora e funcionais da profissão. Segundo Santos (1999) a década de 1960 é marcada pelo processo de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, impulsionada pela efervescência da época, “no auge de uma série de fenômenos econômicos, que mostram as deformações do modelo de desenvolvimento urbano-industrial latino-americano, [...]” (p. 108).

Nessa fase a dinâmica da acumulação capitalista avançava tendo como base uma economia dependente e monopolista; com a reprodução ampliada do capital, se tinha paralelamente a ampliação da pobreza e de diversas mazelas (MARTINELLI, 2003).

Dessa forma, foi “no estágio monopolista do capitalismo, [...], que a questão social vai se tornando objeto de intervenção sistemática e contínua do Estado. Com isso, instaura-se um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho para o Serviço Social” (GUERRA, 2008, p. 1).

No entanto, um contexto contraditório se apresentava ao exercício profissional, a pressão para uma posição de enfrentamento do que era imposto naquela conjuntura se

acirrava, pois, em um cenário de repressão com o regime militar os assistentes sociais nas décadas de 1970 e 1980, passam a se identificar como categoria a partir de uma consciência política coletiva (MARTINELLI, 2003).

Esse posicionamento crítico segundo Santos (1999) está marcado por uma tomada de consciência enriquecida a partir da “introdução, nos currículos das escolas, das categorias mais amplas do materialismo histórico dialético, o que levou a uma mudança de ótica na indicação dos objetivos profissionais, [...]” (p. 109).

A partir disso, um novo percurso profissional é traçado, a década de 1980 marca o período em que foi fortalecido um direcionamento na produção intelectual para o Serviço Social. Assim, nesta década passou-se a considerar o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, na divisão sociotécnica do trabalho com base na tradição marxista (IAMAMOTO, 2014).

A partir dessa corrente teórica cresce também a perspectiva do serviço social como dispêndio de força de trabalho na realização das suas atividades profissionais, incorporada pela grande maioria dos assistentes sociais na conjuntura brasileira (Idem).

Nesse sentido, Iamamoto (2006) defende amplamente o Serviço Social como trabalho, alcançando uma maior dimensão que prática profissional¹¹, não sendo, contudo, essa posição hegemônica no seio da categoria.

A matriz crítica do Serviço Social com base na teoria social de Marx, foi fundamental para a postura do trabalho profissional do assistente social na perspectiva de apreensão crítica da realidade e na identificação dos processos contraditórios, a partir de determinações históricas, sociais, políticas e econômicas.

Desde a apreensão da teoria social crítica, a profissão foi se consolidando de maneira concreta, através das mudanças teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão, que resultaram na regulamentação profissional, hoje consubstanciada na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, n.º 8.662/1993, no Código de Ética Profissional do Assistente Social, e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e, na construção e fortalecimento do Projeto ético-político do Serviço Social. Esses são os princípios e diretrizes resultantes e determinados por esse processo que orientam a formação e o trabalho profissional brasileiro, estabelecendo as bases para a compreensão do que é o Serviço Social na

¹¹Nessa perspectiva de análise elegeu-se o trabalho profissional para fins de reflexão da atividade do assistente social, para tanto, não nos ateremos ao aprofundamento da categoria prática profissional, para maior detalhamento a respeito observar as contribuições de Sérgio Lessa.

atualidade (CFESS,2010).

Com base nos parâmetros legais o Serviço Social é regulamentado como profissão liberal representada pelas seguintes entidades: O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS — autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do assistente social no Brasil; e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), distribuídos em 27^a Seções Regionais, uma em cada unidade federativa do território brasileiro. Suas atribuições estão contidas na Lei 8.662/1993. O conjunto CFESS/CRESS são responsáveis pela normatização e fiscalização do exercício profissional no território nacional (CFESS, 2020).

Entretanto, mesmo a profissão sendo regulamentada como liberal, Iamamoto (2000) afirma que o Serviço Social não se efetiva dessa maneira, pois o assistente social não é detentor de todos os meios que necessita para trabalhar. A autora afirma ainda que, mesmo dispondo de relativa autonomia, o assistente social depende na organização de sua atividade das instituições empregadoras, sejam de caráter público ou privado. Essas instituições fornecem os meios e recursos dos quais o assistente social precisa para realizar o seu trabalho, dada essa condição do trabalho do assistente social, destacam-se outras questões relevantes desse trabalho como remuneração, carga horária, e perfil profissional.

Referente a remuneração, têm-se pelo CFESS a Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social – TRHSS, instituída em 2001, que determina o valor da hora técnica, fixando o valor mínimo a ser cobrado para prestação dos serviços profissionais do assistente social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício. O valor da hora técnica é calculado e corrigido anualmente com base no IPCA-IBGE¹² (CFESS, 2020). Assim sendo, o assistente social ainda não possui piso salarial que estipule o valor da remuneração pelo seu trabalho profissional (tramitam na Câmara Federal o Projeto de Lei n.º 5278/2009 e, mais recentemente, o Projeto de Lei n.º 2693/2020 — ambos tratam do piso mínimo para o salário do assistente social).

Quanto a carga horária, destaca-se como conquista mais recente a Lei 12.317/2010, sancionada no dia 26 de agosto de 2010 (conhecida como Lei das 30 horas) que define a jornada de trabalho em 30 horas semanais para os assistentes sociais sem redução salarial (BRASIL, 2021).

Já em relação ao perfil profissional, é predominante o sexo feminino, traço da origem da profissão, esse índice atualmente corresponde a 92,92% e profissionais do sexo

¹²Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

masculino já perfazem 6,97% conforme o cadastramento do Conselho Federal em 2022. A categoria profissional hoje, segundo os dados do CFESS corresponde ao número de 176.524 assistentes sociais inscritas/os ativas/os, dessa totalidade 20.672 (11,71%) assistentes sociais encontram-se na Região Norte do país, sendo 5.955 profissionais ativos (3,37%) no Estado do Amazonas (CFESS, 2022).

Com base no número crescente de assistentes sociais no Brasil, cabe destacar que em 2019 os cursos de nível superior pelo Ensino à Distância¹³ cresceu 19,1%, do contrário, referente ao mesmo ano, os cursos de nível superior presenciais caíram 3,8%. Assim, segundo Iamamoto (2014) o considerável crescimento do quadro profissional nas últimas décadas, é decorrente da expansão acelerada do ensino superior privado (com destaque para o ensino à distância), este fator compromete diretamente a qualidade acadêmica da formação. Com isso, enquanto aumenta consideravelmente o número de assistentes sociais, cresce o desemprego em meio a uma conjuntura recessiva, pressionando os salários para baixo, precarizando as condições de trabalho e gerando a junção de instabilidade e concorrência no mercado profissional.

Ainda, segundo Iamamoto (2014) às condições de precarização do trabalho profissional do assistente social exercem efeitos imediatos no exercício profissional, a exemplo disso, se sobressai a frustração da população usuária do Serviço Social, como também o questionamento quanto à legitimidade para realização do trabalho profissional, cabendo ainda outras incidências de ordem ética.

Ainda assim, o crescente aumento do número de assistentes sociais gera a formação de um contingente sobrando que está fora do mercado de trabalho, gerando assim um exército de reserva, isso tem um forte impacto no trabalho profissional do assistente social.

Dessa forma, entende-se que o trabalho profissional¹⁴ é definido como o conjunto das atividades realizadas por alguém que exerce determinada profissão, atividade técnica, conhecimento especializado; ou seja, é o trabalho realizado por um profissional especializado.

Desse modo, o Serviço Social enquanto profissão regulamentada, tem sua materialização na atividade do assistente social que exerce o trabalho profissional especializado. Assim o conhecimento é um meio de trabalho, sem o qual o

¹³Dados da 11.ª edição do mapa de Ensino Superior no Brasil 2021. Disponível em: <Semesp apresenta Mapa do Ensino Superior na Comissão de Educação > Acesso em: 13/09/2021.

¹⁴Definição Dicionário da Língua Portuguesa (BRA) online <<https://www.dicio.com.br/>> Acesso em: 13/09/2021.

trabalhadorespecializado não consegue realizar sua atividade, ou seja, a ação definida como trabalhoprofissional (IAMAMOTO, 2000).

Isso segundo Iamamoto significa que “as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam” (IAMAMOTO, 2000, p. 62).

Posto isto, afirma-se que o conhecimento para o trabalho profissional não se sobrepõe como uma leve cobertura, mas a incorporação do conhecimento e das habilidades adquiridas pelo assistente social no seu processo de formação constituem-se nos seus meios de trabalho (IAMAMOTO, 2000).

Para tanto, afirma-se que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se não a instrumentação técnica, mas a uma determinada bagagem constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico (GUERRA, 2008).

Nesse sentido, o assistente social realiza o seu trabalho profissional quando inserido no espaço institucional e concentra sua capacidade técnica para responder às expressões da questão social na sociedade. Entende-se que a questão social como objeto da profissão de Serviço Social é “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 26).

Com isso, a profissão passa a se afirmar como atividade especializada do trabalho coletivo, “ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p. 76 -77).

De acordo com Marx (2011) se considera por trabalho coletivo, o trabalho socializado, que se configura em sua forma natural, nas funções sociais desenvolvidas com a organização e divisão social do trabalho. Marx exemplifica dessa forma: “imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho” (Idem, p. 146).

Dessa maneira, o assistente social exerce sua profissão por meio do trabalho coletivo em condição de trabalhador assalariado. Isso acontece quando o trabalho do assistente social, sua força de trabalho, é vendida aos seus empregadores por intermédio de determinadas condições e relações de trabalho. Essas condições e relações correspondem a:

meios e mediações tais como: um contrato (formal ou informal) que define as bases nas quais se dará o exercício profissional do assistente social (em termos de jornada de trabalho, funções, atribuições etc.), além de normas, rotinas, enfim, pela legislação trabalhista vigente. Estas definem o tipo de relação existente entre o profissional e a instituição, bem como determina as atividades/projetos para as quais é contratado, limita a sua autonomia que será sempre relativa ao contexto sócio-histórico e à capacidade estratégica do profissional (GUERRA, 2008, p. 06).

Isso evidencia que o assistente social como trabalho assalariado faz parte da classe trabalhadora que vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Para Netto e Braz (2008) o trabalho assalariado “é parte constitutiva do sistema de exploração do trabalho que é próprio do modo de produção capitalista” (p. 104). Na condição de trabalhador assalariado o assistente social encontra limitações no exercício profissional, pois, as instituições empregadoras detêm a organização dos serviços e dos processos de trabalho desenvolvidos pelos assistentes sociais.

Com base nisso, Yamamoto (2000) afirma que o assistente social não possui um processo de trabalho próprio, específico dos assistentes sociais; mas ao contrário, o exercício profissional é inserido em processos de trabalho pré-estabelecidos, planejados pela instituição conforme a sua função institucional para a sociedade, agregando-se nesse planejamento o trabalho de todas as profissões que compõem o quadro de serviços ofertados nesses espaços.

Decorrente disso, entende-se que o processo de trabalho não é exclusivo do assistente social (não é o assistente social que produz, elabora esse processo), contudo, ele é participante com os demais profissionais na oferta dos serviços, sendo o conjunto de saberes profissionais o constitutivo dos respectivos processos de trabalho. De acordo com Marx (2011, p. 217) “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”.

Assim, o assistente social tem o processo de trabalho do qual participa, controlado de forma majoritária pelo Estado, pois nos diversos níveis da administração pública, constitui-se no maior empregador dos assistentes sociais, os quais atuam diretamente nas políticas públicas. Contudo, na esfera pública, os municípios brasileiros são os que mais absorvem assistentes sociais, especialmente por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (IAMAMOTO, 2014).

No entanto, com a lógica neoliberal — que visa a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público — o Estado vem retraindo a sua participação e impulsionando a terceirização na execução de políticas públicas,

transferidas para as organizações não governamentais, empresas privadas, financiadas integral ou parcialmente pelo fundo público.

Em síntese, é a Ideia da mercantilização sem barreiras, expandida ao nível global “com diretrizes gerais para todos os países, quais sejam, desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público e redução do Estado” (OLIVEIRA, 2005, p. 16).

Com isso, tem-se como consequência a fragilização dos vínculos de trabalho, visto que num mesmo espaço de trabalho é comum conviver, profissionais concursados, contratados, comissionados, terceirizados, etc. (SILVA e VALLINA, 2005), isso reflete a precarização de vínculos e de direitos trabalhistas dos trabalhadores, sendo essa a realidade também dos assistentes sociais.

Apesar disso, há para o trabalho profissional do assistente social propostas não fatídicas quanto ao futuro da profissão, nem tão pouco ilusórias de adequação ao sistema vigente; alinhado a um projeto coletivo da categoria profissional que fundamenta o seu trabalho profissional na análise crítica da realidade no processo histórico da sociedade. Assim, no item seguinte apresentar-se-á a trajetória de avanços e de desafios a partir dos fundamentos do Serviço Social contemporâneo.

1.3 Sem fundamentos não há procedimentos: os avanços e desafios do Serviço Social

A profissão de Serviço Social na sua trajetória de constituição dos seus fundamentos enfrenta condições contraditórias. De acordo com Barroco (2009), fundamento significa a existência de algo que ancora, que ampara objetivamente; nesse sentido, os fundamentos do Serviço Social correspondem às categorias teóricas que expressam os modos de ser, sua existência na realidade que pertence à história na sociedade.

Nesse caso, definir os fundamentos do Serviço Social é interpretar o conjunto formação acadêmica e o trabalho profissional por meio da interlocução necessária e contínua englobando as dimensões sociais, econômicas, culturais e históricas da profissão. Isso requisita a concepção da dimensão material e imaterial do Serviço Social; dimensão material a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos consolidados no: Código de Ética Profissional do Assistente Social, Res. CFESS n.º 273/93 de 13 de março 1993; Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, de 7 de junho de 1993; Diretrizes Curriculares do Serviço Social, de 8 de novembro 1996; e na dimensão imaterial

consubstanciada no Projeto Ético-Político da profissão, representação hegemônica da posição profissional, mas ainda, ideologicamente um projeto societário (NETTO, 2006).

Para tanto, esse conjunto de normativas que são a base condutora da profissão de Serviço Social e do trabalho profissional do assistente social se apreendem segundo Guerra (2008, p. 12) a partir da:

instrumentalidade como uma mediação que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente. Como mediação, a instrumentalidade permite também o movimento contrário: que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano.

Nesse sentido a autora esclarece que reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões, que dizem respeito ao campo técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa, desse modo, a instrumentalidade como campo de mediações com capacidade tanto de articular essas dimensões, como também de conduzir as mesmas a traduzisse em respostas profissionais (GUERRA, 2008).

Com essa posição é possibilitado que a profissão reavalie seus fundamentos e sua legitimidade, questione sua funcionalidade e instrumentalidade, permitindo uma ampliação das bases sobre as quais suas instrumentalidades é processada.

Assim, desvincula-se da história originária pela qual a profissão surge, com isso o Serviço Social pode qualificar-se para novas competências, buscar novos horizontes profissionais, indo além da requisição instrumental-operativa do mercado de trabalho (GUERRA, 2008). Isso resulta num profissional habilitado no manejo do instrumental técnico, sabendo colocá-lo no seu devido lugar, no interior do projeto profissional. Assim, a dimensão política da profissão, a partir da razão dialética, investe na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social hegemônica (Idem).

Essa posição do Serviço Social no Brasil é marcada com a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em setembro de 1979, na cidade de São Paulo, constituído como referência indescartável no desenvolvimento da profissão no contexto brasileiro, expressivamente designado como “Congresso da Virada”. Segundo Netto ao citar Yazbek (2009, p. 15) afirma que o Congresso da Viradatem “[...] um traço absolutamente destacado: o de ser “marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país”.

A partir desse marco no processo de politização da categoria profissional, é que se inicia também, a construção e consolidação das normativas contemporâneas de fundamento da profissão de Serviço Social das quais vimos tratando desde o início do tópico. Portanto, daremos sequência a apresentá-las em ordem temporal de suas constituições, na intenção de realizar uma síntese dos pontos centrais que as legitimam.

Em vista disso, a apresentação desta síntese se estrutura da forma seguinte:

a) Código de Ética Profissional (Mar./1993)

O Código de Ética vigente do Serviço Social foi instituído através da Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de Março de 1993, esse Código de Ética configura o processo de discussões da década de 1990, que colocou o debate ético no interior dos eventos da categoria (com destaque para o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, ocorrido em 1992) abarcando diversos aspectos da profissão, e impulsionou a produção da pesquisa no campo da ética (BARROCO e TERRA, 2012).

De acordo com Netto (2006) o Código de Ética de 1993 é o momento basilar do processo de construção do Projeto ético-político do Serviço Social no país. Assim, marca-se o período de avanço da profissão na configuração do rompimento com o conservadorismo das origens do Serviço Social.

Para que tal acontecimento viesse a realizar-se é importante frisar que esses fatos foram se formando a partir de momentos históricos e sociais específicos da profissão, e se iniciou com o Código de Ética de 1986, este foi o primeiro destes instrumentos (Códigos de Ética anteriores 1947, 1965, 1975) que sinalizou para a direção profissional através da teoria social crítica, e negou a perspectiva a-histórica e a-crítica da profissão de Serviço Social (NETTO, 2009).

O código de 1986 apresentou a quebra com a imparcialidade ética-política dos códigos anteriores e apresentou avanços na consciência política da categoria profissional (contexto histórico recente da ditadura militar e da sua retirada), contudo, identificou-se que essa normativa foi atravessada pela intenção de romper com o conservadorismo da profissão (NETTO, 2006) por esse motivo houve a necessidade de revisão do código de 1986.

Segundo Sikorski (2009) essa revisão do antigo código (1986) foi processada em dois pontos: a) a reafirmação de seus valores fundantes - liberdade e justiça social; e, b) na providência de normatizar o exercício profissional no território brasileiro. Assim, conforme Barroco e Terra (2012) com a participação de profissionais de todo o país, pelo amplo

debate da categoria se constituiu o novo direcionamento para a consolidação do código de ética 1993, expressando as aspirações coletivas dos assistentes sociais do Brasil.

Nesse sentido, os principais elementos que culminou no Código de Ética de 1993 estão definidos “na necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social” (CFESS/Código de Ética Trilíngue, 2ª ed., 2019).

O Código de Ética de 1993 está dividido em 11 (onze) princípios, são eles:

1) Reconhecimento da liberdade como valor ético central; 2) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; 3) Ampliação e consolidação da cidadania; 4) Defesa do aprofundamento da democracia; 5) Posicionamento em favor da equidade e justiça social; 6) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; 7) Garantia do pluralismo; 8) projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; 9) Articulação com a luta geral dos trabalhadores; 10) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados; 11) Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar (CFESS/Código de Ética Trilíngue, 2ª ed., 2019).

Em suma, estes princípios orientam os assistentes sociais a distinguirem a liberdade como valor ético central, a partir de uma posição que defende de maneira intransigente os direitos humanos e partilha da luta pela consolidação da cidadania e defesa dos direitos dos trabalhadores, do fortalecimento participação democrática de todos os segmentos sociais em favor da equidade e justiça social, pluralismo e de uma nova ordem societária, além de combater todas as formas de preconceito e discriminação (CFESS, 2009).

Dessa forma, para Iamamoto (2000, p. 77) isto se traduz em:

[...] focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Então ele não pode ser um documento que se "guarda na gaveta": é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano.

Dessa forma, os valores éticos da profissão de Serviço Social no Código de 1993, fundamenta a posição ideológica da categoria profissional, e prevê uma ação participativa na sociedade com capacidade técnica, intelectual crítica para o enfrentamento de toda forma de violação ou discriminação nos espaços de trabalho, como também, fora deles.

Nesse sentido, a dimensão ético-política é reconhecida como coluna para estruturação do trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Dessa maneira se efetiva no campo teórico e prático por meio do exercício profissional o comprometido com a defesa dos usuários e com os objetivos da profissão (BENEVIDES, 2008).

Todavia, não se pode esquecer da fundamental essência constitutiva do Código de Ética do Serviço Social que é a adoção dos valores éticos da profissão com base nos interesses da classe trabalhadora. Assim, reafirmar cotidianamente os valores de liberdade e justiça social de modo a preservar os direitos e deveres profissionais para que esses valores sejam vividos na relação entre assistentes sociais, instituições/organizações e população (BENEVIDES, 2008; CFESS, 2009).

Portanto, diante do exposto, o Código de Ética representa o modo de ser, a forma ética com que se comporta a categoria profissional (éthos), representa um conjunto de valores e princípios norteadores que orientam o comportamento profissional em relação aos outros e orienta o agir dos assistentes sociais na sociedade, estando articulado diretamente com a Lei que regulamenta a profissão.

b) Lei de Regulamentação da Profissão (jun./1993)

A Lei Federal 8.662, de 07 de junho de 1993 dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Nos três primeiros artigos dessa lei descreve-se:

Art. 1º - É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, [...].

Art. 2º - Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I – Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente

reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

Parágrafo Único – O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta Lei.

Art. 3º - A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente (CFESS/Lei de Regulamentação, 2019).

Ainda na referida lei, no Art. 5º estão previstas as atribuições privativas do assistente social, descritas em 13 incisos, dos quais se faz referência aos,

I – Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

IV – Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço sobre a matéria de Serviço Social;

VI – Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
VIII – Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social;
XI – Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; (CFESS/Lei de Regulamentação, 2019).

Diante do exposto, entende-se que a Lei de Regulamentação é a norma que representa oficialmente a natureza e legalidade da profissão de Serviço Social no Brasil. É através dessa lei que os assistentes sociais fundamentam a função e o trabalho profissional na sociedade.

Assim, a Lei de Regulamentação tem 28 anos de existência e a sua importância para a categoria profissional é ainda mais decisiva, em tempo de retrocessos e perda de direitos conquistados a sua utilização e defesa são essenciais.

De acordo com Santos (2014), a importância da Lei 8.662/93 é marcada pela substituição da regulamentação anterior datada de 1957, isso possibilitou que o papel do assistente social na sociedade se tornasse melhor compreendido do ponto de vista técnico, político e do compromisso e direção social da profissão no processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Por isso, a materialização dessa normativa “colocou no centro dos debates a necessidade de compreender atribuições e competências profissionais de assistentes sociais. Esta compreensão possibilitou ampliar nossas capacidades interventivas [...]” (SOARES, 2014, s.p).

Em um contexto de desmonte de direitos a Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social tem segundo Soares (2014) uma ampla formulação, que mesmo na atualidade havendo resistências quanto a definições de atribuições e competências, a Lei 8.662/93 traz a defesa de condições de trabalho para o profissional de Serviço Social e simultaneamente a defesa dos direitos dos usuários. Porém, para que se possa resistir a contextos adversos ao exercício profissional e construir formas de garantia do previsto na Lei de regulamentação, bem como no Código de Ética da profissão é imperativo entender a base curricular utilizada na preparação técnica e intelectual do/a assistente social na sua formação. Vejamos a seguir:

c) Diretrizes Curriculares (nov./1996)

As diretrizes curriculares para o curso de serviço social proposta pela Abess/Cedepss (hoje ABEPSS) formulada em 1996, reconhecem o serviço social como uma especialização do trabalho na sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social. Assim as diretrizes se estruturam em três amplos núcleos que compõem a

organização curricular do ensino para o Serviço Social, esses núcleos abrangem: no 1º núcleo, os fundamentos teórico-metodológico e ético-político da vida social; 2º núcleo, corresponde aos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do serviço social no seu âmbito; e no 3º núcleo, trata dos fundamentos do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014).

Conforme Iamamoto (2014), esses núcleos se concebem na realidade interdependentes um do outro, e com isso possibilita a compreensão do Serviço Social na sociedade, pois,

Tais núcleos, ainda que por vezes tratados como uma tricotomia e independentes uns dos outros, foram concebidos enquanto diferentes níveis de abstração necessários, complementares e interdependentes para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária. Abrangem, respectivamente, dimensões teórico-sistemáticas, particulares históricas (continentais, nacionais, regionais e/ou locais), que determinam o trabalho profissional e nele se condensam, enquanto dimensões indispensáveis a sua análise (IAMAMOTO, 2014, p. 620).

Essa afirmação da autora demonstra a importância da atual proposta curricular e a sua organização pedagógica estrutural alinhada à formação crítica. Pode-se afirmar que a partir de 1996 o novo formato e direcionamento teórico do currículo de Serviço Social passou a articular os conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social, com desdobramentos que traduzem o rompimento com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas (ABEPSS, 1996).

Conforme a ABEPSS essa definição que cerca a estrutura do currículo na atualidade propõe superar de forma definitiva com a fragmentação do processo de ensino aprendizagem, como desafio político e uma exigência ética na direção do projeto profissional que se reafirma com essas diretrizes.

Assim, o currículo mínimo aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da entidade foi enquadrado no ano de 1999, no formato de Diretrizes Curriculares, mas a proposta originária ao ser encaminhada para a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) foi alterada substantivamente.

Por isso, as Diretrizes Curriculares de 1996 precisam ser defendidas, e cada vez mais consolidadas como proposta de criticidade para o Serviço Social desde o processo de formação até o exercício profissional. Isso porque se vincula ao proposto no Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, e ao Projeto Ético-Político da categoria, pois foram gestados a partir da mesma ideologia crítica defendida amplamente nos Congressos de Serviço Social, e marcada com o “Congresso da Virada” como sinalizamos anteriormente.

Dessa maneira, esse conjunto de parâmetros legais que fundamentam a profissão de Serviço Social na conjuntura societária atual representam a categoria profissional de assistentes sociais no país. Para Yazbek (2019) a constituição dos fundamentos da profissão é por meio de múltiplas dimensões que são históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

Yazbek (2019) afirma que atualmente esses fundamentos se expressam na abordagem histórico-crítica, fundada na teoria social marxiana; elementos desta abordagem apresenta a concepção de profissão no movimento histórico da sociedade capitalista; a questão social e suas expressões no exercício profissional; o trabalho como categoria fundante para analisar o exercício do Serviço Social na sociedade capitalista.

Nesse mesmo sentido, Closs (2015) afirma ser necessário compreender o conceito que define os fundamentos do Serviço Social, visto que os mesmos “consistem na forma particular em que a profissão constitui uma matriz explicativa da realidade e da profissão, gestada no movimento histórico da sociedade” (p. 38).

Por meio da dimensão teórico-metodológica, tem-se o provimento das bases que esclarecem a compreensão da realidade, da profissão e dos processos societários; já por meio da dimensão ético-política, solidifica-se a direção social da profissão, nos valores e compromissos que orientam a intervenção na realidade; e por último, e não menos importante, a dimensão técnico-operativas que se expressa na materialidade do exercício operacional do profissional.

Para Closs (2015), é a partir da constituição das duas primeiras dimensões (teórico-metodológica, ético-política) que se fundamenta e se materializa a dimensão técnico-operativa, a qual diz respeito ao exercício operacional do assistente social e se constitui na materialidade da ação/efetividade do trabalho no espaço cotidiano de atuação profissional.

Percebe-se que essas dimensões estão interligadas aos núcleos que orientam o processo de formação profissional do Serviço Social e, por conseguinte, ao trabalho profissional do assistente social, fortalecendo, dessa maneira, a articulação indissociável entre formação e trabalho profissional do assistente social.

Para tanto, o significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das expressões da questão social. A particularidade do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho coletivo encontra-se organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital, e do Estado (ABEPSS, 1996), o que

produziu mudanças que formalizaram os parâmetros legais da profissão. Diante desta formalização da profissão, o Projeto Profissional hegemônico representa a sublimação dos ideais éticos e políticos da profissão para os assistentes sociais; continuando na construção da síntese da legitimação da profissão de Serviço Social, passamos a abordar o fundamento imaterial da profissão - o Projeto Ético-Político:

d) Projeto Ético-Político: o coroamento de múltiplos movimentos

A profissão de Serviço Social, ao longo de sua trajetória histórica, aproximou-se da teoria social crítica, concretizando um processo de construção de um projeto ético-político profissional, no sentido de alinhar o que está consubstanciado nas legislações específicas do Serviço Social ao movimento da sociedade.

Para Netto (2006) a construção do projeto ético-político do Serviço Social traz para a profissão a definição do ideário enquanto categoria profissional e:

Apresenta a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimita e prioriza os seus objetivos e funções, formula os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescreve normas para o comportamento dos profissionais e estabelece as balizas da sua relação com os usuários dos serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (dentre estas, também e destacadamente como Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (NETTO, 2006, p. 95).

Para Guerra (2008), projetos profissionais críticos constituem-se como um guia para a ação, posto que estabelecem finalidades e ideias para o exercício profissional bem como as formas de concretizá-lo. Nesse sentido, o serviço social ao estabelecer a construção do projeto ético-político da profissão busca enquanto profissão dotar a totalidade da categoria profissional de um posicionamento crítico.

Assim o Projeto ético-político do Serviço Social representa a busca pela unidade da categoria de assistentes sociais e de profissões que partilhem dos mesmos ideais da profissão, assim direciona a ação coletiva dos profissionais orientados para um mesmo fim.

Caminhando nessa direção, mais recentemente destacam-se as ações realizadas pelo projeto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o ABEPSS Itinerante, o qual se constitui numa ação de fortalecimento do conjunto de estratégias em defesa da formação e do trabalho profissional, a partir da indissociabilidade das lutas coletivas junto ao CFESS, aos CRESS e à Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (REPETTI e CARRARA, 2020).

Dessa maneira, através do ABEPSS Itinerante tem se ampliado a discussão acerca das Diretrizes Curriculares do Serviço Social, com ênfase nos seus Fundamentos, nas

atribuições e competências profissionais. Essas discussões da categoria profissional têm por objetivo “enfrentar o aligeiramento da formação e o avanço das forças neoconservadoras que atravessam o Serviço Social, reduzindo a formação a um conjunto de repasses de conteúdos e procedimentos de intervenção numa direção tecnicista e meramente funcional [...]” (Idem, p. 286).

Busca-se, com isso, rejeitar uma concepção de competência reduzida à perspectiva instrumental, que se distancia da concepção de competência crítica. Para que se assegure a capacidade de desvelar as contradições constitutivas da sociedade capitalista que se apresentam ao nosso exercício profissional num sentido de totalidade e não como problemas sociais fragmentados.

Em conformidade com Repetti e Carrara (2020), a competência crítica supõe a apreensão da indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa. Portanto, os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social na particularidade da sociedade brasileira, consiste no enfrentamento e organização da profissão frente às atuais transformações societárias; as determinações do trabalho do assistente social como trabalhador assalariado; a crise capitalista, as expressões do mundo do trabalho e seus desdobramentos nas condições e relações de trabalho e na formação profissional.

Deste modo, a suma deste primeiro capítulo apresenta uma discussão acerca das transformações contemporâneas do mundo do trabalho no contexto brasileiro, do trabalho e Serviço Social, e por último, a trajetória de construção dos fundamentos do Serviço Social. Essa discussão nos permite analisar como foram e vão sendo encadeadas na atualidade o mundo do trabalho e em particular os o trabalho profissional do assistente social de forma geral na conjuntura brasileira.

Mediante o exposto, no capítulo seguinte delimitamos nossa discussão para compreensão da conjuntura dos espaços para a atuação profissional do assistente social no município de Coari no Amazonas.

*“Conheço as tuas obras - eis que tenho posto
diante de ti uma porta, a qual ninguém pode fechar [...]”*

Apocalipse 3.8a

CAPÍTULO 2 - COARI E SEUS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ASSISTENTE SOCIAL

Os espaços de atuação profissional para o Assistente Social se despontam com a emergência do sistema capitalista e a eclosão das sequelas sociais desencadeadas por esse sistema à classe trabalhadora. Essas sequelas sociais próprias do capitalismo acompanham o desenvolvimento deste sistema que atinge a todos de forma global; a região Amazônica os Estados e municípios que a compõem também são atingidos pelo avanço do capital, isso aumenta a necessidade do trabalho do Serviço Social para a conjuntura do Amazonas. Diante disso, neste capítulo apresenta-se o município de Coari-AM em seus espaços de atuação profissional para o assistente social, inicialmente aborda-se a trajetória de constituição da cidade; em seguida, faz-se a apresentação do período em que o Serviço Social emerge, e o início da oferta do curso de Serviço Social na cidade, como também, a o contexto de maior inserção dos profissionais de Serviço Social no município; e, por último, traz-se as instituições públicas e seus espaços para atuação profissional do Assistente Social.

2.1 O município de Coari: trajetória histórica de constituição da cidade

Os territórios mais distantes, as regiões menos conhecidas e desenvolvidas do mundo (se comparadas à forma de desenvolvimento dos países centrais) também vem sofrendo com as transformações do cenário mundial; a região amazônica, localizada ao norte do Brasil, que compreende vários Estados do país, sofreu e sofre ao longo dos séculos com as mudanças e imposições do homem com o mundo moderno e, consoante a isso, se alteraram os modos de viver das populações desta vasta região.

O Amazonas é um dos Estados brasileiros que compõem a região amazônica, sua área territorial corresponde a 1.559.167,878 Km² (IBGE, 2020), constituindo-se como maior Estado em extensão territorial do país. O Amazonas é formado por sessenta e dois (62) municípios, incluindo-se aí a sua capital - Manaus, que a nível urbano, é o município mais desenvolvido do mesmo e concentra 20,18% no Produto Interno Bruto da região Norte, e 1,12%, no nacional (IBGE, 2018) de todas as atividades econômicas do Estado.

Dentre esses sessenta e dois municípios destaca-se a cidade de Coari, de povo humilde e acolhedor, advindo da zona rural das adjacências do gigantesco Rio Solimões (ALFAIA, 2017), que com suas águas barrentas¹⁵ é o rio de maior afluência na região que se localiza Coari.

Conhecer a constituição da cidade de Coari é de suma importância para a compreensão de como se estrutura na atualidade a organização e desenvolvimento desse município, a partir da sua formação social, política e econômica.

A fundação de Coari é datada do início do século XVIII e é atribuída ao Padre Samuel Fritz (Missão Jesuíta espanhola). Esse fato é registrado no Histórico Oficial do Município e nas informações e registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, nos dias de hoje, essa afirmação é questionada pelo fato da inexistência de estudos mais aprofundados nos tempos passados (GÓES, 2016). Segundo os estudos de Góes não se identifica de forma alguma a existência de Coari ou do Rio Coari nos relatos e registros de Fritz na sua trajetória pelos rios e localidades na região amazônica. Na realidade a fundação da cidade de Coari, de acordo com a pesquisa do referido autor, caberia verdadeiramente aos missionários Carmelitas que vieram para as regiões do Rio Solimões a serviço da coroa portuguesa.

Ainda conforme o referido autor há também divergências quanto à origem do nome Coari. Etimologicamente falando, para Góes, vem sendo reproduzido de produções antigas, sem haver, contudo, a sistematização de embasamento científico que explique a verdadeira origem do nome.

O autor destaca ainda que essas produções antigas dizem respeito a duas posições teóricas divergentes, as quais, segundo Gaspar de Guimarães e Octaviano Mello, a palavra Coari é originária do Nheengatu¹⁶; e a segunda corrente é a de Ulisses Penafort, que acredita que a verdadeira origem da palavra vem do Quéchuá dos Incas (GÓES, 2016).

Na primeira tese (origem do Nheengatu), o fundamento de Guimarães e Mello é que Coari vem de *Cuara*, que significa buraco, abertura, furo, com a junção de *miri*, que se contrai em *ri*, que tem o sentido de diminutivo. Assim a grafia da palavra Coari corresponderia a *cuara-míri*, *cuaraí*, ou ainda *cuari*, significando buraquinho ou furozinho. Porém, Penafort acredita que Coari origina-se do quíchua, *Coya*, *Cory* que quer dizer Rio

¹⁵Os rios de água branca, como o Solimões, são os que nascem em lugares muito montanhosos. Segundo o pesquisador Bruce Forsberg, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), esses rios têm que ter relevo na cabeceira. [...] A coloração barrenta da água vem da terra que eles arrancam das montanhas quando descem. <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2009/02/23/amazonia-tem-rios-de-tres-cores>

¹⁶ Língua indígena da família tupi-guarani modificada por influências européias, foi durante algum tempo e até o século XIX a mais utilizada no Brasil, tanto pelos portugueses como pelos nativos (GÓES, 2016, p. 7).

de Ouro, ou Huari-yu significando Rio dos deuses; Góes (2016) também destaca que no Tupi, a palavra ouro é grafada como *curi*, o que reforça a fundamentação de Penafort de que Coari significa Coya, Cory, ou ainda Curi “Rio de Ouro”.

Para fecharmos a questão da verdadeira origem etimológica da palavra Coari, partilhamos da afirmação de Góes, que após análise aprofundada das palavras Huari e Cory, conclui que “a palavra Coari tem sua origem mais adequada no quéchua e significa “Rio de Ouro” ou “Rio dos deuses¹⁷” (2016, p. 20).

Mesmo não sendo o aprofundamento dessa questão o objetivo de nosso estudo, consideramos importante sinalizar a questão quanto à verdadeira origem e fundação da cidade de Coari e, dessa maneira, fortalecer o imprescindível papel da pesquisa científica, como caminho de ir ao cerne dos fatos.

Para darmos início a essa trajetória, pontuo que por ser natural de Coari e ter vivido 32 anos na sede do município, por meus ascendentes maternos terem migrado de uma *localidade rural*¹⁸ (Logo do Au-açu) para Coari na década 1960, muitas das transformações foram relatadas por familiares e acompanhadas com meus próprios olhos.

Nesse sentido, cabe destacar que, por conta da colonização dos portugueses, a região amazônica teve sua organização administrativa realizada por categorias, que correspondiam em ordem crescente a: “Aldeia, Lugar, Freguesia (Paróquia), Vila e Cidade” (GÓES, 2016, p. 44).

Assim sendo, a aldeia Coary¹⁹ foi elevada a Lugar, em 1759, pelo então Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas, e nessa ocasião teve seu nome substituído por Alvelos²⁰. Em 1833, Alvelos passou a categoria de Freguesia (intitulada Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Alvelos); somente 41 anos após passar a condição de Freguesia é que no dia 01 de maio de 1874 Coary é elevada a condição de Vila, e é retomado o nome de origem indígena, correspondendo a “Vila

¹⁷ Para maior aprofundamento ver a obra Nunca mais Coari: a fuga dos Jurimáguas de Archipo Wilson Cavalcante Góes, 2016.

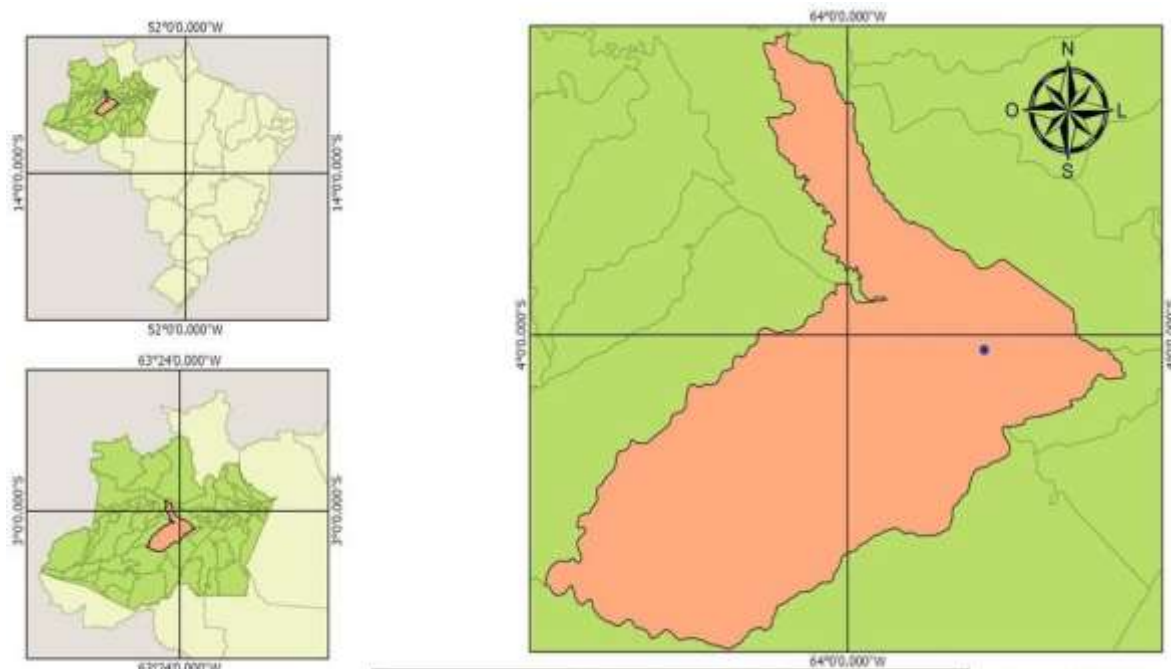
¹⁸ Resolução IBGE – PR nº 007 de 04/01/1989, que dispõe sobre a classificação de tipos de localidades brasileira, de acordo com ela a definição de localidades rurais são: V. Aglomerado Rural – localidade situada em área não definida legalmente como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou dispostos ao longo de uma via de comunicação (IBGE, 2010).

¹⁹ A grafia do nome Coari nos seus primórdios era escrita com “y” no final, mudando posteriormente e até hoje se escreve com i.

²⁰ Por determinação do Marquês de Pombal foram trocados os nomes de origens indígenas para nomes com ascendência portuguesa (GÓES, 2016, p. 31).

Coary”, por meio da Lei Provincial N° 287, e pelo mesmo ato foi criado o município de Coari, sendo a partir desse momento desmembrado da Comarca de Tefé²¹ (GÓES, 2016).

Figura 1 - Localização do Município de Coari



Fonte: site docplayer.com/2022

No que refere à elevação da Vila Coary à Cidade, consta que ocorreu em 02 de agosto de 1932, pelo ato Estadual n° 1665 pelo interventor interino Waldemar Pedrosa²² (Idem). Passando de Missão Religiosa a Lugar, depois Vila e, por fim, Cidade, Coari foi tomando formas urbanas e deixando as características de área rural para trás. “Era necessário destruir a paisagem natural já existente a erguer a nova estrutura da cidade. [...] Onde se construiu a primeira igreja católica e o Instituto Bereano de Coari [...]. Foi ali que a Cidade de Coari começou a existir, de forma urbana, social e política” (ALFAIA, 2017, p. 154).

Em 05 de novembro de 1933 foi inaugurado na Vila de Coary um engenho a vapor com turbinas para fabricação de açúcar (GÓES, 2016, p. 84). E dois anos depois, em 30 de janeiro de 1935, a escola Francisco Lopes Braga foi oficialmente criada pelo decreto Lei n° 4.508 e publicada no Diário Oficial nesta mesma data. “Assim, passou a chamar-se Grupo Escolar Francisco Lopes Braga, homenagem ao professor do Prefeito Alexandre Montoril” (Idem, p. 86). Seguindo esse período de desenvolvimento urbano, em 07 dezembro de

²¹ Município vizinho a Coari a quem no início de sua fundação pertencia a Comarca.

²² Nesse período substituiu o Governador Álvaro Maia.

1937 inaugura-se o Trapiche da cidade (cais do Porto), medindo 260 metros de extensão, o que garantia a receber a atracação de dois vapores de uma vez. Na década de 1940, em 10 de novembro, foi inaugurada uma Biblioteca Popular denominada “Álvaro Maia” (Idem, p. 85), hoje, fechada. Dando sequência a fase de implantação das estruturas institucionais na cidade, em 19 de fevereiro de 1949 foi inaugurada a Usina Elétrica de Coari (Firma contratante Radiomotor Ltda de Manaus), no governo de Edgard da Gama Rodrigues (GÓES, 2016).

Em 06 de março de 1972 foi fundado, com o nome de Unidade Mista de Coari, o hospital da cidade, na gestão do Prefeito Clemente Vieira Soares. O quadro de funcionários no período de sua fundação era de 69 (sessenta e nove) pessoas (SANTOS, 2008). Hoje, o hospital de Coari, com o nome social de Prefeito Dr. Odair Carlos Geraldo, responde como hospital regional, atendendo também aos municípios da circunvizinhança.

Figura 2 - Município de Coari vista de cima.



Fonte: site coarioficial/2022

Nesse processo de constituição da infraestrutura municipal, registra-se que em 1986 foi construída no território do município de Coari “a Base Geológica Pedro de Moura, para extração de petróleo na bacia de Urucu, situada a 280 km em linha reta da cidade” (OLIVEIRA, 2015, p. 14). A implantação da Base de Urucu trouxe uma grande mudança na área urbana de Coari. O inchaço populacional veio com pessoas de todas as partes, oriundas da zona rural do município, de municípios vizinhos e até de outros Estados atrás de oferta de emprego e melhores condições de vida.

Assim, a infraestrutura social e urbana da cidade de Coari foi sendo construída. E, dessa forma, desde a condição de Vila a elevação a cidade, registra-se entre intendentess,

interventores e prefeitos o número de trinta e quatro (34) governos a contar de 1917 a 2021 (conforme Apêndice 3).

A constituição municipal de Coari, no que se refere a formação política, têm passado por situações que afetam diretamente o pleno desenvolvimento da cidade. Sem desconsiderar os trágicos acontecimentos nas décadas de 1920 e 1990, onde os gestores do poder executivo foram assassinados, destaca-se que, a partir dos anos 2000, há ocorrência de sucessivas cassações de mandatos, eleição suplementar, como também os curtos períodos que alguns dos gestores ocuparam o cargo entre gestão interina e determinações judiciais pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM).

O município de Coari está localizado à margem direita do Rio Solimões, a 363 Km a oeste da cidade de Manaus (capital do Estado). Com 85.910 habitantes é o 5º município mais populoso do Amazonas e a maior parte dessa população é residente da Zona Urbana, totalizando o número de 49. 651 pessoas (65,39%) (IBGE, 2010).

A zona urbana de Coari é formada por 15 (quinze) bairros. Para maior detalhamento, o quadro 02 apresenta os respectivos bairros, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as escolas municipais e/ou estaduais presente nos mesmos:

Quadro 1 – Quantitativo de bairros, escolas municipais, estaduais e UBSs da Zona Urbana

Ord.	Bairros Urbanos	Esc. Municipais/Creches	Escolas Estaduais	UBSs
1	Centro	-	2	1
2	Tauá-Mirim	-	1	1
3	Espírito Santo	-	1	1
4	Chagas Aguiar	-	2	1
5	Santa Helena	-	2	1
6	Duque de Caxias	-	2	1
7	Santa Efigênia	-	1	1
8	União	3	1	1
9	Urucu	1	2	1

10	Nazaré Pinheiro	-	-	-
11	Ciganópolis	1	-	1
12	Grande Vitória	-	-	-
13	Liberdade	-	-	-
14	Itamaraty	2	1	1
15	Pera I, II e III	3	-	1

Fonte: Levantamento exploratório, 2021.

No todo são 15 bairros, 10 escolas municipais (2 dessas são creches), vinculadas diretamente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMED) e 15 escolas estaduais (sendo uma dessas um Centro Educacional de Tempo Integral (CETI)).

Há quatro (4) desses bairros que foram ocupados num período mais recente na história de Coari, são eles o Ciganópolis, Nazaré Pinheiro, Grande Vitória e Liberdade. Esses bairros, (exceto o Ciganópolis, que com cerca de 10 anos já possui uma escola municipal e uma UBS para atender seus moradores) “não contêm escolas municipais, estaduais e creches, tem menos de 10 anos e ainda não estão registrados como bairro legalmente” (XAVIER, 2017, p. 125).

O identificado por Xavier no ano de 2017 referente a constituição de bairros mais recentes e sem registro legal, é também manifestado no trabalho de Oliveira (2015) que aponta a ocorrência de ocupações irregulares em diversas áreas da zona urbana de Coari após a implantação da base de extração de petróleo e gás liquefeito de petróleo (GLP), isso sem o devido planejamento, o que, segundo o autor, “além de acirrar diversos problemas, como ocupação urbana irregular, associada à ausência de ações públicas para gerenciar, planejar e fiscalizar” (OLIVEIRA, 2015, p. 46), acarreta o aumento do desmatamento desordenado e a exposição a condições insalubres por não haver nesses espaços infraestrutura para atender suas necessidades.

Dos 15 bairros, 12 possuem unidades básicas no seu espaço de abrangência (3 bairros não tem UBS), sendo a população desses atendidas e tendo como referência a unidade do bairro mais próximo, ou seja, o Grande Vitória e o Liberdade são atendidos

pela equipe de referência da Estratégia Saúde da Família²³ (ESF) do bairro Santa Helena, e a população do bairro Nazaré Pinheiro tem como referência a UBS do bairro União; com exceção da UBS do Ciganópolis que funciona em prédio alugado, as demais 11 unidades são todas em prédio próprio com capacidade para duas Equipes de Saúde da Família²⁴ (ESF).

Comporta também a cobertura da Saúde Pública em Coari, uma Policlínica, em prédio próprio (nome social Pol. Dr. Roque Ruan D'eloso); 1 Unidade Básica Ribeirinha²⁵; 1 Unidade Básica Itinerante²⁶; Instituto de Medicina Tropical de Coari (IMT-Coari); um Laboratório Central (LACEN); 1 Serviço de Remoção de Urgência – SOS; 1 Centro de Reabilitação – CER; 1 Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS; 1 Departamento de Prevenção e Vigilância em Saúde – FVS/Coari; 1 Centro de Atendimento e Farmácia (CAF). Todos esses órgãos institucionais estão diretamente vinculados e subordinados à gestão da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) (SANTOS, 2020).

No que tange à área de Assistência Social, a Cidade de Coari possui a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDES), estando sob sua administração direta, 2 unidades de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); 2 Centros Comunitários; 1 Casa do Cidadão; Secretaria extraordinária da Mulher; 1 Casa Abrigo e o Auxílio Funeral.

Dessa forma, as secretarias de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social correspondem às maiores da organização administrativa da cidade. Contudo, no tocante a atual estrutura administrativa organizacional de Coari está formada por treze (13) secretarias municipais de administração direta e duas (2) da administração indireta²⁷.

²³ É tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica de saúde (BRASIL, 2012).

²⁴ “Equipe multiprofissional composta por, no mínimo: (I) médico generalista; (II) enfermeiro generalista; (III) auxiliar ou técnico de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de Saúde Bucal: cirurgião dentista, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal” (BRASIL, 2012).

²⁵ Unidade Básica de Referência para atendimento da população da zona rural na sede do município.

²⁶ Unidade Básica para atendimento nas comunidades rurais.

²⁷ Secretaria Municipal da Casa Civil, Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semed), Controladoria Geral do Município, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), Representação do Município em Manaus, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDES), Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Cidadania, Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Administração (Semad); e as da administração indireta correspondem às que se segue: Instituto de Administração de Coari (COARIPREV), e a Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari (CAESC) (Coari Oficial, 2020).

Para fechar a constituição da estrutura organizacional da cidade de Coari, sinalizamos a composição dos Poderes Legislativo e Judiciário. No legislativo, registra-se a sua 19ª legislatura (1936 a 2021), composta hoje por 15 parlamentares (vereadores eleitos) com exercício na Câmara Municipal de Coari (ALEAM/COARI, 2020); no Poder Judiciário, Coari possui 2 varas, assim divididas: 1ª vara: Tribunal do Júri, e 2ª vara: Diretoria do Foro, Juizado de Menores e Juizado de Pequenas Causas. Coari possui também 2 Cartórios Extrajudiciais, desse modo especificados: Cartório do 1º Ofício trabalha com protestos, notas e contratos marítimos, já o Cartório do Ofício é responsável pelo registro de pessoas naturais, pessoas jurídicas, títulos, documentos e imóveis (TJAM/COARI, 2019).

Enfim, a cidade de Coari não possui acesso via terrestre a capital do Estado, os transportes que garantem o deslocamento da cidade, a saída e a entrada de pessoas, mercadorias para abastecimento do município são feitos via fluvial (barcos com transportes de passageiros e cargas, e “lanchas a jato” com transportes somente de passageiros), e por transporte aéreo; o transporte mais utilizado são as embarcações que levam cerca de 24h de viagem na subida do Rio Solimões (percurso contrário a corrente do rio), sentido indo para Coari; na saída de Coari para Manaus a viagem tem a duração de aproximadamente 14h (viagem a favor das correntes do rio). As lanchas a jato levam cerca de 6h no sentido Coari/Manaus e aproximadamente 10h no sentido Manaus/Coari (SANTOS, 2020).

A maior fonte de empregabilidade de Coari é a Prefeitura Municipal, seguindo do Estado, e por último o comércio local; a base de remuneração da população gira em torno de 1 salário mínimo (OLIVEIRA, 2015), uma pequena parcela da população está inserido no comércio varejista, e a grande maioria na Prefeitura via contratação temporária (Idem).

Concomitante a isso, Coari saltou da 4ª posição para a 2ª colocação com maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, em 2018, contabilizando R\$ 2,016 bilhões e uma participação de 2,0% (o aumento do PIB foi ocasionado pela influência da indústria extrativa de gás e petróleo (SEDECTI, 2020; IBGE, 2020). Mesmo fazendo parte do rateio de recursos da Petrobrás por estar em seu território a base petrolífera de Urucu, de onde se extrai petróleo e gás natural (Xavier, 2017), a realidade da cidade evidencia que, apesar de no fator econômico Coari estar muito à frente de muitos municípios da região onde está localizado, enfrenta as mesmas condições precárias de emprego e renda, e desenvolvimento que as demais cidades amazônicas e de outras regiões do Brasil.

Quadro 2 – Síntese de Informações Quantitativas do Município de Coari

Caracterização do Território	
Área Territorial	57.970.768 Km ²
Mesorregião	Centro Amazonense
Ano de Instalação	1874
População no último censo	75.965 pessoas
Densidade demográfica	1.46 hab./Km ²
Escolarização	
Escolas do Ensino Médio	10
Número de estudantes no Ensino Médio	3.769
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	31,39%
% de 18 a 20 anos com médio completo	14,49%
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – anos finais – Estadual	66,33%
% da população economicamente ativa ocupadas com fundamental completo - 18 anos ou mais	43,72%
% da população economicamente ativa ocupadas com médio completo - 18 anos ou mais	28,60%
Economia	
PIB - per capita	R\$ 25.997,01
Renda per capita	R\$ 347,20
Percentual das receitas oriundas de fontes externas	85,4 %
Total de receitas realizadas	R\$ 252.725.42 (x 1000)
Total de despesas empenhadas	R\$ 223.233.64 (x 1000)

Fonte: IBGE (2021) e ATLAS BRASIL (2017).

Desta maneira a síntese do município de Coari demonstra que a estrutura social, política e econômica da cidade apresenta níveis de desenvolvimento superior a de muitos municípios do território brasileiro, o que o torna um espaço propício ao trabalho do assistente social. Mas qual foi a trajetória histórica do Serviço Social no cenário coariense?

2.2 Aproximação ao lócus: Coari e o Serviço Social

O surgimento do Serviço Social Brasil, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2006), teve início na década de 1930, com a criação das escolas de Serviço Social nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A referência para a criação das referidas escolas de Serviço Social foi o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS, criado em São Paulo no ano de 1932, o CEAS tinha o patrocínio da igreja católica, e o início de suas atividades se deu através de cursos de formação social para moças.

Nesse período a trajetória da profissionalização do Serviço Social no Brasil partiu das experiências europeia e americana sob forte influência da igreja católica, bases que marcam a chegada do Serviço Social ao solo brasileiro em 1930, com a “identidade atribuída” pelo capitalismo e chancelada pela Igreja Católica (MARTINELLI, 2003).

Assim, o Serviço Social se desenvolve nessa época,

Fortemente infiltrado na estrutura da sociedade capitalista e exercendo um nefasto efeito alienador, esse era o padrão que determinava a inserção da profissão no tecido das relações sociais mais amplas, suas formas de práticas, suas relações políticas com o Estado e com as classes sociais. A identidade atribuída era, assim, plenamente justificada, pois reproduzia a alienação política, social, econômica, cultural. Essa fase retrata a ação profissional desarticulada dos principais elementos fundantes da consciência política – a consciência das contradições, a prática politicamente organizada, a identidade de interesses como classe (MARTINELLI, 2003, p. 128).

Essa era a identidade da profissão, a partir de uma herança importada e engessada. Destarte, o Serviço Social brasileiro deu passos históricos importantes para romper com uma prática alienada e imediatista, se apropriando de uma perspectiva crítica e reflexiva envolvendo tanto a formação acadêmica como a prática profissional.

Dessa forma, ao tomarem consciência da condição da profissão e de seus limites, os assistentes sociais recusaram a identidade atribuída e passaram a enfrentar a necessidade de uma “identidade construída”, pautada na realidade e do processo histórico nacional, expurgando paulatinamente uma perspectiva imposta (MARTINELLI, 2003).

Um primeiro passo na direção desse novo posicionamento do Serviço Social, se deu

na década de 1960, pelo Movimento de Reconceituação Latino-americano em direção ao rompimento com as perspectivas conservadora e funcional da profissão (NETTO, 1999). Segundo Santos (1999), a referida década é marcada pelo processo de Reconceituação do Serviço Social Brasileiro, impulsionado pela efervescência da época, “no auge de uma série de fenômenos econômicos, que mostraram as deformações do modelo de desenvolvimento urbano-industrial latino-americano, [...]” (p. 108).

Nessa fase a dinâmica da acumulação capitalista avançava tendo como base uma economia dependente e monopolista. Com a reprodução ampliada do capital, se tinha paralelamente a ampliação da pobreza e das diversas mazelas que a seguem (MARTINELLI, 2003). Em um cenário de repressão, com o regime ditatorial militar, os assistentes sociais no decorrer das décadas de 1970 e 1980, passam a se identificar como categoria a partir de uma consciência política coletiva.

Segundo Santos (1999, p. 109), esse posicionamento crítico, e a conseguinte tomada de consciência, é enriquecido a partir da “introdução, nos currículos das escolas, das categorias mais amplas do materialismo histórico dialético, o que levou a uma mudança de ótica na indicação dos objetivos profissionais, [...]”.

Entende-se que a partir da apropriação do posicionamento crítico, a categoria profissional de assistentes sociais adota uma nova postura do agir profissional, articulando-se à classe trabalhadora, receptora de seus serviços, essencial para o processo de construção da identidade da profissão.

A partir disso, com o propósito de trilhar um novo percurso profissional, a década de 1980 marca o período em que foi fortalecida a direção produtiva, técnica, acadêmica e política para o Serviço Social. É nessa década que se inicia o ramo analítico que considerou o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, na divisão sócio-técnica do trabalho. A partir dessa ramificação cresce também a perspectiva do serviço social como dispêndio de força de trabalho na realização das suas atividades profissionais, incorporada pela grande maioria dos assistentes sociais na conjuntura brasileira (IAMAMOTO, 2014).

Nesse contexto, se destaca o trabalho de Iamamoto e Carvalho, publicado em 1982, com a obra *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica*, na qual a autora defende e apresenta amplamente o Serviço Social

como trabalho, alcançando uma maior dimensão que prática profissional²⁸, não sendo, contudo, essa posição homogênea no seio da categoria.

Destaca-se que a matriz crítica do Serviço Social, com base na teoria social de Marx, foi fundamental para a postura do trabalho profissional do assistente social, na perspectiva de apreensão da realidade, num processo contraditório, a partir de determinações históricas, sociais, políticas e econômicas. Portanto, a profissionalização do Serviço Social emerge da necessidade de resposta às expressões da questão social surgidas com a implantação da industrialização capitalista e a crescente expansão urbana.

Na realidade amazonense a trajetória do Serviço Social é registrada a partir da década de 1940, quando a primeira escola de Serviço Social em Manaus foi fundada por André Vidal de Araújo em 1941, isso ocorreu pela necessidade de um corpo técnico especializado para atuar na instância do Juízo de Menores do Estado (MONTENEGRO apud GAMA e ANDRADE, 2019).

Segundo Montenegro (apud GAMA e ANDRADE, 2019) a base ideológica do Serviço Social no Amazonas não difere do contexto nacional, pois para o seu fundador André Vidal de Araújo, a doutrina cristã orientaria o Serviço Social guiada pela filosofia neotomista, norteadas pelo princípio da dignidade humana.

A Escola de Serviço Social de Manaus é incorporada à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio da Resolução Nº 2/68 de 19 de fevereiro de 1968. Desde essa época, a Universidade permaneceu como única na oferta do curso de Serviço Social no Estado do Amazonas até o ano de 1998, quando o atual Centro Universitário do Norte (Uninorte), instituição privada, abre a primeira turma de Serviço Social em Manaus (GAMA e ANDRADE, 2019).

Segundo as autoras, um fator de destaque no crescimento do ensino superior (graduação) no Estado do Amazonas está atrelado à oferta dos cursos na modalidade a distância, o que fez aumentar a oferta do curso de Serviço Social no Estado.

A Universidade Federal do Amazonas buscou expandir a atuação aos municípios no interior do Amazonas ao aderir ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI – Decreto no. 6.096 2007, cujo objetivo principal era a: “[...] criação de condições para a ampliação do acesso e permanência do estudante da Educação Superior, no nível de graduação, bem como o melhor

²⁸Nessa perspectiva de análise elegeu-se o trabalho profissional para fins de reflexão da atividade do assistente social, para tanto, não nos ateremos ao aprofundamento da categoria prática profissional, para maior detalhamento a respeito ver as contribuições de Sérgio Lessa.

aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, Art. 1º).

Por meio do *Programa UfamMulticampi*, a UFAMbuscou a interiorização dos cursos de graduação, não apenas implantando os já ofertados pela universidade em sua sede, em Manaus, aos municípios do interior do Amazonas, mas criando cursos novos de graduação.

Contudo, o histórico de formação em serviço social em Coari é anterior à implementação do Programa UfamMulticampi, pois a primeira turma de Serviço Social pela UFAM em Coari foi ofertada através do Programa de Interiorização da Graduação (PROING), em 2004.

Conforme a Resolução nº 06/2001, que dispõe sobre:

Art. 1º - Os cursos de graduação oferecidos pela Universidade do Amazonas, na sede e fora da sede, através do PEFD-RP e do PROING, obedecerão às diretrizes dos projetos pedagógicos próprios, aprovados pela CEG/CONSEPE, às dispostas nesta Resolução e nas demais normas vigentes na instituição.

Art. 2º - Os cursos de graduação oferecidos através do PEFD-RP e do PROING funcionarão sob regime modular contínuo ou modular semestral (modular de recesso).

§ 2º Os cursos oferecidos sob o regime modular semestral (no recesso), funcionarão abrangendo dois turnos, sendo a combinação entre os mesmos estabelecida pela coordenação do curso, desde que sejam cumpridas as 08 (oito) horas diárias, respeitado o intervalo entre um turno e outro.

§ 3º Os locais de funcionamento dos cursos dar-se-ão em:

I - Dependências da Universidade;

II - Instalações adequadas disponibilizadas pela Instituição contratante, aprovadas pela coordenação do curso/turma, quando ocorrer indisponibilidade de espaço físico na Universidade do Amazonas (Consepe, 2001, p. 1-2).

Diante do exposto na Res. nº 06/2001 a proposta de oferta dos cursos através da interiorização da graduação pelo PROING acontecia de forma modular contínuo ou semestral, com a contrapartida de uma instituição contratante. Assim, a primeira turma de Serviço Social em Coari, iniciada em iniciou em 05 de julho de 2004, ocorreu no regime semestral (modular de recesso), por intermédio da parceria entre Universidade Federal do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Coari.

Coari foi o município pioneiro no interior Amazonas a receber o curso de graduação em Serviço Social, por meio de aulas presenciais, contudo, essa turma foi a primeira e única turma oferecida pela universidade no Campus Coari.

No ano seguinte (2005) o curso foi implementado pelo UfamMulticampi²⁹ em Parintins, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), onde são oferecidos também outros seis cursos de graduação: Administração, Comunicação Social/Jornalismo, Serviço Social e Zootecnia; três licenciaturas: Artes Plásticas, Educação Física, Pedagogia. Essa estrutura abriga cerca de 2 mil alunos, 90 professores e 42 servidores técnicos administrativos, além de prestadores de serviços terceirizados (ICSEZ, 2001, s/p).

Após essa turma do curso de Serviço Social no Campus UFAM/Coari, em 2007 através do ensino privado, iniciou a oferta do curso de Serviço Social pelo Ensino a Distância (EAD) no polo da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) em Coari, em seguida a esta instituição o curso de Serviço Social também na modalidade a distância passou a ser ofertado pela Universidade Paulista (UNIP).

Esta trajetória do Serviço Social no município de Coari se registra em um período mais recente, decorrente da mercantilização da educação no contexto brasileiro, a partir do ideário neoliberal que foi intensificado nesta realidade no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (SILVA e VALLINA, 2005).

Todavia, o Serviço Social estava presente em Coari por meio do trabalho do assistente social na área de saúde, no ano de 1972, com a fundação da Unidade Mista de Coari (hoje Hospital Regional de Coari - HRC). Posterior à área de saúde, se destaca a presença de assistentes sociais na área de Assistência Social. Segundo Palmeiras (2008) a cidade de Coari passou a ter uma instituição de Assistência Social em 14/06/1993, através da lei nº 14/93. Naquela conjuntura específica, a mesma foi gerenciada pela Primeira Dama do município, coroando formas de tutela e assistencialismo da política de assistência social, demarcadas pelos atendimentos na residência do prefeito, onde eram feitos “atendimentos” sem qualquer racionalização na distribuição de benefícios.

Ainda segundo a referida autora, a partir do ano de 2001, a gestão do Prefeito Adail Pinheiro é considerada um momento histórico para a Assistência Social em Coari, pois foi a partir dessa gestão que Coari passa a ter profissionais de Serviço Social no quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social (antiga SEMAS). A esse respeito, Palmeiras (2008, p.54-55) expõe a fala do gestor da SEMAS nesse período:

²⁹O Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) Parintins foi criado oficialmente através das Resoluções CONSUNI/UFAM nº 022/2005 e CONSUNI/UFAM nº 025/2006. A instalação oficial se deu em 24 de setembro de 2007, objetivando maior alcance da educação superior fora da capital Manaus, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007).

Não se trabalha em uma secretaria de ação social que não tenha pelo menos três assistentes sociais, são profissionais importantíssimos, são elas quem trabalham, quanto aos carentes, elas cuidam dos programas e dos conselhos. O trabalho numa secretaria não pode render sem o trabalho de uma assistente social, por este motivo contratamos na época quatro assistentes sociais.

Assim, nesse período os atendimentos aos usuários passaram a ser realizados pelas assistentes sociais, e não mais pela primeira-dama³⁰.

Não existia um trabalho de serviço social, nós tínhamos talvez a assistência desenvolvida por pessoas que naquele momento era a maneira a forma de atender as necessidades não entendiam a assistência como política pública apesar disso já ter se estabelecido desde 88 com a constituição mas na prática isso veio no município de Coari se configurar agora, onde a gente conseguiu avançar muito com a implantação dos conselhos de assistência, dos direitos da criança e do adolescente com a criação programas através de leis municipais estabelecendo critérios de inclusão, hoje o município ele 56 trabalha de forma universal por que ele ao discrimina partidos políticos, então todas as pessoas que precisarem de assistência estando dentro com os critérios que a lei estabelece elas terão acessos a esses benefícios (PALMEIRA, 2008, p.55-56).

Cabe destacar que no mesmo ano em que foi iniciada a primeira turma de Serviço Social em Coari pela UFAM, também se obteve o marco da primeira gestão de uma Assistente Social à frente da SEMAS (PALMEIRA, 2008).

Deste modo, a capacidade técnica do assistente social é refletida nos serviços em Coari, no ano seguinte, pois em 2005 houve saltos qualitativos: foi conferido ao município a habilitação na gestão plena, meta alcançada em poucos municípios brasileiros, isto fomentou condições legais para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Coari nesse período (PALMEIRA, 2008).

A partir de 2004, Palmeira (2008) afirma que o trabalho do assistente social tomou rumos mais promissores com a ampliação do número de programas sociais, bem como, na qualidade da execução dos mesmos; o número de assistentes sociais contratado nesse período passava de dez (10) profissionais. Assim, o serviço social como profissão foi se consolidando na cidade de Coari, sendo o ano de 2004 o marco de implantação do curso e formação de assistentes sociais na cidade.

Desta maneira, entender o campo de maior expressão da atuação do trabalho profissional do assistente social, as instituições públicas, é essencial para a nossa análise, por isto, no item a seguir faz-se uma síntese das instituições públicas estatais enquanto

³⁰ Ver maior detalhamento sobre o primeiro damismo em Coari em: PALMEIRA, Elizângela Côrrea. **A trajetória da Assistência Social em Coari: do primeiro damismo à política pública**. 2008. Monografia (graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas. Coari: 2008.

espaço para a atuação da profissão de Serviço Social. Assim, partimos de um cenário mais amplo e detalha-se esses espaços públicos onde estão inseridos os assistentes sociais no município de Coari.

2.3 As instituições públicas estatais e seus espaços para atuação profissional

As requisições oriundas da expansão industrial e urbana a partir do capitalismo com a divisão sociotécnica do trabalho marcaram a emergência da profissão de Serviço Social, e algumas características acompanham o perfil profissional dos/as assistente social desde o início da profissão e segue ao longo de sua trajetória histórica.

Uma destas características que acompanham a profissão desde sua emergência está relacionada a área de atuação do assistente social, pois ao emergir a profissão de Serviço Social seu campo de maior empregabilidade foram as instituições públicas através do Estado, isto ainda hoje permanece verídico, possível de verificação nos resultados de pesquisas dos órgãos da categoria³¹ e em pesquisas acadêmicas atuais.

Porém, cabe destacar que em relação a área de atuação a maior inferência inicialmente se deu âmbito federal, havendo no decorrer dos anos uma migração para os estados e municípios. Isto se afirma nos dados apresentados no trabalho de Silva e Vallina (2005) que mostraram claramente que ocorreu esse deslocamento da inserção de assistentes sociais da esfera federal para as estaduais e municipais. Conforme as autoras, a ocorrência desse deslocamento pode ser entendida a partir da promulgação da Constituição de 1988, da regulamentação da Lei Orgânica de Saúde (LOS), e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que fomentaram o processo de descentralização e municipalização das políticas sociais.

Abrimos aqui um parêntese para enfatizar que no bojo destas conquistas legais no contexto brasileiro ocorre também a influência do projeto neoliberal que requisita a reestruturação do sistema produtivo e pressiona para as alterações na execução das políticas públicas no país neste período (VICENTE, 2018). Desta forma, considera-se os apontamentos de Raichelis (2009) de que o processo de descentralização e municipalização atinge o mercado de trabalho do assistente social, com a redução de postos de trabalho na esfera governamental nos níveis federal e estadual, por conta da transferência dos serviços públicos para os municípios.

³¹ Coleta de cadastramento nacional dos/as Assistente sociais, CFESS, 2022. Disponível pelo link: <https://www.google.com/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook>

Com isto, entende-se que esse processo descentraliza as ações do poder federal e leva para os municípios a responsabilização operacional dos serviços públicos, os quais passam a absorver a maior concentração do trabalho dos/as assistentes sociais, só que, na medida em que se ampliam os postos de trabalho no nível municipal, há a redução nos setores da União e dos Estados, ou seja, o que representou ganhos, também apresenta perdas de espaço de trabalho para os/as assistentes sociais.

Dessa forma, as investidas neoliberais “no aparelho estatal não significam a mera restauração de um liberalismo tradicional, mas têm como principal característica alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental [...]” (DARDOT; LAVAL apud RAICHELIS, 2018). Segundo Raichelis (2018) isto produz uma nova racionalidade política e social bem estruturada aos modos da mundialização e financeirização do capital, que ao invés da simples retirada do Estado, faz sobre novas formas uma reconvocação política no papel do Estado; a autora com base em Dardot e Laval (2016) constata que essas novas formas de gestão do trabalho “representam o espelho da reestruturação produtiva do capital no setor produtivo empresarial, visando adequar a razão pública à lógica privada, [...]” (p. 55) no sentido de reduzir gastos e ampliar resultados, isto corrobora para condições de inseguranças e imprecisões nos serviços públicos e afetam a profissão de Serviço Social nos diversos espaços ocupacionais seja na esfera pública estatal ou privada.

Feita essa breve contextualização inicial, passamos a abordar o que se configura concretamente na operacionalização do trabalho dos/as assistentes sociais nas instituições públicas. Conforme Santos (1999) e Faleiros (2007), as instituições públicas podem ser entendidas como organismos técnicos operacionais que atuam como eixos reprodutores do sistema; elas se auto justificam, já que se define em torno dos objetivos que respondam às necessidades sociais da forma mais adequada possível; por serem mantidas pelo poder público (federal, estadual e municipal) e financiadas pelo Estado, têm a função precípua de ofertar serviços essenciais gratuitos para suprir as necessidades de uma sociedade.

Para Faleiros (2007), “as instituições garantem a reprodução da força de trabalho imediata ou mediata para o capital e sua subordinação política” (p. 58), assim, essas organizações apresentam um conjunto de normas estruturadas em função de objetivos específicos no contexto societário. Diante deste caráter funcional e normatizador das instituições, verifica-se que o trabalho dos/as assistentes sociais se desenvolve no interior dessas organizações intrínseco à relação capital x trabalho, que requer mão de obra qualificada para exercer a ação mediadora entre interesses contraditórios.

Por isso, essa ação do trabalho dos/as assistentes sociais é realizada em meio a interesses divergentes entre requisições e demandas de instituição/usuário - Estado/Cidadão, condição que se apresenta ao assistente social como desafio, o de construir as devidas mediações sem limitar-se unicamente às regras institucionais (SANTOS, 1999).

Isto demonstra segundo Iamamoto (2009) que o assistente social não

tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções, o que é comumente denunciado como o “peso do poder institucional”. Simultaneamente, o assistente social tem como base social de sustentação de sua relativa autonomia – e com ela a possibilidade de redirecionar o seu trabalho para rumos sociais distintos daqueles esperados pelos seus empregadores – o próprio caráter contraditório das relações sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 14).

Assim, o caráter contraditório próprio das relações sociais onde se desenvolve o trabalho profissional dentro das instituições é o que proporciona meios para uma posição crítica do assistente social. Isto não é tarefa fácil e não ocorre naturalmente, mas requer do profissional uma posição de enfrentamento, poder de articulação e argumentação para negociar e propor alternativas dentro da instituição empregadora (IAMAMOTO, 2000).

Mediante a isso, cabe aqui trazer a sinalização um fator que pode impulsionar ou neutralizar a posição de ação propositiva do profissional no interior das instituições públicas a saber - a constituição do vínculo empregatício - isso porque segundo Raichelis (2018, p. 53-54) o que ocorre nos dias de hoje,

na administração pública brasileira é um quadro em que grande parte dos serviços públicos é realizada não mais pelo *servidor público*, profissional concursado cujas relações de trabalho são regidas por regime jurídico próprio, mas pelos mais diferentes tipos de trabalhadores, em geral empregados de forma precária, com contratos temporários, sem os mesmos direitos do *funcionalismo estatutário*, com salários mais baixos e expostos a maiores riscos e insegurança.

Nesse sentido, os vínculos profissionais refletem diretamente os direitos trabalhistas e têm influência na posição assumida pela classe de trabalhadores em geral (ANTUNES, PRAUN, 2015), não somente para os/as assistentes sociais. Assim, as instituições públicas, como mencionado anteriormente, são espaços privilegiados de vinculação do profissional de Serviço Social em âmbito nacional e também no município de Coari.

Desta maneira, vejamos como está representada essa vinculação dos/as assistentes sociais nas instituições estatais de Coari. A disposição do número de assistentes sociais

que atuam no município é de 37 assistentes sociais no total, lotados em 16 instituições públicas estatais³², distribuídos conforme o quadro 3:

Quadro 3 - Quantitativo de Assistente Sociais por instituição, esfera governamental e vínculo empregatício

Ord.	Instituição	Esfera	Vínculo	Nº
1	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	Federal	Efetivo	01
2	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Federal	Efetivo	02
3	Câmara Legislativa	Municipal	Efetivo	02
4	Hospital Regional de Coari (HRC)	Estadual	Efetivo	05
5	Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/Coari)	Estadual	Efetivo	02
6	Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)	Municipal	Cargo Comissionado	01
7	Fundação de Medicina Tropical/Coari (FMT)	Municipal	Cargo Comissionado	01
8	Setor de Tratamento Fora de Domicílio (TFD)	Municipal	Cargo Comissionado	02
9	Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF)	Municipal	Cargo Comissionado	02
10	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I	Municipal	Cargo Comissionado	04
11	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS II	Municipal	Cargo Comissionado	03
12	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Municipal	Cargo Comissionado	03
13	Secretaria Mun. de Educação e Cultura (SEMED)	Municipal	Cargo Comissionado	02
14	Secretaria Mun. de Desenvolvimento Social (SMDES)	Municipal	Cargo Comissionado	05
15	Setor de Terra e Habitação	Municipal	Cargo Comissionado	01
16	Secretaria Mun. de Esporte e Lazer (SEMEL) ³³	Municipal	Cargo Comissionado	01
Total				37

³²Essas informações foram coletadas através de levantamento exploratório anterior ao período da pesquisa realizado entre setembro e outubro de 2020, atualizado em setembro de 2021.

³³ Durante o período de entrega do Termo de Anuência a esta Secretaria nos foi informado que não havia mais um assistente social trabalhando na instituição.

Fonte: Levantamento exploratório, 2021

Para maior detalhamento de como está organizado o espaço de atuação profissional dos/das assistentes sociais em Coari nas três esferas estatais, segue a distribuição destes profissionais no período da pesquisa, conforme as informações na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Distribuição de assistentes sociais por esfera institucional em Coari

Nº de Assistentes Sociais	Esfera Institucional	%
03	Federal	8,11%
07	Estadual	19%
27	Municipal	73%
37	Estatal	100%

Fonte: Levantamento exploratório, 2021.

As informações apresentadas no quadro 3 e na tabela 1 demonstram predominância do número de assistentes sociais contratados na esfera municipal com 73%, seguida da estadual com 19% e da esfera federal que representa o menor percentual de inserção de profissionais 8,11%. Um outro aspecto a destacar é que 73% de profissionais que atuam na esfera municipal têm o vínculo com a instituição por meio de Cargo Comissionado, condição que expõe a fragilidade desta relação contratual, como também a facilidade para o desvinculamento do/da assistente social de suas atividade na instituição, podendo vir até a comprometer a ação/posição crítica do profissionais nestes espaços, uma vez que ficam mais fragilizados diante da forma de contratação.

Em relação às instituições estaduais e federais, a forma de vinculação muda para vínculo efetivo, somados os dois percentuais (federal, estadual) o número de profissionais efetivos nessas esferas é de 27,11%. Isso mostra que apesar do número de profissionais ser brutalmente inferior ao municipal, estas esferas absorvem a contratação de assistentes sociais por vínculo que oferece maior condições de estabilidade e segurança no trabalho que os municípios.

Conforme Gama e Andrade (2018), os vínculos institucionais demonstram uma possível fragilidade nas relações profissionais, o que salienta a escassez de concursos públicos específicos à área de Serviço Social no Amazonas. Esta situação faz com que a forma de ingresso dos assistentes sociais nas instituições de trabalho no interior do Estado esteja diretamente associada às articulações políticas que dependem das disputas pelo executivo municipal. Para as autoras, “esse tipo de vínculo institucional gera formas de

subcontratação e terceirização que podem proporcionar instabilidade, insegurança e desconforto para o assistente social no seu fazer profissional” (Idem, p. 11).

Isto revela que as relações instáveis de trabalho também são marcantes para os/as assistentes sociais que atuam em Coari na esfera municipal, pois refletem as condições de precarização das condições de trabalho (ANTUNES e PRAUN, 2015), sem deixar de mencionar que nessas condições de trabalho a influência do “peso do poder institucional” a que se refere Iamamoto (2009), tendem a ganhar mais força ante essas vias de contratações dos/das assistentes sociais.

Portanto, é necessário que ao ingressar nas instituições empregadoras o assistente social se invista de capacidade e consciência crítica para que não haja o impedimento de um trabalho articulado a visão coletiva, aos interesses da classe trabalhadora, com garantia de implementações propositivas entre profissional, usuários dos serviços e instituição.

A seguir, no capítulo III, serão apresentadas as análises acerca das expressões contemporâneas do trabalho do assistente social desenvolvido em instituições públicas estatais de Coari (Amazonas), com ênfase do período de pandemia da covid-19.

CAPÍTULO 3 – EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTATAIS DE COARI/AMAZONAS

Neste capítulo, apresentam-se as discussões e análises construídas a partir das entrevistas com os/as assistentes sociais sujeitos da pesquisa, medidas pelos autores estudados. Inicialmente realizamos um diálogo que possibilitasse a compreensão das transformações contemporâneas no mundo do trabalho para o assistente social e seus impactos no cotidiano profissional. Após essa análise geral, dar-se-á enfoque às transformações do trabalho do Assistente Social especificamente a partir da crise pandêmica da Covid-19; e, por último, apresentam-se as análises acerca das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa dos assistentes sociais participantes da pesquisa que integram somente a esfera estatal, nos níveis municipal, estadual e federal.

3.1 Transformações contemporâneas e seus impactos no cotidiano do trabalho profissional

Trazer a luz as transformações ocorridas no mundo do *trabalho* atualmente exigem que se entenda a centralidade do trabalho para o homem na sociedade. Segundo Marx (2011), o trabalho se constitui como mola propulsora da transformação evolutiva da humanidade; motor para a produção de riquezas e também utensílio principal na exploração do homem sobre o homem, é “independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, portanto, da vida humana” (p. 118).

Assim, na medida em que produz riquezas, também é o meio pelo qual se consolida a exploração do homem sobre o homem, por isso as transformações contemporâneas no mundo do trabalho se expandem no cenário global de modo a intensificar a massificação da classe de trabalhadores independente de nação, território, economia e política do lugar, uma característica comum a essas transformações na atualidade se manifesta na precarização das condições de trabalho (ALVES, 2000; ANTUNES, 2008).

Conforme Netto e Braz (2008), evidenciam-se as alterações ocorridas na trajetória das relações de trabalho no mundo, o que significa dizer que elas também atingem o Brasil (respeitando-se as particularidades que lhes são inerentes), as quais retratam as progressivas transformações contemporâneas do mundo do trabalho. Tratam-se de processos complexos e contraditórios que estão em constante movimento; suas características se alteram, se intensificam e se reestruturam, sendo inteiramente interligadas à lógica de sobrevivência do sistema capitalista contemporâneo.

Diante do exposto, conclui-se que estas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho têm suas manifestações de formas diversas e as alterações delas decorridas afetam a classe trabalhadora e o trabalho por ela realizado.

Como estas alterações englobam a classe trabalhadora e a realização do seu trabalho em todos os setores, faz-se necessário apresentar o perfil dos/as assistentes sociais das instituições estatais participantes da pesquisa. A partir disto, pode-se estruturar características que possibilitem analisar estas transformações do trabalho para parte dessa categoria profissional, especificamente os sujeitos da pesquisa. O quadro a seguir apresenta informações de identificação geral:

Quadro 4 - Perfil geral dos/as assistentes sociais das instituições

IDENTIFICAÇÃO GERAL						
IDENT.:	SEXO	IDADE	NATURALIDADE	INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO	TITULAÇÃO
JASMIM	F	43 ANOS	PIAUÍ-PI	UFPI	2002	GRADUAÇÃO
LÓTUS	F	41 ANOS	COARI-AM	UFAM	2008	GRADUAÇÃO
LÍRIO	F	39 ANOS	COARI-AM	UNINORTE/MAO	2010	SEGUNDA GRADUAÇÃO/ APERFEIÇOAMENTO
CRAVO	M	42 ANOS	COARI-AM	UFAM	2008	SEGUNDA GRADUAÇÃO/ ESPECIALISTA
ACÁCIA	F	44 ANOS	PARINTINS-AM	UFAM	2011	ESPECIALISTA
IPÊ	F	63 ANOS	PORTO NACIONAL-TO	CEULP/ ULBRA - TO	2004	ESPECIALISTA
IRIS	F	37 ANOS	COARI-AM	UFAM	2008	ESPECIALISTA
ROSA	F	34 ANOS	COARI-AM	UNOPAR	2010	DOUTORADO
TULIPA	F	30 ANOS	MANAUS-AM	FAMETRO	2013	ESPECIALISTA
DÁLIA	F	26 ANOS	COARI-AM	UNOPAR	2016	ESPECIALISTA

Fonte: Pesquisa de campo, 2022

Conforme o detalhamento do quadro 01, as informações mostram que dos/das 10 assistentes sociais que participaram das entrevistas, 09 (nove) são do sexo feminino; e 01 masculino; referente à idade, 08 dos/as assistentes sociais estão entre a faixa etária de 30 à 44 anos, somente uma profissional com 26 e outra com 63 anos.

Em relação a naturalidade, a maioria (06) dos/das entrevistados/as são de Coari-AM; 01 é de Parintins; 01 de Manaus; 01 é do Piauí e 01 de Porto Nacional (TO).

Quanto à instituição de formação: dos/as 10 assistentes sociais entrevistados/as, 5 obtiveram suas formações em universidades públicas federais e 5 formaram em universidades, faculdades e centro universitários privados, com destaque para 02 assistentes sociais formaram pela modalidade do Ensino a Distância (EaD).

A paridade demonstrada na pesquisa entre ensino público e privado na formação de Serviço Social dos/as profissionais que atuam no interior do Amazonas pode ser analisada levando-se também em consideração a mercantilização da educação superior que expande como estratégia econômica deste projeto de crescimento e liberalização do comércio no plano mundial. No Brasil, o avanço do neoliberalismo impulsiona a demanda do mercado, desta maneira, a educação de modo geral passa a ser enxergada como um mercado fértil para a lucratividade (GAMA e ANDRADE, 2018).

Desta forma, a expansão do ensino superior privado no Brasil se intensificou no final dos anos 90 e início dos anos 2000, período que coincide com a abertura da primeira turma de Serviço Social em Manaus por instituição privada (como visto no Capítulo anterior, no item 2.2). Pontua-se, segundo Silva (2020), que em 2006 foi autorizado pelo CFESS o curso de Serviço Social na modalidade de Ensino a Distância (EAD); consta na Portaria Normativa No- 2, de 10 de janeiro de 2007 às disposições sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância, mesmo período em que se inaugura a oferta do curso de Serviço Social pela Unopar no município de Coari, o que revela a velocidade da expansão do EAD no contexto brasileiro.

Para Gama e Andrade (2018), a requisição do mercado profissional alia-se à perspectiva do mercado neoliberal instalada no país, onde se destacam três consequências negativas para a formação e o trabalho do assistente social: a primeira, é a busca por qualificação, causando o enchimento das salas de aulas físicas e virtuais; a segunda, sobrecarrega o mercado de profissionais, e, por último, cria um enorme exército de reserva.

Tais consequências ficam bem evidentes na fala de uma das assistentes sociais entrevistadas: *“considerando que existe um número significativo de pessoas formadas em Serviço Social em Coari, que atualmente encontram-se desempregadas”* (Dália, S: Fem;

ACG: 2016, TIT: Especialista; TVE: Contrato por tempo indeterminado³⁴). Nota-se que a oferta de profissionais é muito maior que a demanda do mercado de trabalho em Coari para os/as assistentes sociais. Essa condição revela a tendência ao acirramento da disputa por espaços no mercado de trabalho:

a essa tendência deve-se acrescentar os impactos das transformações no mundo do trabalho, resultantes do processo de reestruturação da produção e gestão nas empresas, aliado às medidas de redução do papel do Estado brasileiro, incidindo no corte dos gastos públicos e, conseqüentemente, no agravamento da questão social, através do aumento do desemprego, da flexibilização e da terceirização dos contratos de trabalho (SILVA e VALLINA, 2005, p. 30).

A sinalização da fala do/a assistente social entrevistado/a confirma que ocorre na realidade de Coari a oferta de profissionais de Serviço Social que não conseguem entrar no mercado de trabalho.

De acordo com Iamamoto (2014) o número de profissionais de Serviço Social no Brasil é de grande expressão, é no cenário mundial o segundo com maior número de assistentes sociais, superado apenas pelos Estados Unidos. Cabe destacar que o número de assistentes sociais no Brasil atualmente é de 176.524 assistentes sociais com inscrições ativas/os nos CRESSs (CFESS, 2022); com base no acelerado aumento dos cursos de Serviço Social nas últimas décadas o Conselho Federal ressalta que:

A profissão, que registrava 70 mil assistentes sociais inscritas/os ativas/os nos CRESS em 2006, quando completou 70 anos (poderia se falar em média de 1 mil inscrições/ano), saltou para 176.524 mil ao final de 2019 [...], o que corresponderia a uma média aproximada de 8.000/ano, um crescimento exponencial de 152% em 13 anos (CFESS, 2022, p. 49).

Considerando este dado, verifica-se que há a formação de um exército de reserva de assistentes sociais disponíveis no mercado, visto que a oferta de profissionais é maior que a demanda dos mercados de trabalho dessa profissão.

A grande quantidade de profissionais formados e desempregados tem peso negativo para o profissional, por outro lado, favorece o mercado com mão de obra disponível. Essa é uma das condições do trabalho no cenário contemporâneo, que afeta globalmente as classes que vivem do trabalho³⁵ (SILVA, 2010), destacando que a categoria profissional de assistentes sociais é atingida diretamente pelas transformações societárias contemporâneas, expressas, dentre muitas outras formas, nas reduções de postos de trabalho, nos modos de

³⁴S: Sexo; ACG: Ano de Conclusão da Graduação; TIT: Titulação; TVE: Tipo de Vínculo Empregatício.

³⁵ Termo de Ricardo Antunes utilizado por Silva (2010).

contratação terceirizados e por tempo determinado etc. (RAICHELIS, 2009).

Ao se verificar os anos de conclusão da graduação (ACG) dos/as assistentes sociais participantes da pesquisa, percebe-se que é convergente com o período de expansão do ensino superior no território nacional, pois todos/as assistentes sociais concluíram o curso de Serviço Social a partir do ano 2000, sendo que a maior frequência concentra-se no ano de 2008, com 03 conclusões; seguido do ano de 2010, com 02; e os outros 5 profissionais afirmaram que concluíram nos anos de: 2002, 2004, 2011, 2013 e 2016.

Se compararmos os anos em que cada assistente social concluiu a graduação ao indicador de idade representado no quadro 01, percebe-se que as faixas etárias variam a partir dos 20, 30, 40 e 60 anos, mas mesmo assim os anos de conclusão da graduação são aproximados, todas a partir do ano 2000.

No trabalho de Silva e Vallina (2005) identifica-se que uma parcela considerável de assistentes sociais afirmara terem cursado suas pós-graduações nos anos 1990 e 2000, o que segundo as autoras, demarca “uma tendência de novas exigências do mercado de trabalho” (p. 31) para os/as assistentes sociais.

Diante disso, verifica-se que as informações do quadro 1, acerca das informações de titulação (TIT), sinalizam que a maioria dos/das assistentes sociais (06) são especialistas, 1 desses 06 afirmou que também possui uma segunda graduação e 01 afirmou estar cursando o mestrado); 02 dos profissionais possuem somente graduação em Serviço Social; 01 profissional tem uma segunda graduação e aperfeiçoamento na área de Serviço Social. Dos 10 profissionais entrevistados, somente um possui o título de doutor em Serviço Social.

Neste sentido, dos 10 profissionais entrevistados 1% possui doutorado e 70% especialização. A diferença entre estes percentuais pode levar a um conjunto de indagações que não são excludentes: fragilidade da política pública de educação no Brasil? falta de investimento no ensino das séries iniciais ao ensino superior, a priorização do setor econômico em detrimento do social (RODRIGUES e CHAVES, 2019)? Expressiva redução dos recursos orçamentários para a Educação (BRASIL, 2021)? falta de interesse dos assistentes sociais em se qualificar? opção dos assistentes sociais por outras áreas e/ou formas alternativas de sobrevivência? dificuldade de conciliar as exigências da qualificação com outras responsabilidades?

Soma-se a essas indagações um fator que se manifesta no espaço institucional - a jornada de trabalho - isto porque segundo Pereira (2018) a continuidade da qualificação profissional para os/as assistentes sociais que estão exercendo a profissão depende das

condições para conciliar o trabalho e as atividades necessárias ao estudo, pois muitas vezes o profissional não tem a liberação da carga horária de trabalho e “precisam negociar acordos com suas chefias se comprometendo a compensar as horas dedicadas [...] às aulas” (p. 93).

Deste modo, identifica-se que pode haver a existência de entraves institucionais hierárquicos para o apoio e investimento ao processo de qualificação continuada para os/as assistentes sociais que estão exercendo a profissão, e esses entraves se mostram maiores quando se refere a modalidade *stricto sensu*, pois a dedicação deve ser ainda maior.

Portanto, a partir desta caracterização do perfil geral dos/das assistentes sociais participantes da pesquisa, passamos a apresentar informações que complementam o perfil profissional, especificamente no que diz respeito à atuação profissional. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 5 - Perfil profissional dos/das assistentes sociais entrevistadas nas instituições

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL										
ATUAÇÃO PROFISSIONAL:	JASMIN	LÓTUS	LÍRIO	CRAVO	ACÁCIA	IPÊ	IRIS	ROSA	TULIPA	DÁLIA
Participa/participou da direção de órgãos da categoria?	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Especificar que tipo de participação:	Coord. da Enesso	Não se Aplica	Não Se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Participou das atividades dos órgãos da categoria?	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Se sim. Quais as atividades realizadas?	Semana de Serv. Social/ Curso-Ofic.	Não se Aplica	Não se Aplica	Curso/ Oficina	Curso-Ofic./ Assembleia/ Cong. Nac.	Não se Aplica	Não se Aplica	Semana de Serv. Social	Semana de Serv. Social/ Curso-Ofic.	Semana de Serv. Social
Participa de órgãos, conselhos, e/ou movimentos sociais?	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Natureza da instituição que trabalha:	Estadual	Estadual	Municipal	Municipal	Federal	Municipal/ Estadual	Federal	Municipal	Municipal	Municipal
Área de atuação na instituição	Saúde	Educação	Educação	Assistência Social	Educação	Câmara / Saúde	Educação	Saúde	Assistência Social	Saúde
Cargo ocupado na Instituição:	Assist. Social	Assist. Social	Assist. Social	Coordenação	Assist. Social	Assist. Social	Assist. Social	Assist. Social	Téc. de Planejamento	Assist. Social
Tipo de vínculo empregatício:	Concurso	Concurso	Contrato Temporário	Contrato Temporário	Concurso	Concurso	Concurso	Contrato Temporário	Contrato Temporário	Contrato por Tempo Indeterminado
Jornada de trabalho semanal:	30h	30h	40h	30h	40h	60h	40h	30h	40h	30h
Temp. de atuação na instituição:	6 anos	1 ano	3 anos	10 anos	5 anos	17 anos	7 anos	8 anos	3 anos	5 anos
Tempo de atuação como Assistente Social:	20 anos	12 anos	9 anos	6 anos	10 anos	18 anos	9 anos	10 anos	3 anos	5 anos
Possui outro vínculo empregatício?	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

De acordo com as informações do quadro 02, a maioria, 09 dos entrevistados/as não participam ou participaram da direção dos órgãos da categoria; somente 01 assistente social afirmou ter participado como coordenadora nacional da Enesso.

Nota-se que o engajamento aos órgãos da categoria é de baixa expressão entre os assistentes sociais de Coari, esta baixa expressão pode inferir que para os profissionais que atuam no interior do Amazonas a participação direta nos órgãos da categoria sejam dificultados pela distância geográfica da sede destas entidades para os municípios, a exemplo podemos citar a sede do CRESS/AM que está representada fisicamente na capital Manaus, a 363 km de Coari.

Quando perguntado se já participou de alguma atividade dos órgãos da categoria (sim ou não) obteve-se um empate nas afirmações. Ao especificarem as atividades das quais participaram 04 dos/das assistentes sociais entrevistados destacaram as Semanas de Serviço Social/Cursos e Oficinas; e 01 assistente social afirmou ter participado dos Curso-Oficinas, de Assembleia e do Congresso Nacional de Serviço Social.

Desta maneira, quando perguntados se participam de órgãos, conselhos, e/ou de movimentos sociais, a grande maioria, 08 dos/as assistentes sociais disse que *não*, e 02 assistentes sociais afirmaram que *sim*, expressando que a frágil participação dos profissionais da esfera estatal de Coari é um potencial a ser trabalhado pelos órgãos da categoria.

A natureza da instituição que trabalham os/as assistentes sociais são: 02 assistentes sociais são da esfera federal; 02 da esfera estadual (um deles com vínculo também na estadual); e 06 (maioria) dos/as assistentes sociais entrevistados estão inseridos na esfera municipal (um destes profissionais afirmou ter vínculo também na esfera estadual).

Quanto à área de atuação na instituição: educação aparece em 04 respostas (01 dessas assistentes sociais também trabalha na saúde municipal); seguida pela área de saúde (04) (01 dessas assistentes sociais também trabalha na Câmara Municipal); e 02 na área da Assistência Social.

As áreas aqui relacionadas correspondem às principais políticas públicas de espaço de atuação para o profissional de Serviço Social, com destaque para as políticas de assistência social e saúde como campo de maior empregabilidade para o/a assistente social (IAMAMOTO, 2009); na política de educação essa inserção passou a ser requisitada num período, mas recente (destaque para o ano 2000), com muita luta da categoria para a garantia desse espaço de trabalho para o assistente social (Parecer Jurídico 23/00, 2000).

Em relação ao tipo de vínculo empregatício (TVE), 05 dos/as assistentes sociais são concursados (efetivos), 04 assistentes sociais são vinculados por meio de contrato temporário;

e 01 afirmou ter contrato por tempo indeterminado. Dos/as profissionais entrevistados/as 05 deles trabalham 30h semanais; 04 assistentes sociais disseram trabalhar 40h por semana, e 01 assistente social afirmou trabalhar mais de 40h semanais.

Verifica-se que no referente à carga horária 50% dos/das assistentes sociais entrevistados estão usufruindo do direito conquistado no ano de 2010, através da lei 12.317/2010, que garante a jornada semanal de trabalho para o assistente social de 30h sem prejuízos de remuneração salarial. Ainda assim, percebe-se que a outra metade (50%) dos/das assistentes sociais, apesar do amparo legal com o sancionamento da referida lei continuam cumprindo uma jornada de trabalho superior.

O tempo de atuação na instituição, conforme informado no quadro 02, permitiu formar 3 grupos temporais de profissionais: primeiro grupo, os assistentes sociais que tem de 1 a 3 anos trabalhando na instituição (30%); segundo, os que afirmaram ter de 5 a 10 anos de trabalho na instituição (60%); e, por terceiro, o grupo que afirmou ter 17 anos de trabalho na instituição (10%).

Já quanto ao tempo de atuação como Assistente Social, é possível averiguar que do total entrevistado 50% exercem a profissão de 10 a 20 anos; 30% dos/das assistentes sociais já atuam entre 6 a 9 anos; e 20% têm de 3 a 5 anos exercendo a profissão.

No que refere a possuir outro vínculo empregatício, os dados apontam que 07 assistentes sociais afirmaram que não tem outro vínculo de emprego, enquanto 03 disseram que sim. Ao pedirmos que esses três profissionais especificasse o vínculo, 02 assistentes sociais afirmaram ser vínculo estatal municipal e 01 profissional disse ser microempresária, pois trabalha também no comércio.

A partir do perfil apresentado, seguem as análises sobre as manifestações dos profissionais que participaram da pesquisa, mais detalhadamente sobre como estes entendem a ocorrência das transformações contemporâneas do mundo do trabalho em geral:

De modo geral, as transformações do mundo do trabalho referem-se, principalmente, às perdas nas garantias de direitos sociais, causando sobretudo, a expansão da terceirização da força de trabalho, o trabalho temporário e a contrarreforma do Estado (Lótus, S: Fem.; ACG: 2008, TIT: Graduada; TVE: efetivo);

É o que vem no Contexto Estrutural no Mundo, Precarização do Trabalho (Lírio, S: Fem.; ACG: 2010, TIT: Segunda Graduação/Aperfeiçoamento; TVE: Contrato Temporário);

Precariedade do trabalho, salários baixos e pouca valorização profissional (Cravo, S: Masc.; ACG: 2008, TIT: Segunda Graduação/Especialista; TVE: Contrato temporário).

Depreende-se das falas em destaque que a ação prejudicial dessas transformações aos assistentes sociais expressa-se por meio de “*perdas e desvalorização*”, sentidas pelos assistentes sociais em suas condições de trabalho, alterando condições e relações de trabalho, o que para Antunes (2018) acontece quando a quebra dos vínculos formais de contratação e regulação da força de trabalho se manifestam de forma mais intensa. Para Alves (2021), a precarização do trabalho ocorre com o processo de reestruturação dos processos produtivos das empresas privadas e organizações públicas e do próprio mercado de trabalho, comprimindo uma nova classe de trabalhadores desprovidos de seus direitos trabalhistas diante das imposições neoliberais.

Tanto a abordagem de Antunes (2018) como a de Alves (2021) podem ser destacadas nas falas dos assistentes sociais pesquisados, ao manifestarem o reconhecimento dessas alterações no mundo do trabalho:

A desconstrução dos vínculos empregatícios (Ipê, S: Fem.; ACG: 2004, TIT: Especialista; TVE: efetivo);

Em geral, a rotina do nosso trabalho, que por vários motivos como o surgimento de novas tecnologias, a flexibilização do trabalho e o surgimento de novos segmentos de trabalho são algumas das transformações (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário);

Aumento da concorrência. Dificuldade para se aposentar e/ou realizar aquisições de benefícios (Dália, S: Fem.; ACG: 2016, TIT: Especialista; TVE: Contrato por tempo indeterminado).

De acordo com Oliveira (2005), as alterações citadas pelos assistentes sociais não surgiram recentemente, mas já a partir da nova divisão internacional do trabalho, não de forma espontânea, mas como enfrentamento das sucessivas crises a que vem sendo submetida a lógica de acumulação do capital.

Nota-se que a busca por superação destas sucessivas crises é a causa das transformações no mundo do trabalho. Todavia, é importante destacar que essas transformações têm relação com as crises cíclicas do capital³⁶ e não podem ser tratadas dentro de um único processo regular em seus movimentos, pois apresentam características diferenciadas e precisam ser ressaltadas para compreensão das alterações contemporâneas no mundo do trabalho (SILVA, 2022).

Nesta direção, dar-se continuidade, como os/as assistentes sociais identificam a existência dessas transformações e seus impactos no trabalho que desenvolvem:

³⁶O termo “as crises cíclicas do capital” se referem aos períodos de transformações do sistema capitalista a partir das crises apresentadas em momentos determinantes na história para o processo de consolidação do capital.

Todos os trabalhadores são atingidos, nós mais ainda por se tratar de área social (Cravo, S: Masc.; ACG: 2008, TIT: Segunda Graduação/Especialista; TVE: Contrato temporário);

Essas transformações, principalmente na área tecnológica trouxeram um leque maior de resolutividade de alguns problemas de antes dessa contemporaneidade do trabalho, dessa flexibilização, eu acho que ajudou muito essa questão das redes sociais, a gente utiliza muito (Tulipa, S: Fem; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário);

Volta e meia evidencia a dificuldade de usuários para solicitar e requerer benefícios previdenciários, a burocracia tem estado cada vez mais predominante (Dália, S: Fem; ACG: 2016, TIT: Especialista; TVE: Contrato por tempo indeterminado).

As falas apontam que as transformações no mundo do trabalho impactam sim no exercício profissional dos participantes da pesquisa, e isso é sentido principalmente na área social, como também pontua-se a questão da tecnologia para a resolutividade de problemas, e por último, é apontado que se enfrentam cada vez mais, maiores dificuldades de acesso aos benefícios e direitos sociais.

Diante disto, Iamamoto (2000) ressalta que o Serviço Social como uma especialização do trabalho na sociedade está exposto a esses determinantes, o que exige destes profissionais “apreender os processos macroscópicos que atravessam todas as especializações do trabalho, inclusive, o Serviço Social” (p. 22). Isso aponta para a necessidade da consciência crítica dos assistentes sociais, com capacidade de analisar essas transformações articuladas ao cenário global do trabalho, exige a construção de enfrentamento a partir da ação coletiva, articulada às demais classes trabalhadoras.

Dando sequência à análise, vejamos outra fala a respeito dos impactos no trabalho profissional:

Com o aumento do desemprego percebe-se aumento de pessoas depressivas; esse adoecimento afeta diretamente as famílias e traz outras formas de manifestações de questões sociais, o que sugere uma nova forma de intervenção (Jasmim, S: Fem.; ACG: 2002; TIT: Graduada; TVE: Efetivo);

Eu não considerava trabalho remoto até então, [...] isso trouxe impactos na minha saúde mental, porque às vezes eu não tinha horário para parar de trabalhar, eu tinha horário para começar a trabalhar mas não tinha para parar (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo).

Os impactos ressaltados nas falas dos assistentes sociais mostram que estes têm atingido a dimensão emocional e psicológica dos profissionais. Conforme Raichelis (2018), é imprescindível o entendimento da ampliação e reordenação de novas formas de organização

do trabalho, como características próprias do capitalismo contemporâneo, com interferência direta no exercício das profissões em geral.

Nas palavras de Abílio (2020), representa um conjunto das diversas formas de manifestações das transformações contemporâneas do mundo do trabalho, que explicam as bases em que se firmaram e continuam a se firmar as relações sociais no contexto societário burguês.

Deste modo, isso se expressa na relação entre capital e classe trabalhadora que move o sistema planetário da vida em sociedade em todas as suas dimensões (NETTO; BRAZ, 2008). Estas são as marcas que caracterizam e justificam as bases que mantêm viva e permanente as ocorrências das transformações contemporâneas do mundo do trabalho.

Com isso, há a ocorrência de uma constante busca por parte do capital para se manter no controle das relações de trabalho, garantindo a intensificação dos ataques às relações e condições de trabalho nos dias atuais. Por isso, os/as assistentes sociais enquanto categoria profissional não estão imunes a esses ataques, que causam impactos no seu trabalho em todos os níveis na sua realização.

As construções analíticas acerca das transformações contemporâneas do mundo do trabalho para o profissional assistente social nos remetem a tecer a análise de como o assistente social no seu trabalho responde às requisições profissionais e institucionais atuais, antes e a partir da pandemia de covid-19, o que será abordado no item a seguir.

3.2 O trabalho do Assistente Social nas Instituições Públicas Estatais de Coari: antes e a partir da crise pandêmica da Covid-19

A pandemia de Covid-19 disseminou-se no contexto brasileiro no início do ano de 2020, causando mudanças no modo de agir da sociedade e nas relações do trabalho, tornando ainda mais expressivas as alterações na realização do trabalho para a classe trabalhadora nos dias atuais. Deste modo, as condições de trabalho a partir da pandemia de Covid-19 agravaram-se ainda mais e a organização do trabalho formal vem sofrendo grandes alterações em decorrência da proliferação do vírus, com significativa parcela de trabalhadores/as no período de efervescência da pandemia realizando suas atividades pela via do trabalho remoto (*Home Office*).

Nesse sentido, ao direcionar nossa análise para o trabalho do assistente social nas instituições estatais de Coari, é possível apreender que para esses profissionais as condições de trabalho vem se alterando anteriormente à pandemia de covid-19, a exemplo disto cita-se a

Emenda Constitucional nº 95/2016³⁷, por meio da qual foram reduzidos os recursos financeiros das políticas públicas de Saúde e Assistência Social CFESS (2020).

Com isto, nota-se que a ocorrência do novo coronavírus em 2020 vem ao encontro da profunda “crise estrutural do capital”³⁸, vindo a calhar para a implementação do que já estava em curso no mundo, a degradação e precarização do trabalho e das classes trabalhadoras (RAICHELIS, ARREGUI, 2021).

Os grupos mais vulnerabilizados e periféricos das classes trabalhadoras foram os mais atingidos com a pandemia, entretanto, a origem da crise em curso não está na covid 19, mas nas lógicas e configurações do sistema capitalista que já se desenvolvem desde a década de 1970, e se aprofundaram com a crise financeira no ano 2008 (RAICHELIS E ARREGUI, 2021; ANTUNES, 2018).

Diante disto, é importante buscar descrever a partir das falas dos/das assistentes sociais entrevistados/as como eram desenvolvidas suas atividades de trabalho no **período anterior à disseminação do novo coronavírus**:

Atendimento aos usuários: ações socioassistenciais; realização de busca ativa; visita domiciliar; orientações sobre normas e rotinas; preenchimento de ficha social; realização de ações que favorecem o fortalecimento de vínculos dos usuários internados (Jasmim, S: Fem.; ACG: 2002; TIT: Graduada; TVE: Efetivo);

Visita nas escolas, palestras, triagem de alunos, atendimento em lócus em parceria com a psicóloga dentro das escolas, encaminhamento, articulação com o bolsa família, era muita coisa mesmo (Lírio, S: Fem.; ACG: 2010, TIT: Segunda Graduação/Aperfeiçoamento; TVE: Contrato Temporário);

Antes da pandemia, as principais demandas sempre foram os editais, os auxílios, que são para a permanência do aluno na universidade para que ele permaneça e conclua o curso dentro do tempo regulamentar para que não haja evasão, e também não haja a retenção dele ficar durante muito tempo para colar grau, a implementação dos editais, elaboração até o processo de inscrição dos alunos, análise da documentação, análise socioeconômica que o assistente social faz, então essas eram as principais demandas antes da pandemia (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Atendimento de demandas livres e diversas naturezas (Ipê, S: Fem.; ACG: 2004, TIT: Especialista; TVE: efetivo);

Antes da pandemia, Atendimento presencial a discentes, membros de família dos discentes e servidores(as), realização de encaminhamentos a rede socioassistencial do município; planejamento, execução e administração de benefícios e bolsas no âmbito da política de assistência estudantil, participação em comissões de

³⁷Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 promulgada em 15 de dezembro de 2016, institui o Novo Regime Fiscal referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Através dessa EC as reformas trabalhistas e previdenciária “deixaram as políticas sociais (como a saúde e assistência) com menos recursos, e os direitos trabalhistas mais flexíveis e precarizados” (CFESS, 2020, p. 3).

³⁸Termo utilizado por Mészáros em referência a crise do modo capitalista de produção e reprodução da vida social.

trabalho, visitas domiciliares, planejamento de atividade socioeducativas, elaboração de relatórios quantiqualitativos no que tange ao Serviço Social (Íris, S: Fem.; ACG: 2008; TIT: Especialista; TVE: Efetivo).

Dentre os /as assistentes sociais que responderam à questão propostas sobre como realizavam o seu trabalho no período anterior a pandemia, 100% destacaram a relação do exercício profissional com atividades diretas com os usuários, o que revela as especificidades da ação operacional do trabalho do/da assistente social. Iamamoto e Carvalho (2006) destacam que o caráter da profissão se manifesta na expressão de necessidades sociais e atender a essas expressões exige a direta interação entre profissional e usuário, ato que possibilita a apreensão de informações sociais, econômicas e familiares que não são capturadas através do trabalho a distância ou com bases em dados quantificados.

Essa necessidade de interação entre o/a assistente social e o usuário fica clara na fala de um dos/das profissionais que ressaltou: *“sempre reforço que o presencial nunca pode ser substituído, jamais, tanto para o aluno como para o assistente social, é necessário essa relação presencial, [...] a gente precisa do presencial, tanto o aluno como o profissional”* (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo).

Diante do exposto, verificamos se tratar de um trabalho com demandas essencialmente interativo e isto faz com que seja preciso que o assistente social atenda propositivamente suas demandas, evitando a distância entre as projeções e a realidade no exercício profissional, sendo relevante ater-se a realizar o trânsito da análise da profissão ao seu exercício efetivo na diversidade dos espaços ocupacionais (IAMAMOTO, 2010).

Isto requer por parte dos/as assistentes sociais a capacidade de reflexão na ótica da totalidade em suas relações de trabalho na instituição; mesmo que nas descrições das falas apareçam ações de rotina (no sentido de repetição costumeira, isolada), estas são sempre carregadas de análise crítica no cotidiano de trabalho.

Para aprofundar a discussão nessa direção, vejamos que a fala do/a assistente social descreve sobre a realização do seu trabalho antes da pandemia: *“Atendimento social, visita domiciliares, busca ativa, tratamento fora domicílio, acompanhamento pós transplantes, criança exposta”* (Rosa, S: Fem.; ACG: 2010, TIT: Doutorado; TVE: Contrato temporário).

Ou ainda:

tinha uma rotina de trabalho tranquila, na qual eu respondia às demandas da Secretaria de Estado, ofícios, planejava as ações da Secretaria, e como também mexo com os sistemas, então eu também fazia essa questão de averiguação do sistema da Assistência (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário);

Atendimento social, realização de levantamento socioeconômico, elaboração de Relatório Social, oferta de serviços de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), visitas domiciliares e institucionais (Dália, S: Fem.; ACG: 2016, TIT: Especialista; TVE: Contrato por tempo indeterminado).

Ou seja, o trabalho do/da assistente social dentro do espaço institucional exige a realização de tarefas burocráticas necessárias para regularizar, comprovar e permitir o funcionamento legal dos serviços institucionais.

A esse respeito, Guerra (2008) diz que o assistente social exerce sua profissão por meio do trabalho coletivo, na condição de trabalhador assalariado, e isso acontece quando o trabalho do assistente social, a sua força de trabalho é vendida aos seus empregadores por intermédio de determinadas condições e relações de trabalho.

Contudo, não se restringir somente a esse campo requer que seja realizada a análise histórica das condições dos sujeitos através de um exercício profissional que privilegie não somente os aspectos objetivos, mas também os subjetivos, o que é, segundo Minayo (2001), representado no trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Por isso, essa necessidade de interação na realização do trabalho profissional, característica não só do trabalho do/da assistente social, mas de outras profissões, foi drasticamente abalada no curso de proliferação da Covid-19, e trouxe para a classe trabalhadora em geral novas formas de realização do trabalho, como o trabalho on-line, serviços por plataformas digitais (SANTOS, 2020; KEPPLER, 2020).

Contudo, essas novas formas de realização do trabalho não surgem com a covid-19. Cabe ressaltar que com a pandemia esses arranjos nas relações de trabalho foram utilizados e fortalecidos expressivamente, porém, segundo Filgueiras (2022), eles se expandem nos últimos anos e definem as transformações no mundo do trabalho associadas ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), onde algumas das terminologias utilizadas citadas pelo autor são: *gigeconomy*, *platformeconomy*, *on-demandeconomy*, *uberização*, *crowdwork*, trabalho digital, entre outros. Assim, mesmo essas terminologias tendo diferenças entre si, se identificam com as seguintes semelhanças:

1) contatos on-line entre produtores/provedores e consumidores, trabalhadores e empresas; 2) uso de plataformas para acesso em computador ou em instrumentos móveis de comunicação; 3) uso intensivo de dados digitais para a organização e gestão dessas atividades; 4) relações completamente instáveis e imprevisíveis para os trabalhadores (FILGUEIRAS, 2022, p. 2).

Com isto, é notado que a disseminação mundial da Covid-19 fortaleceu as alterações já em curso nos dias contemporâneos no desenvolvimento do trabalho. Isto mostra que a proporção de mortalidade do vírus na população mundial fez com que as engrenagens do movimento do capital e a força de trabalho fossem afetadas (SANTOS, 2020), e, ao afetar a força de trabalho, a pandemia destaca a necessidade de reordenação do modo de exercer o trabalho para a classe trabalhadora, principalmente através das tecnologias virtuais (RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Isto é manifestado nos discursos a seguir, quando perguntado aos assistentes sociais quanto a rotina de trabalho **especificamente durante a pandemia de covid-19**. Vejamos as falas a seguir:

Trabalho remoto e posteriormente de forma escalada (Lótus, S: Fem.; ACG: 2008, TIT: Graduada; TVE: efetivo);

Mudou a forma de se trabalhar, de ter contato com o aluno, não diminuiu o número de volume de trabalho, só aumentou a carga por você levar para a sua casa o trabalho, foram as mesmas demandas (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Atendimento remoto (através do e-mail institucional, whatsapp, vídeo conferência) a discentes, membros de família dos discentes, participação em lives, reuniões via-meet realização de encaminhamentos on-line a rede socioassistencial do município [...] elaboração de relatórios quantitativos (Iris, S: Fem.; ACG: 2008; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Durante a pandemia a rotina de trabalho começou a ficar intensa, muitas preocupações com o vírus e sua contaminação, medo de se contaminar, atendimento a cada hora atendia muitas pessoas, durante pandemia foi isso, muito atendimento mesmo, ao invés de diminuir aumentou o número de demandas (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário);

Nos discursos há o apontamento de que a maior evidência no trabalho do/da assistente social durante a pandemia é o afastamento e/ou redução das atividades presenciais. Contudo, ao se salientar a predominância do trabalho remoto nas falas, se evidencia também nos discursos o relato de que nesse período o trabalho aumentou. Nessa direção verifica-se que a forma de atendimento foi redirecionada nesse momento, por grande parte das instituições para o meio virtual (com exceções dos serviços essenciais, no caso da área de saúde), mas sinaliza também que isso passou a exigir muito mais trabalho dos/as assistentes sociais.

Verifica-se com essa indicação de aumento do trabalho que “o emprego das novas tecnologias como ferramentas mais sofisticadas [...], apesar de ter potencial para melhorar [...]

é concebida para explorar ainda mais aqueles que vivem do trabalho” (FILGUEIRAS, 2022, p. 2).

Entende-se que a lógica do capital somada às alterações do trabalho com a crise pandêmica se alia para o descarte dos formatos tradicionais de exercer as atividades, sob o foco de isolamento ainda maior dos trabalhadores (ABÍLIO, 2020; ANTUNES, PRAUN, 2015), com fortes traços de ampliação da exploração.

Esse cenário aterrorizante com vírus e mais exploração a partir da pandemia confrontou as formas, meios e intensidade do trabalho realizado pelo assistente social. Dessa maneira, as marcas das mudanças experimentadas durante a atuação profissional nesse contexto são diversas no campo de atuação do Assistente Social.

A partir da experiência vivida nesse cenário as falas foram as seguintes:

Difícil, existe uma exigência de resultados imediatos e quando lidamos com políticas públicas, a demora no acesso causa problemas e deixa uma imagem negativa do setor de que não faz nada (Jasmim, S: Fem.; ACG: 2002; TIT: Graduada; TVE: Efetivo).

Nesse período, tivemos que nos adaptar a essa nova forma de trabalhar (Lótus, S: Fem.; ACG: 2008, TIT: Graduada; TVE: efetivo);

Ter o seu fazer profissional estagnado, realizar o trabalho de maneira mais preventiva possível, estava limitada, não podia fazer nada, tentando sobreviver (Lírio, S: Fem.; ACG: 2010, TIT: Segunda Graduação/Aperfeiçoamento; TVE: Contrato Temporário);

Se adequar às novas condições, uso de EPIs e a falta de contato físico (Cravo, S: Masc.; ACG: 2008, TIT: Segunda Graduação/Especialista; TVE: Contrato temporário);

Eu desenvolvi uns tremores, ficava nervosa quando chegava pela manhã eu pensava: meu Deus vai ter uma avalanche de mensagens, então é muito difícil para o profissional lidar com isso, eu não estava acostumada, então eu não soube lidar com isso emocionalmente, porque de 2020 a 2021 eu peguei o pico da pandemia,[...] (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Houve mudanças em nosso atendimento, onde houve escalas de trabalhos, não foi suspensa nenhuma de nossas atividades (Rosa, S: Fem.; ACG: 2010, TIT: Doutorado; TVE: Contrato temporário);

Como a gente se reinventou, tive que buscar conhecimentos sobre a pandemia e as novas demandas que surgiram, a gente teve que pesquisar, teve que ir atrás de como orientar aquela pessoa que vinha pedir alguma informação, aquele usuário que perdeu trabalho, então a gente lida com a mudança buscando conhecimento para atender a demanda do usuário (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

As afirmações mostram que o quadro de pandemia agrega novos elementos que reconfiguram o trabalho social “atingindo o núcleo das atribuições e competências

profissionais e desencadeando inúmeras pressões e tensões aos(às) assistentes sociais nos diferentes espaços de trabalho” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 143).

Esses novos elementos que atingem as atribuições e competências profissionais a que sinalizam as autoras, identifica-se com relação direta ao trabalho remoto, a desequilíbrios emocionais, pressões psicológicas, tensões e incertezas quanto a ação do vírus como se verifica nos relatos ditos anteriormente pelos assistentes sociais.

Segundo Martins, Barroso e Rodrigues (2020), as alterações decorrentes da pandemia aprofundam os desafios para a saúde pública brasileira e a ampliação da agudização da crise sanitária, com diversas repercussões no exercício profissional dos assistentes sociais, reforçando a necessidade do debate permanente sobre as atribuições e competências profissionais.

Nesse sentido, segundo Raichelis e Arregui (2021), é fundamental a definição ética dos meios operacionais que vão, ou não, serem possíveis de utilização pelos profissionais na modalidade de trabalho remoto, posição necessária para a garantia de segurança no trabalho, qualidade no atendimento, sigilo profissional, respeito aos direitos dos/as usuários e trabalhadores/as.

Dessa forma, os resultados em relação às mudanças nas atribuições dos assistentes sociais por conta do contexto pandêmico mostraram que 60% dos/as profissionais entrevistados/as afirmaram que houve mudanças na atribuição do trabalho; e 40% dos/as assistentes sociais disseram que suas atribuições permaneceram as mesmas. Quanto à afirmação positiva, para a ocorrência de mudanças de atribuições se destacaram as duas falas abaixo:

Sim, são cada vez maiores, muita gente ficou com problemas psicológico, violência, as demandas são psicossociais, muitos professores ficaram também com situações psicológicas (Lírio, S: Fem.; ACG: 2010, TIT: Segunda Graduação/Aperfeiçoamento; TVE: Contrato Temporário);

Sim. Porque distribuir máscaras não é papel do assistente social, mas a gente precisou fazer isso porque nós tínhamos poucos profissionais e a gente teve que montar uma força tarefa, [...] tivemos momentos de orientação junto a caixa econômica que não era da nossa atribuição mas nós fizemos isso tendo em vista o usuário que estava ali sem saber como iria receber o Auxílio Emergencial, [...] a gente tinha o medo por conta de ser um coisa que a gente não sabia como era, morrendo gente e a gente tendo que ir para a rua distribuir máscara, é, eu falo que foi um vários misto de sentimentos, mas a gente tinha que trabalhar, tinham outras pessoas que dependiam da gente (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

A ocorrência de mudanças de atribuições para os/as assistentes sociais (mesmo em momentos inusitados e inesperados como foi a proliferação da Covid-19) impõe aos

assistentes sociais necessidade de alerta para não retroceder nas conquistas com o Código de Ética 1993, cooperando para o fortalecimento da subsunção do profissional à lógica do trabalho contemporâneo.

Segundo as afirmações de Koike (2009), isso seria a ocultação da centralidade do trabalho, dissimularia-se as verdadeiras origens das classes sociais e dos processos que fundam e reproduzem o capitalismo, naturalizando os processos que as fazem surgir, escondendo suas contradições e fragilidades, manifestadas no sentido de impor maior domínio e subordinação aos trabalhadores, subsumindo sua existência de classe.

Aqui, abre-se um parêntese na referência a mudanças de atribuições do/da assistente social para salientar um aspecto manifestado na fala anterior do/da profissional, que é o olhar humano identificado na preocupação com o outro, o reconhecer das necessidades e danos sofridos pelos sujeitos em geral; entende-se que há a importância de se preservar essa posição no corpo profissional, para não incorrer nas ações de isolamento, individualismo, produtivismo, algoritmos, dados em plataformas digitais (ABÍLIO, 2020), para que o contexto não se torne somente números (mortes, desempregos, pobreza, miséria, etc.), porque não o é, são pessoas, trabalhadores, é a classe de trabalhadores/as exposta a exploração ao nível global (ALVES, 2021) - onde se incluem os/as assistentes sociais, também partícipes de exploração do trabalho.

Os/as assistentes sociais se constituem enquanto categoria profissional ligada às demandas das classes trabalhadoras, cabendo a estes profissionais se posicionarem através da capacidade técnica especializada construir meios de responder a essas demandas pela via da garantia de direitos e não por “ato de bondade” profissional. Isto é identificado na fala do/da assistente social abaixo:

porque tem gente que acha, tem gestor que acha que o assistente social só está ali para ajudar e porque ele é bonzinho com a gente, eu não passei quatro anos na faculdade para ser boa (piedosa) não [...], gente é incrível, tem gente que ainda pensa dessa forma, mas as únicas pessoas que podem desmistificar isso somos nós mesmos (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário);

Nesse discurso se identifica que não se refere ao humanismo da emergência da profissão, isso de acordo com Iamamoto (2000) representa romper com o humanismo abstrato para um humanismo histórico-concreto, voltado à criação de condições para que o livre desenvolvimento de cada um, seja condição para o livre desenvolvimento de todos.

Nesse âmbito, de acordo com Yazbek (2018) são constituídas nova sociabilidade e nova política parte da agenda neoliberal contemporânea. Isto para a autora

vêm provocando metamorfoses no campo da subjetividade, expressas no individualismo competitivo exacerbado, pressionado pelo consumo, que eleva o grau de incertezas e ansiedade a níveis sem precedentes. Fragmentam-se as diferentes esferas da vida social e referências culturais e simbólicas que tornavam o mundo reconhecível são colocadas em questão (YAZBEK, 2018, p. 102)

Esta é uma condição que expressa o agravamento da crise no mundo do trabalho no cenário atual e tem se efetivado nos espaços ocupacionais de trabalho do/da assistente social. É possível identificar a exposição dos/as assistentes sociais ao agravamento dessa crise através da exploração do trabalho nos apontamentos que indicam haver para a maioria (80%) dos/as profissionais que participaram da pesquisa a precarização das condições e relações de trabalho do assistente social em função da covid-19. Veja as falas a seguir:

Sim. Colocação do profissional em atribuições que não condizem aos parâmetros de atuação e minimização das novas abordagens como não necessárias (Jasmim, S: Fem.; ACG: 2002; TIT: Graduada; TVE: Efetivo);

Sim, muitos profissionais durante esse período não puderam se ausentar do local de trabalho (Lótus, S: Fem.; ACG: 2008, TIT: Graduada; TVE: efetivo);

Sim, principalmente na questão da saúde, a gente vê a precarização (Lírio, S: Fem.; ACG: 2010, TIT: Segunda Graduação/Aperfeiçoamento; TVE: Contrato Temporário);

Fomos considerados trabalhadores de linha de frente, mas não ganhamos nada mais por esse serviço extra, arriscando nossas vidas (Cravo, S: Masc.; ACG: 2008, TIT: Segunda Graduação/Especialista; TVE: Contrato temporário);

Precarizou devido você ter que utilizar de meios que a instituição não viabilizou aquele meio, a instituição não chegou te capacitando para trabalhar, teve curso online na plataforma da instituição mas tinha para os docentes, como se só os docentes precisassem usar o Meet, o Zoom, as plataformas digitais para se comunicar com os alunos e esqueceram dos outros profissionais e esqueceram dos assistentes sociais em questão aqui, eu falo da precarização dessa falta de assistência a outro servidor, a outra categoria, [...] , eu fui em busca de como usar a ferramenta por conta própria mas às vezes sem saber utilizar direito, então houve essa precarização porque mesmo sendo inesperado o que aconteceu a gente ainda está vivendo, até agora os colegas não falam dessa preocupação da instituição com o trabalho do assistente social (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Sim. Ofertas de contratação de trabalhos temporários com baixos salários (Ipê, S: Fem.; ACG: 2004, TIT: Especialista; TVE: efetivo);

Sim, falta de espaço de atendimento conforme prevê a Resolução CFESS 493; ainda, no retorno presencial há a falta de estrutura para ofertar higienização mais ativa no local de trabalho para conter a propagação não somente da covid-19, mas demais vírus. A instituição possui plano de retorno das atividades presenciais,

porém não se concretiza em sua totalidade (Íris, S: Fem.; ACG: 2008; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Sim, aumentou demais caso de problemas psicológicos, tanto em pacientes, quanto em profissionais (Rosa, S: Fem.; ACG: 2010, TIT: Doutorado; TVE: Contrato temporário).

É de suma importância o exposto nas falas acima, pois de acordo com Iamamoto (2014), as condições de precarização do trabalho profissional do assistente social exercem efeitos imediatos no exercício profissional, a exemplo, a frustração da população usuária dos serviços, bem como o freio na legitimidade obtida para realização do trabalho profissional, tendo ainda, outras incidências de ordem ética para a categoria.

A situação presente para a efetivação do trabalho profissional dos/as assistentes sociais se mostra em estado de alerta no que se refere às condições e relações do trabalho, seja no período anterior a pandemia e/ou a partir dela (sendo no segundo período agravadas drasticamente). Conforme aponta Vicente (2018), são cada vez mais constantes exposições indicando que assistentes sociais de diversas áreas estão expostos a condições de trabalho relacionadas a sofrimento, resultando “em licenças, transferências e afastamentos por violência, assédio organizacional, demissões em massa, intensificação do ritmo do trabalho, excesso de responsabilização, desqualificação/desprofissionalização do trabalho etc.” (p. 129).

A existência de um conjunto de formas variadas dessas manifestações contemporâneas do mundo do trabalho, que foram expostas com maior evidência no contexto atual da pandemia do novo coronavírus são inegáveis, todas as dimensões da sociedade foram atingidas, com ênfase para os efeitos nocivos a classe trabalhadora em geral.

Ainda assim, é cabível o apontamento de que dos 10 assistentes sociais entrevistadas/os, 2 profissionais afirmaram que não reconhecem haver precarização do trabalho do assistente social com a pandemia, uma dessas profissionais indicou que: “*obtive condições favoráveis para atuação das nossas tarefas assistenciais*” (Dália, S: Fem.; ACG: 2016, TIT: Especialista; TVE: Contrato por tempo indeterminado); a segunda profissional, faz uma afirmação que remete positivamente para a atuação do CFESS através do amparo legal para o fazer profissional no contexto da Covid-19. A fala abaixo demonstra não reconhecer que há precarização do seu trabalho na pandemia por sentir que a categoria recebeu respaldo dos órgãos competentes para a ação dos/as assistentes sociais:

Não, porque nós éramos regidas por uma regulamentação do Conselho Federal de Serviço Social que nos orientava e orientavam os nossos segmentos onde tinha o Serviço Social, e as Políticas de como o Assistente Social devia trabalhar, a forma

que ele devia se prevenir utilizando máscara, capote, orientação dos órgãos responsáveis (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

Nessa conjuntura, o apoio e ação do conjunto CFESS/CRESS através da publicação de uma série de orientações aos profissionais é indicado como respaldo legal, base para o diálogo no esforço de construir coletivamente estratégias que respondam às demandas, sem perder de vista os avanços consolidados no Projeto Ético-político (VALENTIM, PAZ, 2022), demonstra o fortalecimento da categoria profissional e importância da participação e luta ativa dos órgãos de Serviço Social no enfrentamento das condições que comprometem o efetivo exercício profissional dos/as assistentes sociais com base nos parâmetros legais da profissão.

A exemplo desta posição política dos CFESS/CRESS destacam-se produções de aparato normativo-legal de respaldo aos/as assistentes sociais como: Resoluções, Orientações Normativas, Notas e Pareceres Jurídicos, onde se destaca: Resolução nº 940/2020 - Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais e da prescrição quinquenal e intercorrente no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social e a suspensão dos atos processuais que envolvam contato presencial; Resolução nº 942/2020- Autoriza, em caráter excepcional e para o exercício 2020, a extensão de prazos para o pagamento das anuidades de pessoa física e de pessoa jurídica; Resolução nº 949/2020 -Dispõe sobre medidas regimentais excepcionais em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS; Orientação Normativa 3/2020Dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais; Notas sobre: Serviços previdenciários de Serviço Social e Reabilitação Profissional no INSS; Teletrabalho e teleperícia: orientações para assistentes sociais;Supervisão de Estágio em Tempo de Pandemia; eParecer Jurídico nº 5/2020-E - Sobre a ausência de EPI para assistentes sociais e as medidas cabíveis (CFESS, 2020).

Diante dessas referências é notória a atuação do conjunto dos órgãos da profissão de Serviço Social (CFESS/CRESS) que têm se debruçado a debater e apresentar respostas às variadas demandas dos/as assistentes sociais de todo o país. Trata-se de um debate coletivo que se faz fundamental para os/as profissionais que atuam nas diferentes políticas sociais, inseridos nos setores públicos e/ou privados do trabalho do/da assistente social, especificamente no sentido de combate à Covid-19, mas também na luta pela garantia de direitos para os/as assistentes sociais enquanto trabalhador.

Desta forma, em um contexto de desmonte de direitos conquistados Soares (2014)

ênfatiça que a ampla formulação de legislações (Lei Federal 8.662, de 7 de Junho de 1993; Res. CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993; Diretrizes Curriculares, 1996), consubstanciadas na consolidação do Projeto Ético-político da profissão definem as atribuições e competências do trabalho para o profissional de Serviço Social, bem como, os direitos dos usuários. Isso reflete a posição democrática da profissão de Serviço Social e a sua bandeira de luta e resistência da categoria em prol da classe trabalhadora.

Nesse sentido, no item seguinte, último ponto de análise deste trabalho, coube realizar à identificação e reflexão das bases que fundamentam o trabalho profissional dos/as assistentes sociais a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na construção de seu trabalho na instituição.

3.3 Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: construindo o trabalho do assistente social nas instituições públicas de Coari

O trabalho profissional do assistente social está organizado e se efetiva dentro dos espaços ocupacionais institucionais pela estruturação das dimensões orientadoras da atuação profissional. Entende-se que essas dimensões estão constituídas a partir de distintos níveis, cuja articulação entre eles é necessária à efetivação do exercício profissional.

Dessa forma, reafirma-se que as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa são: as bases (teórica e metodológica) que esclarecem a compreensão da realidade, da profissão e dos processos societários; a solidificação da direção social da profissão a partir dos valores e compromissos (ético e político) que orientam a intervenção na realidade; e a materialidade do exercício operacional (técnica e operativa), a ação do profissional (YAZBEK, 2019; CLOSS, 2015).

Para exemplificar essa composição das dimensões, compare-se a utilização de um mapa para se chegar a determinado lugar (cidade, estado, país), ele mostra o território, indica o percurso (essa ação cabe a dimensão teórica e metodológica), a escolha de fazer e como fazer o percurso (a posição ética e política), materializadas na ação (dimensão técnica e operativa) de chegar ao percurso, e nesta última dimensão (ação), abrange também os meios físicos para se chegar (instrumentais), via terrestre, aéreo, fluvial (se utilizará bike, motocicleta, carro, se o transporte é público ou privado, se é individual ou coletivo; ação dotada do conhecimento que possibilita o sujeito de efetuar o trajeto.

Por isso cada elemento contido nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e a técnico-operativa são fundamentais e complementares entre si, assim essas dimensões

relacionam-se mediante a ação que segundo Yamamoto (2000, p.61) ultrapasse “a noção estrita de instrumento como mero conjunto de técnicas”, e passe a abranger o conhecimento como um meio de trabalho, indispensável para que o assistente social realize suas atividades.

Para Closs (2015), é nesse sentido que se firma a constituição das duas primeiras dimensões (teórico-metodológica, ético-política), dando suporte a materialização da última dimensão (técnico-operativa) ação efetiva do trabalho dos/as assistentes sociais no espaço cotidiano profissional.

Diante desse processo da ação do trabalho dos/as assistentes sociais no espaço profissional encadeado por múltiplas dimensões é que iniciamos a abordagem da pesquisa feita sobre a construção do trabalho profissional dos/as assistentes sociais na instituição.

Para tanto, de início perguntou-se se havia um plano de ação específico do Assistente Social e quais os objetivos do Serviço Social neste, o resultado revela que: 50% dos/as assistentes sociais afirmaram que sim e os outros 50% disseram que não tem plano de ação. Sobre essa questão destacaram-se as falas a seguir:

Há um plano sim. os objetivos são: promover a permanência qualitativa do aluno na escola, articulando ações intersetoriais e integradas com os diversos serviços das políticas sociais existentes no município, a fim de fortalecer o processo de ensino e aprendizagem (Lótus, S: Fem.; ACG: 2008, TIT: Graduada; TVE: efetivo);

Sim, viabilizar, em pecúnia, auxílios estudantis através do programa nacional de assistência estudantil (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Sim. garantir ações e intervenções comprometidas com valores que dignifiquem e respeitem os discentes em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, por meio do apoio e de orientação a eles bem como à sua família e ao corpo docente, em busca de melhores opções para o êxito no processo de aprendizagem e de integração escolar e social. proporcionar aos discentes ações que contribuam para seu desenvolvimento educacional, com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e territoriais sobre as condições de acesso, permanência e êxito dos discentes; contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão e conseqüentemente melhorar o rendimento escolar, prioritariamente, aos que se encontra em situação de vulnerabilidade social por intermédio dos benefícios (Íris, S: Fem.; ACG: 2008; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Verifica-se que quanto a existência de elaboração de planos para as ações profissionais, nas instituições pesquisadas os profissionais que atuam na área de educação tiveram prevalência nessa forma de organização do trabalho em Coari. Em relação aos objetivos traçados nos planos identificou-se que se estruturam em volta da garantia do direito ao acesso e permanência do público dessas instituições aos serviços oferecidos. Esta ação condiz com o disposto no inciso V, da Lei 8,662/93 que ao regulamentar a profissão propõe

como competência dos/as assistentes sociais no espaço institucional, orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (CFESS/LEI DE REGULAMENTAÇÃO, 2019).

Dessa forma, para Bertollo (2007, p. 336) “o plano define e delinea as ações de forma mais ampla, isto é, considera e propõe ações relacionadas à estrutura organizacional como um todo orientando os demais níveis de detalhamento das ações” e estes correspondem ao instrumento construído através do planejamento.

Por isto, a inferência de que somente 50% dos/as assistentes sociais possuem plano orientando as suas ações demonstra que parte considerável dos/as profissionais atuam sem a devida organização técnica, e que isto se estende passando de gestão para gestão, conforme afirmou o entrevistado “não tive conhecimento se existiu um plano, só fazíamos executar as ordens dos gestores” (cravo, S: Masc.; ACG: 2008, TIT: Segunda Graduação/Especialista; TVE: Contrato temporário).

Em outra fala nota-se a cobrança pela superação deste descompasso da categoria no espaço institucional:

Era pra ter, [...]. Não há um plano específico, isso é uma coisa que a gente já vai começar a trabalhar, foi até uma cobrança do Conselho que a gente não se atenta a isso de ter um plano nosso do assistente social, de como tu vais desenvolver o teu trabalho, o que vais fazer, qual a sua atribuição dentro daquele setor. Foi isso que o CRESS quando veio agora ele bateu na tecla para a gente fazer. Não, não temos plano do assistente social, nós temos o plano da secretaria que nós fazemos todo ano, a gente planeja as ações do que serão as nossas atribuições. Tem um plano macro que envolve todos os profissionais (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

Segundo Iamamoto (2000), aos profissionais de Serviço Social é requisitado na atualidade uma bagagem teórico-metodológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, “um atento acompanhamento conjuntural, que potenciem o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras” (p. 79), esta ação ganha maior solidez a partir do exercício de planejamento das ações profissionais.

Ao exercitar o planejamento de suas ações, os/as assistentes sociais, segundo Bertollo (2017), estão realizando o que se constitui em um ato técnico e político: é técnico porque exige racionalidade das ações, considerando condicionantes como: prazos e recursos

existentes; e político porque se inscreve no contexto de tomada de decisões onde se vivencia correlação de forças e de interesses distintos entre os sujeitos.

Em meio a interesses contraditórios, estabelecer o planejamento como estratégia para a ação aumenta as possibilidades de se conseguir alcançar os objetivos profissionais firmados na construção de um plano como instrumento operacional (BERTOLLO, 2017). A esse respeito, verifica-se que dentre os 50% que afirmaram ter um plano de ação, 30% afirmaram conseguir atingir os objetivos; no entanto, 20% restantes afirmaram que os alcançam em parte. Este resultado aponta a complexidade do espaço onde estão inseridos os/as assistentes sociais, espaço contraditório onde o exercício profissional se efetiva muitas vezes via embates entre interesses.

As afirmações de Faleiros (2007) sobre o trabalho profissional no espaço institucional, diz que este é desenvolvido em meio a interesses antagônicos de requisições e demandas dos usuários e da instituição, cabe aos assistente sociais mediar essa relação através da construção de intervenções que o permita alcançar os objetivos profissionais e vencer os desafios postos ao seu trabalho nos espaços e às regras institucionais.

Neste contexto as dificuldades em alcançar os objetivos profissionais no seio da instituição se refletem na visão dos/as assistentes sociais por diversas condições alheias às suas ações, pois conforme a justificativa dos/as assistentes sociais por não alcançarem seus objetivos se verifica nos seguintes relatos que “todo planejamento na nossa profissão sempre vai faltar algo, vocês conseguem alcançar, mas não na totalidade” (Lírio, S: Fem.; ACG: 2010, TIT: Segunda Graduação/Aperfeiçoamento; TVE: Contrato Temporário); e para outro/a profissional entrevistado/a isso se expressa “tendo em vista que envolvem aspectos e questões de competências de outras profissões para atendimento integral” (Íris, S: Fem.; ACG: 2008; TIT: Especialista; TVE: Efetivo).

Em conformidade com as falas destes/as profissionais, depreende-se que, no espaço em que estão inseridos, atingir na sua totalidade os objetivos profissionais apresenta complexidades, bem como que essas ações dependem de outros/as profissionais para a integralidade e êxito no seu trabalho.

Iamamoto (2000) afirma que o espaço institucional é estrutural e conjunturalmente adverso para o exercício profissional dada as condições que se estabelecem essa relação de trabalho, pois assim se afirma o trabalho do assistente social. O exercício profissional é inserido em processos pré-estabelecidos, planejado a partir do papel da instituição para a sociedade e agrega nesse planejamento o trabalho de todas as profissões que compõem o

quadro técnico operacional. Diante disso, confirma-se que o assistente social não possui um processo de trabalho próprio, específico dos assistentes sociais.

Por isso, segundo Faleiros (2007), as instituições públicas como organismos técnicos operacionais atuam como eixos reprodutores do sistema já que se define em torno dos objetivos que respondam às necessidades sociais da maneira mais adequada possível, o que não significa dizer que é a melhor maneira, ou ainda, que privilegie a superação e emancipação das condições sociais a que estão expostos/as os/as usuários/as dos serviços prestados pelos assistentes sociais nesses espaços ocupacionais.

Nesse sentido, apesar dos muitos desafios que cercam o trabalho dos assistentes sociais, esses profissionais vêm construindo um projeto profissional orientado por uma teleologia emancipatória e de enfrentamento das contradições a ele inerentes, resultante das relações sociais contemporâneas (RAICHELIS, 2018; IAMAMOTO, 2000).

Diante disso, é imperativo ao assistente social realizar o planejamento de suas ações de trabalho dadas as circunstâncias em que se efetiva o exercício profissional na instituição. Contudo, no que se refere ao assistente social fazer planejamento das ações desenvolvidas, a maioria de 80% afirmou fazer o planejamento das ações; e 20% dos assistentes sociais indicaram que não o fazem. Desses 80% que fazem o planejamento, 40% indicaram que o fazem mensalmente; 20% afirmaram ser feito semanalmente; e 20% não informaram. De acordo com a fala de um dos/as entrevistados/as, verifica-se que “sim, nessa parte é esporádica só quando tem as ações, que envolvem todos, geralmente todo mês tem ação [...]” (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

Com base no discurso acima o planejamento das ações está voltado para as intervenções fragmentadas que respondem demandas de forma isolada, causas da fragilidade de entender o sujeito (usuários dos serviços) na relação entre particular e universal (BATISTA apud BERTOLLO, 2017).

Neste sentido, Bertollo (2016) afirma que é importante aos assistentes sociais na ação de planejar, executar e avaliar planos, programas e projetos realizem uma leitura crítica do movimento do real, não se tornando apenas um técnico que viabiliza ações que por vezes se constituem contrárias aos interesses da classe trabalhadora, população usuária dos seus serviços e a quem sua intervenção deve estar voltada.

Sobre a importância do planejamento: em relação ao planejamento ser feito pela equipe de profissionais da instituição, 80% afirmaram realizar e 70% destes afirmaram realizar com a equipe de profissionais da instituição; somente 10% afirmaram que é somente o setor de Serviço Social. A esse respeito observe-se a fala abaixo:

É feito pela equipe que compõe o setor de Planejamento, e a Vigilância Socioassistencial - profissionais que compõem a equipe Assistentes Sociais e Psicólogos (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

Essa questão relativa à realização do planejamento pela equipe de vários profissionais que compõem o quadro técnico operacional na instituição, requer que as articulações com as demais categorias profissionais sejam estabelecidas pela ação de interdisciplinaridade, que pressupõe a relação de reciprocidade entre saberes distintos, com suas contradições específicas e inerentes (PEREIRA apud SANTOS; MELO, 2021) que se somam no espaço institucional privilegiando o atendimento integral aos usuários dos serviços.

Nesse sentido, as contribuições de Bertollo (2017) apontam que o planejamento participativo é um caminho viável para execução do trabalho dos/as assistentes sociais por entender que esta metodologia possui estreita ligação com o projeto ético-político que o Serviço Social assumiu e defende desde a intenção de ruptura/movimento de reconceituação. Por isso,

ao considerar o contexto de correlação de forças antagônicas, pressupõe alteração e superação das relações hierarquizadas de poder nas instituições, grupos ou movimentos, possibilitando a todos manifestar-se e poder decidir coletivamente o rumo das ações. Ele foi desenvolvido para instituições, grupos e movimentos que não têm como primeira tarefa ou missão aumentar o lucro, competir e sobreviver, mas contribuir para a construção da realidade social (GANDIN apud BERTOLLO, 2017, p. 343).

No entanto, contribuindo para a construção da realidade social os/as assistentes sociais não devem perder de vista a dinamicidade dos acontecimentos a partir da natureza provisória de suas expressões (PRATES; BORDIN; NUNES, 2019). Para tanto, é preciso nesse movimento o registro das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição, no sentido de potencializar quantitativamente as avaliações das ações do trabalho profissional. Por isso, questionamos os/as assistentes sociais entrevistados se eram registradas e avaliadas as ações desenvolvidas: 60% dos/as profissionais afirmaram que sim, registram e avaliam as ações; enquanto que 40% afirmaram não fazer registro. De acordo com o/a assistente social esse processo acontece da seguinte forma: “Nós planejamos as ações e depois é feita essa avaliação, para que as próximas ações não tenham os mesmos erros, é feita de maneira quantitativa e qualitativa” (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

Em relação à maneira com que são registradas as ações, a maioria das afirmações apontaram que é quantitativa e qualitativa (40%); e de forma somente quantitativa foi a indicação de 20% dos/as assistentes sociais. E os 40% restantes por não realizarem os registros das ações não houve indicação do método utilizado. Segundo Prates (2012), a escolha do método requer a opção por valores e essa opção é, antes de tudo, uma opção política. As abordagens quantitativa e qualitativa não se opõem, ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MARTINELLI, 1999; MINAYO, 2001; JANE PRATES, 2012).

Nesse sentido, Prates (2012) diz que essa relação se dá no cercamento do nosso objeto estudado, atribuindo importância tanto a dados quantitativos como qualitativos, utilizados complementarmente, com resultados de caráter sempre provisório.

Essa condição provisória dos resultados apresentados mostra a profunda dinâmica do movimento em que se desenvolve o trabalho dos/as assistentes sociais, caráter que requer a análise sempre numa visão dialética dos acontecimentos, posições e demandas nos espaços institucionais.

Para isso, é importante alinhar a posição profissional nos espaços institucionais direcionados pelas resoluções do CFESS/CRESS no fortalecimento e consolidação do projeto ético-político profissional dos/as assistentes sociais. Em relação a isto, perguntou-se se os/as assistentes sociais que têm acesso e/ou utilizam as resoluções do CFESS/CRESS: 60% dos/as assistentes sociais afirmaram que utilizam as resoluções; quando 40% afirmaram utilizar “as vezes”.

Destarte, quando questionou se os/as profissionais tiveram acesso às publicações do CFESS/CRESS sobre os parâmetros de atuação do Assistente Social durante a pandemia, esse percentual muda absolutamente: 90% dos assistentes sociais afirmaram ter acessado essas publicações; e somente 10% opinaram negativamente. A fala de um dos/as assistentes sociais entrevistado/a revela também o crescimento e utilização das redes sociais neste período de pandemia como meio de acesso das publicações do CFESS, o/a profissional afirmou ter acesso “*sim, pelo instagram*” (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário). Estas ferramentas de comunicação e interação social (virtual) aumentaram cerca de 70% no início do segundo semestre de 2020 (BARCELLOS et al, 2021), indicando que nesse tempo o acesso a informações através das mídias sociais cresceram e a profissão de Serviço Social também tem se apropriado dessas ferramentas para chegar aos profissionais nos diversos territórios e campos onde estão inseridos os/as assistentes sociais.

O/a assistente social precisa desenvolver o exercício profissional embasado nas resoluções dos conselhos da categoria profissional. Conforme a Lei de Regulamentação da Profissão, 8.662/93, no seu art. 7º o CFESS/CRESS constituem-se na personalidade jurídica da profissão e um dos objetivos básicos destes órgãos é defender o exercício profissional dos/as assistentes sociais em todo o território Nacional (LEI DE REGULAMENTAÇÃO/CFESS, 2019)

Em vista disso, é inviável que o trabalho profissional dos/as assistentes sociais se efetue exitosamente sendo exercido desarticulado das bandeiras de lutas da categoria profissional. Neste sentido, a indissociabilidade das lutas coletivas junto ao CFESS/CRESS entre outras entidades do Serviço Social (ENESSO, ABEPSS) são imprescindíveis à atuação profissional (REPETTI e CARRARA, 2020), isto fortalece o trabalho profissional e os órgãos de representatividade do Serviço Social frente às questões do trabalho nos dias contemporâneos.

Para isso, se requisita dos/as assistentes sociais uma leitura crítica da realidade em que estão inseridos; o trabalho articulado e engajado não só com suas entidades representativas, mas também com as demais categoriais profissionais que compartilham dos mesmos princípios da profissão de Serviço Social (CÓDIGO DE ÉTICA/CFESS, 2019).

Dessa maneira, a posição dos/as assistentes sociais ante as demandas profissionais nos diversos espaços ocupacionais vai sendo analisadas e respondidas a partir de uma *dimensão ético-política*, articulada às discussões sobre o exercício profissional com base também nas produções e debates que se apresentam no contexto nacional.

Nesse sentido, em relação aos principais autores/legislações que fundamentaram a formação e impactam na atuação profissional dos/as assistentes sociais, as indicações pelos pesquisados se apresentaram conforme o quadro abaixo:

Quadro 6 - Principais autores e legislações

Ordem	Autores/Legislações	Nº de indicações/por profissional
1º	Marilda Iamamoto - Código de Ética/93	6
2º	José P. Netto	5
3º	Lei de Regulamentação 8.662/93 - Saúde/Lei 8.080/93	3
4º	Vicente Faleiros - ECA	2

5°	Maria Ozanira; Potyara Pereira; Ana M. Vasconcelos; Carmelita Yazbek; Gramsci; Marx - Coletânea de leis; Resoluções do CFESS/CRESS; Política do Idoso; NOB-SUAS, PNAS e PMAS.	1
----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Fonte: Pesquisa de campo/2022

Os resultados apresentados no Quadro 6 apontam que a base teórica dos/as assistentes sociais que participaram da pesquisa está referenciada em uma perspectiva de caráter mais crítico; a predominância da indicação de autores do pensamento social crítico, indica que os aportes teóricos dos/as profissionais entrevistados tem interlocução com a consolidação do atual projeto ético-político da categoria, coopera para uma atuação propositiva e investigativa, como também para a intervenção crítica da dinâmica estrutural e conjuntural dos espaços ocupacionais onde estão inseridos os/as assistentes sociais (IAMAMOTO, 2000).

Dessa forma, um dos recursos operacionais promissores para os/as assistentes sociais na direção de uma atuação investigativa é exercerem o trabalho profissional utilizando também a realização de pesquisas, essa atividade não deve ser relegada somente ao âmbito acadêmico, mas extensivo ao campo profissional, pois este recurso proporciona captar às demandas postas pelas transformações societárias e seus desdobramentos na atualidade (FERREIRA; ROCHA; FERREIRA; ABREU, 2009) e o aprofundamento das demandas apresentadas no espaço institucional e também fora dele. Em Coari, dos/as 10 assistentes sociais participantes da pesquisa 30% conseguem realizar pesquisa no espaço de trabalho:

Parceria com professores do ISB, levantamento de dados, participação em projeto voltado para pesquisa (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Durante a pandemia foi executada uma pesquisa sobre condições de acesso às aulas remotas na instituição, condições de renda e trabalho (Íris, S: Fem.; ACG: 2008; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Nós pesquisamos sobre as famílias que não possuíam renda ou que perderam suas rendas durante a pandemia, tivemos que fazer esse levantamento para o Estado (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

Há alguns anos realizei uma pesquisa acerca da satisfação dos usuários com o atendimento dos profissionais que atuam no programa de Tratamento Fora de Domicílio em Coari (Dália, S: Fem.; ACG: 2016, TIT: Especialista; TVE: Contrato por tempo indeterminado).

A utilização da pesquisa como recurso para a formação e o trabalho do Serviço Social entra em pauta nas discussões de assistentes sociais em vários encontros nacionais da

categoria já na década de 1980, e na década seguinte se torna parte das atividades da profissão com reconhecimento pelas agências de fomento (CRUZ; ANDRADE, 2019).

Neto e Barros (2014, p. 24) consideram que os/as assistentes sociais ao se utilizarem da pesquisa para fazer uma leitura de realidade, constroem além de conhecimento científico, propostas de intervenção pois “este é o exercício da práxis, aqui entendida pela relação teoria e prática, e que retorna da prática à teoria, ou seja, o exercício profissional e a produção de conhecimento se transformam e se completam mantendo uma relação dialética”.

Conforme Cruz e Andrade (2019, p. 47) na atualidade a pesquisa para o Serviço Social

tornou-se um norte para a profissão, tanto no campo da atuação profissional quanto no âmbito do trabalho do assistente social, proporcionando um olhar crítico da realidade que vai além da aparência, tornando o aluno ou profissional pesquisador inquieto frente à realidade concreta, fazendo-o olhar a realidade social sob uma perspectiva de totalidade, desviando-se da superficialidade.

No entanto, esse fazer profissional através da ação crítica encontra obstáculos que “além das naturais dificuldades vinculadas à operacionalização da proposta de pesquisa [...] existem questões (da formação profissional) que vinculam a falta de bagagem teórica, metodológica, ética e política para que essa atividade seja desenvolvida com qualidade” (MORAES apud CRUZ; ANDRADE, 2019).

Assim, as dificuldades que cercam a realização de pesquisas com qualidade permeiam também o conjunto das atividades do trabalho profissional dos/as assistentes sociais como um todo, como vem sendo sinalizado anteriormente, a vários fatores dentro dos espaços institucionais que comprometem a completude da operacionalização do exercício profissional.

Esses fatores correspondem a questões que derivam de o/a assistente social dentro da divisão social e técnica do trabalho ser um trabalhador/a assalariado/a, ser inserido em processos de trabalho pré-estabelecidos, a natureza de interesses contraditórios no interior das instituições, etc. (GUERRA, 2008; IAMAMOTO, 2000).

Em relação aos 70% dos profissionais que afirmaram não conseguir fazer pesquisa no espaço institucional, o expressivo percentual para a negativa dessa realização limita o trabalho do assistente social na instituição. Contudo, isso possibilita considerar a respeito da natureza da instituição formadora destes profissionais. Assim, cabe às seguintes indagações: A instituição de formação desses profissionais trabalha a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tripé do ensino universitário? O assistente social reconhece a importância de utilizar o recurso “pesquisa” para a efetivação do trabalho profissional, e

também para o fortalecimento da autonomia no espaço profissional? Essas indagações nesse momento serão apenas para ação reflexiva acerca do tema pesquisa e o trabalho profissional no interior das instituições. Dito isto, seguimos para analisar a autonomia do Serviço Social nos espaços institucionais.

No que diz respeito à autonomia do Serviço Social nos espaços institucionais 50% dos entrevistados consideram que sim, possuem autonomia na instituição; a outra metade 50% consideram que a autonomia do Serviço Social se efetiva em parte. De acordo com o/a profissional entrevistado/a, a autonomia se estabelece “mais ou menos, é parcialmente, a gente tem sim em algumas situações, mas em outras não” (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

Destaca-se ainda outra fala:

Em parte, é uma autonomia que tem interferências, tivemos um embate com a coordenadora acadêmica da época [...], tivemos um embate porque ela se dizia saber do nosso trabalho [...], nesse contexto a gente sentia que não tinha autonomia porque ninguém nos informava nada, éramos os últimos a saber; agora em relação ao acompanhamento com aluno, quando é requisitado algum serviço que não é compatível com as nossas atribuições aí a gente tem embasamento teórico-metodológico de dizer que não; olha aqui na minha legislação, no meu Código de Ética, na lei de Regulamentação diz que eu não posso, então, aí nesse ponto aqui no ISB sempre que eu argumentava nesse sentido eu fui ouvida, mas quando é relação Sede e coordenador acadêmico e coordenador administrativo é como se o assistente social aqui no ISB não tivesse esse poder de decidir, [...], então é relativa essa autonomia (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo).

Na fala do/a assistente social verifica-se que a interferência de cargos maiores na hierarquia na instituição no seu fazer profissional são a causa da autonomia relativa para o assistente social, contudo, quando se trata de demandas contrárias ao que prevê as legislações da profissão, encontra respaldo para se posicionar com autonomia. Para Raichelis e Arregui (2021), o cotidiano profissional é marcado por tensões e desafios, mas é nesse mesmo cenário que o assistente social encontra condições para superar e enfrentar as requisições impostas a eles, às quais não estão obrigados/as a submeterem-se, assim tendo autonomia relativa para propor e negociar suas propostas profissionais.

Iamamoto (2000) considera que o Código de Ética da profissão aponta a direção ético-política para o exercício profissional, implicando condições sólidas para a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que repercute efetivamente nas formas de realização do trabalho profissional pautado na recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio.

Diante do exposto, se aponta que as legislações da profissão (Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93, Código de Ética de 1993, e do Projeto Ético-político da profissão) que respaldam o exercício profissional são fundamentais para a profissão e o exercício profissional, por isso solicitou-se aos assistentes sociais que descrevessem a importância das mesmas para o seu trabalho: “Balizam a prática mostrando a diferença entre a prática comum e a teórica-metodológica”(Jasmim, S: Fem.; ACG: 2002; TIT: Graduada; TVE: Efetivo); “base, norte, é o que fundamenta a minha atuação”(Cravo, S: Masc.; ACG: 2008, TIT: Segunda Graduação/Especialista; TVE: Contrato temporário);

Para 100% dos/as profissionais entrevistados/as a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética e o Projeto Ético-político da profissão são fundamentais:

São os principais documentos que norteiam a nossa prática profissional, nos direcionam a um fazer pautado em valores éticos e políticos, a fim de que possamos atuar de forma menos burocratizada, pragmática e corriqueira (Lótus, S: Fem.; ACG: 2008, TIT: Graduada; TVE: efetivo);

A importância dessas legislações é para que o exercício profissional [...] seja visto de uma maneira diferente, que ele seja visto não só como um profissional que quer ajudar mas um profissional que tem suas atribuições e seus deveres regidos por essas legislações (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário).

As respostas dos/as assistentes sociais demonstram que a categoria profissional reconhece a importância das legislações da profissão para o trabalho profissional, bem como o respaldo legal que estas atribuem a efetivação do trabalho. Tendo em vista a importância das legislações para o trabalho profissional, perguntamos quais as principais dificuldades do trabalho na instituição, tomando por base os compromissos profissionais assumidos no Projeto Ético-Político, na Lei de regulamentação e no Código de Ética. Segundo os/as entrevistados/as, as dificuldades são:

Atrito com colegas profissionais quanto às ações desenvolvidas; dificuldade de entendimento da liderança da instituição quanto a nossa prática profissional (Jasmim, S: Fem.; ACG: 2002; TIT: Graduada; TVE: Efetivo);

Politicagem, sempre nomear pessoas para a gestão que não conhecem a política de assistência social, e a desvalorização profissional (Cravo, S: Masc.; ACG: 2008, TIT: Segunda Graduação/Especialista; TVE: Contrato temporário);

Os desafios são muitos, continuam, não executar atividades que sejam incompatíveis que firam o código de ética o respeito ao nosso código de ética, estou aqui visualizando o meu setor, tentando fazer essa relação com o trabalho realizado no setor (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

O principal problema são as interferências de outros profissionais em nosso espaço ocupacional, interferindo diretamente quanto ao desempenho das atividades

inerentes ao serviço social (Ipê, S: Fem.; ACG: 2004, TIT: Especialista; TVE: efetivo);

A maior dificuldade mesmo é o entendimento do gestor de saber o verdadeiro trabalho do assistente social, suas competências e atribuições, esse aí é o primeiro ponto, [...] (Tulipa, S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário);

Os discursos conferem as dificuldades relacionadas à falta de conhecimento das competências e atribuições profissionais, se destacando também a interferência de outros profissionais no trabalho dos/as assistentes sociais, como bem falou a assistente social Acácia, “os desafios são muitos, continuam”.

A expressão de continuidade dos desafios, segundo Yamamoto (2000), podem estimular o cultivo de uma subalternidade profissional, com desdobramentos na baixa autoestima dos assistentes sociais diante de outras especialidades, o que colabora para a “internalização do estereótipo de *profissionais de segunda categoria*, que *fazem o que todos fazem* e o que *sobra* de outras áreas profissionais” (p. 105)

Na ação técnico-operativa nos espaços ocupacionais há características que permitem identificar se as relações profissionais colaboram ou obstaculizam o operacional no trabalho dos/as assistentes sociais, por isso questionamos os/as assistentes sociais se existem serviços e/ou programas institucionais coordenados pelo Serviço Social: 60% responderam que sim, 40% disseram que não tem serviços/programas coordenados por assistente social na instituição.

Segundo uma assistente social na instituição onde trabalha “tem os programas municipais de transferência de renda e tem os federais, os federais todos eles são coordenados por assistentes sociais, nos municipais não, tem o assistente social que está no programa, mas não é o/a coordenador/a”. (Tulipa; S: Fem.; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário),

A indicação de que alguns serviços ou programas são coordenados por assistentes sociais e outros não, é uma característica que permite analisar que nos serviços coordenados pelo profissional de Serviço Social as chances de haver interferências ou intromissões no trabalho profissional são menores, e os/as assistentes sociais que atuam sob a coordenação de outros profissionais sofrem maior interferência no seu fazer profissional.

As relações de trabalho experienciadas pelos/as assistentes sociais no espaço institucional exigem posições e bagagem intelectual crítica. Segundo Raichelis (2018), a profissão de Serviço Social mesmo na atualidade com significado social em outros patamares

através da interlocução com a teoria social marxiana e com o pensamento social crítico, ainda assim, a interpretação da profissão na sociedade remete à relação de tensão e contradição entre o projeto profissional e o trabalho assalariado, onde lutas de resistência e imposições do poder institucional, aumentam os limites e estreitam ainda mais à relativa autonomia profissional na implementação do projeto atual da categoria, subordinando assistentes sociais aos constrangimentos da alienação e à reificação nas relações de trabalho.

Assim, a condição de trabalhador assalariado do/da assistente social o expõe a um campo de tensões frente aos compromissos ético-políticos assumidos no projeto profissional da categoria e a contratação institucional remunerada para atuar especificamente com demandas institucionais que tem público e necessidades pré-existentes e mensurada por seu empregador (IAMAMOTO, 2014).

Desta forma, o perfil dos usuários atendidos pelo/a assistente social nas instituições estatais em Coari, segundo os/as profissionais entrevistados/as, é um público diversificado, abrangendo adolescentes entre 15 e 17 anos, adultos, servidores da instituição, crianças, idosos e outros. Independente de uma categoria ou outra ter maior expressão dependendo de cada instituição pública, uma característica é comum ao perfil dos usuários atendidos pelos/as assistentes sociais, a condição de vulnerabilidade social dos sujeitos, conforme indicam as falas a seguir:

Em situação de vulnerabilidade social e de saúde (Lótus, S: Fem.; ACG: 2008, TIT: Graduada; TVE: efetivo);

Pessoas carentes procurando ajuda financeira e alimentícia (Cravo, S: Masc.; ACG: 2008, TIT: Segunda Graduação/Especialista; TVE: Contrato temporário);

A maioria dos usuários são financeiramente vulneráveis (Dália, S: Fem.; ACG: 2016, TIT: Especialista; TVE: Contrato por tempo indeterminado).

Essa característica do público receptor do atendimento da profissão de Serviço Social, independente de se estar em uma conjuntura de pandemia de proporções globais que impulsionou um alto índice de desemprego (IBGE, 2021) e uma crise sanitária e social (RAICHELIS, 2021), está ligado à necessidade e emergência da profissão em relação às expressões da questão social objeto de intervenção do Serviço Social.

O objeto central que demanda a intervenção profissional de assistentes sociais permanece o mesmo, a questão social e suas manifestações na sociedade, contudo, no decorrer do processo histórico da profissão, a ocorrência das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e as alterações nas relações sociais passam a exigir uma nova posição e ação dos/as assistentes sociais diferentes dos iniciais da profissão.

Conforme os/as entrevistados/as suas principais atribuições na instituição são atendimento social, articulação com rede, atendimento e acompanhamento social da comunidade escolar, visitas domiciliares, pareceres técnicos, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos, realizar encaminhamentos, prestar orientação, assegurar direitos, planejar, visitas domiciliares, visita hospitalar, busca ativa etc. Segundo Santos (2006), os/as profissionais de Serviço Social precisam refletir acerca dos instrumentos e técnicas que são e podem vir a ser utilizados na intervenção do assistente social, no posicionamento crítico e construtivo, a partir de parâmetros e referenciais teórico-metodológico e ético-político crítico dialético. “É importante ficar claro como esses instrumentos e técnicas podem ser utilizados tendo em vista os diferentes objetivos da intervenção profissional” (p. 235).

De acordo com Acácia e Ipê, assistentes sociais participantes da pesquisa, algumas das atribuições ainda realizadas na instituição e que não são privativas do profissional de Serviço Social, são: “a elaboração de planilha com dados bancários dos alunos para pagamento dos benefícios, pois na sede em Manaus essa planilha é atribuição do administrador” (Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo); como também, “troca de acompanhantes, convocação de familiares para receber informação sobre altas e óbitos” (Ipê, S: Fem.; ACG: 2004, TIT: Especialista; TVE: efetivo).

As falas acima mostram que os/as profissionais têm consciência de que ainda executam atividades que não pertencem ao trabalho profissional do assistente social, e que apesar de haver setores onde os profissionais conseguiram não realizar esses tipos de atividades, há profissionais que precisam conquistar esse feito. As atribuições (privativas ou não) desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição é um elemento essencial da atuação dos/as assistentes sociais e passa a requerer desses profissionais escolhas e posições a partir de novas bases ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas que sustentem a capacidade de negociar e propor novas alternativas para o exercício profissional (RAICHELIS, 2018).

Em relação a garantia do sigilo profissional durante o atendimento feito pelo/a assistente social, 60% responderam positivamente, que as condições do ambiente oferecem a garantia do sigilo; e 40% responderam que o espaço de trabalho é compatível em parte para o sigilo profissional:

Em uma sala são duas assistentes sociais, mas é uma sala que dá para fechar a porta e tem como a assistente social sair para eu atender, ir para uma outra sala ao

lado, tem sim esse espaço compatível (Tulipa, S: Fem; ACG: 2013, TIT: Especialista; TVE: Contrato Temporário);

A gente conseguiu esse avanço da sala para atendimento sigiloso e adequado do aluno(Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo);

Atuo em um espaço dividido com uma profissional de nutrição no dia a dia e para atendimentos específicos, há uma sala disponível para assegurar o sigilo (Íris, S: Fem.; ACG: 2008; TIT: Especialista; TVE: Efetivo).

Apesar de 40% ser uma inferência menor, verifica-se que é um índice considerável de profissionais que atuam com condições desfavoráveis ao sigilo profissional, um/a profissional relatou que “não temos uma sala específica para atendimentos” (Lótus, S: Fem; ACG: 2008, TIT: Graduada; TVE: efetivo); e ainda em outra fala temos a seguinte afirmação: “falta-nos um espaço adequado para realizarmos atendimento individual e mobiliário adequado para o arquivamento de documentos sigilosos” (Ipê, S: Fem; ACG: 2004, TIT: Especialista; TVE: efetivo).

No Código de Ética da profissão no seu Capítulo V que trata do Sigilo Profissional, dispõe que:

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único: Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional (CFESS/CÓDIGO DE ÉTICA TRILÍNGUE/93, 2ª ed., 2019).

Conforme a Resolução CFESS nº 493/2006, dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Ao assistente social na realização do seu trabalho na instituição prever em seu Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a- Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;
- d- Espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2019, p. 88).

E ainda, no seu Art. 3º determina que - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo (CFESS, 2019). Diante do previsto no Código de Ética e na Res. 493/2006 é garantido ao assistente social no exercício

da profissão um lugar adequado para atendimento, que ofereça condições de atendimento protegido ao usuário e também ao profissional, ainda assim, verifica-se que isso também exige do assistente social o posicionamento para que isso venha ser cumprido, pois 40% dos profissionais entrevistados se encontram sem usufruir do que determina a legislação da profissão; foi possível identificar também, que para alguns profissionais isso trata-se de uma conquista na contexto institucional, quando analisamos a seguinte fala: a gente conseguiu esse avanço da sala para atendimento sigiloso e adequado do aluno(Acácia, S: Fem.; ACG: 2011; TIT: Especialista; TVE: Efetivo).

Os entraves e tensões que se apresentam ao exercício profissional no interior dos espaços ocupacionais precisam ser analisados, discutidos, e principalmente é preciso buscar superá-los, aliando atuação profissional e competência crítica para galgar condições para se fazer cumprir o que é assegurado ao usuário e ao profissional em lei, a exemplo também o efetivação e cumprimento da carga horária de 30 horas prevista na Lei 12.317/2010 que para 50% dos/as assistentes sociais entrevistados/as não é cumprida.

Isto requer uma nova investidura do trabalho profissional do assistente social, que não recusa as tarefas socialmente atribuídas a ele, porém, lhes atribui um tratamento com conhecimento intelectual organizado a partir de valores éticos e políticos diferenciados.

Diante disso, pode-se afirmar que o trabalho profissional do assistente social é a realização da ação especializada do trabalho que começa a ser construído durante o processo de formação, é a operacionalização de serviços inerentes a profissão de Serviço Social em instituições de natureza pública, privada, ONGs, filantrópicas, etc. Em meio a tensões e interesses contraditórios, o trabalho profissional propicia a construção de alternativas e análises para a produção de conhecimento da profissão e fortalecimentos da categoria de assistentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto atual do trabalho profissional dos/as assistentes sociais está imerso em consequências e condições adversas devido aos danos estruturais e conjunturais decorrentes da proliferação do novo coronavírus, desembocado em uma pandemia mundial (este momento específico não pode ser deixado de lado ao considerarmos a conjuntura atual para o trabalho do assistente social). Tais danos estão sendo aos poucos mensurados e discutidas algumas das extensões da sua gravidade, não podendo ainda ser mensurado na sua totalidade. De forma gradativa, se está voltando às rotinas habituais como: retorno às aulas e ao trabalho na modalidade presencial, horários formais, atendimento presencial ao público, entre outros serviços básicos anteriores à pandemia.

Assim, através deste estudo de pesquisa verificou-se que as condições de precariedade do mundo do trabalho em geral foram e estão sendo alteradas no atual momento pandêmico, entretanto, já são identificadas pelos/as assistentes sociais na realização do seu trabalho antes da pandemia, essas alterações se expressam por meio de “*perdas e desvalorização*” dos direitos e formalidade do trabalho, e são sentidas pelos assistentes sociais em suas condições detrabalho na instituição. Para a maioria (80%) dos/as entrevistados/as, as atividades diretas com os usuários dos serviços é o destaque da operacionalização do seu trabalho antes da pandemia. Atividades necessárias ao trabalho interventivo realizado pelos/as assistentes sociais.

As transformações no mundo do trabalho em geral têm impactos diretos no trabalho dos/as assistentes sociais, esses impactos foram apontados principalmente na área social, como também aparece a questão da inserção e uso das TICs para a resolutividade de problemas e realização do trabalho, e por último, é apontado que se enfrentam cada vez mais, maiores dificuldades de acesso a benefícios e direitos sociais.

Nesse sentido, as manifestações de maior impacto na realização do trabalho dos/as assistentes sociais nas instituições estatais de Coari no contexto pandêmico são o afastamento e/ou redução das atividades presenciais, e a predominância do trabalho remoto. Verificou-se ainda que, apesar da redução das atividades presenciais, nesse período houve aumento do trabalho para os/as assistentes sociais, revelando que a estrutura organizacional do trabalho foi alterada, e essa alteração assemelha-se às características da lógica neoliberalista ao reestruturar o processo produtivo (em comparação ao setor público nesse contexto) reduz os custos e maximiza os resultados.

Especificamente no momento da pandemia, o adoecimento emocional e psicológico dos profissionais na realização do trabalho foi também identificado nas instituições estatais, o que é um agravante e se expressa com novos elementos nos espaços de trabalho como os desequilíbrios emocionais, pressões psicológicas, tensões e incertezas quanto a ação do vírus e a sua permanência.

Nesse período, apesar das sequelas físicas e estruturais nos/as profissionais, identificamos a preocupação com o outro, o reconhecimento das necessidades e danos sofridos pelos sujeitos em geral.

É importante que se preserve essa posição humana no corpo profissional do Serviço Social, porém, fundamentada em outros patamares, por meio do rompimento com o humanismo abstrato, característico da origem da profissão, para um humanismo histórico-concreto, voltado à criação de condições para que o livre desenvolvimento de cada um, seja condição para o livre desenvolvimento da coletividade, assim, quem sabe, combater a desumanização do trabalho e dos trabalhadores/as vinculada ao individualismo, produtivismo, em algoritmos, na quantificação de dados em plataformas digitais, para que o contexto contemporâneo não reduza pessoas, trabalhadores a condição somente de números (mortes, desempregos, pobreza, miséria, etc).

Verificou-se que a maioria dos/as assistentes sociais têm acesso e utilizam as resoluções e publicações do CFESS/CRESS, mas ainda há 40% que utilizam eventualmente. Destarte, referente ao acesso a essas publicações no período de pandemia o resultado é de que 90% dos assistentes sociais tiveram acesso às publicações dos conselhos.

É importante também destacar em relação ao trabalho do assistente social na instituição, a referência teórica nas indicações de autores e legislações que defendem o trabalho profissional pela via da teoria social crítica, isso favorece aos profissionais na reflexão crítica da ação. Com a apropriação das produções críticas e das legislações do Serviço Social se constroem os aportes de fundamentação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para a ação do/da assistente social, dimensões específicas, mas complementares na realização do trabalho profissional.

Para isso, é necessário ocorrer mudanças na maneira com que o assistente social vem desenvolvendo suas atividades cotidianas, é preciso que estes estejam articulados aos princípios do Projeto ético-político do Serviço Social, sob o respaldo do Código de Ética da Profissão, da Lei de Regulamentação e das Diretrizes Curriculares do Serviço Social, isto leva o profissional a atuar de forma efetiva para garantir aos usuários acesso igualitário, resguardando a universalização dos serviços e ações seja na área de saúde, educação,

assistência social etc. Tal posicionamento não se limita apenas ao assistente social, mas requisita a articulação às demais profissões que dividem os espaços ocupacionais e compartilham dos mesmos ideários do projeto profissional dos assistentes sociais, no intuito de fortalecer a ação do trabalho profissional pela via da interdisciplinaridade e no compartilhar de saberes das diversas áreas profissionais no interior das instituições.

Todavia, identificamos que 50% dos/as assistentes sociais possuem plano de ação; e os outros 50% não tem um plano de ação específico do Assistente Social para a realização do seu trabalho na instituição. Diante deste resultado, é imperativo reafirmar que o trabalho do assistente social precisa ser desenvolvido conforme os princípios do projeto profissional já citado, sendo necessário que essa categoria passe a planejar suas atividades com base nas demandas surgidas no cotidiano institucional tendo por parâmetro a realidade social de cada sujeito, além disso é essencial que se visualize a construção do planejamento não como método definido e acabado da realização dos processos de trabalho, mas sim com o objetivo de nortear e avaliar suas ações a partir de um movimento reflexivo.

Pontua-se que o/a assistente social ao validar suas ações através do planejamento e elaboração de planos específicos da categoria está se utilizando de recursos que colaboram para o êxito de suas ações interventivas, garantindo informações que são base para sua ação. Considera-se também que por meio de pesquisas institucionais, sociais, individuais ou coletivas o profissional passa a compreender com mais exatidão a realidade social.

O trabalho profissional na perspectiva de construção de planos e realização de pesquisas atribui competência ao fazer cotidiano, todavia, somente recursos como um plano operacional e a realização de pesquisas “como mágica” não viabilizam as mudanças necessárias ao trabalho do/da assistente social, mas possibilita criar alternativas propositivas e inovadoras garantindo a elaboração de novas estratégias para atuação profissional.

No tocante a realização do trabalho profissional dos/as assistentes sociais identificou-se as dificuldades relacionadas à falta de conhecimento das competências e atribuições profissionais, se destacando também a interferência de outros profissionais no trabalho dos/as assistentes sociais. Por isso, a importância de entender o movimento da realidade concreta na sua totalidade; é fundamental atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão, contudo é um grande desafio na atualidade (dadas as condições de trabalho a que são submetidos os/as assistentes sociais nesse tempo) conseguir mover-se da bagagem teórica da profissão a realidade a partir da realização do exercício profissional.

Diante disso, o trabalho profissional dos/as assistentes sociais nas instituições públicas estatais de Coari no Amazonas não se mostrou em um extremo oposto às condições e

relações de trabalho a que estão expostas a classe trabalhadora do contexto nacional. A realização do trabalho para os/as assistentes sociais se constitui em meio a interesses contraditórios e moventes que se alteram e se intensificam relacionadas intimamente à lógica de exploração da classe trabalhadora pelo sistema capitalista de produção.

Por fim, nesta situação, o que poderia ser feito? As respostas a questões como estas foram sendo tecidas, construídas e reconstruídas ao longo da estruturação deste trabalho. Acreditamos que essas respostas não estejam em uma palavra ou frase sussurrada por uma voz, mas no brado de palavras oriundas de muitas vozes, ou seja, na unidade dos/as assistentes sociais na luta em defesa e fortalecimento do Projeto ético-político da categoria profissional, na articulação com as demais classes de trabalhadores; é preciso apropriar-se do caráter político do trabalho do/da assistente social, conhecer o interior daquilo que se estar intervindo para que possamos transformá-la, através do reconhecimento dos espaços, das relações de poder, do que é possível formar e fortalecer alianças, sem deixar de resistir às imposições da lógica dominante.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.
- ABESS; CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Cadernos ABESS, Brasília, DF, n. 7, p. 58-76, 1997.
- ABÍLIO, Ludmila C. **Uberização: gerenciamento e controle Just-in-time**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020 (111- 124).
- ALVES, Giovanni. **Gestão de Metas e Serviço Público: A degradação do trabalho no Brasil neoliberal**. Projeto Editorial Práxis, 2021. 110.
- ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.º. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUM, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: n.º 123, p. 407-427, jul./set. 2015.
- BARCELLOS, André; Hennicka, Caroline; Paes, Felipe; Prado, Júlia; Tassoni, Pedro; Domingues, Rafael; Ruschel, Rodrigo; Batista, Thaísa Zilli; Vargas, Uillian; Mourão, Vinicius. **O crescimento do Tik Tok e o impacto da pandemia nos usuários das redes sociais**. Famecos/PUCRS, 2021. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjGzciax8b6AhVFpZUCHerMDK8QFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.pucrs.br%2Fblog%2Fentenda-o-sucesso-do-tiktok%2F&usq=AOvVaw0bB98UssAxn8MZAfbN9ZrN>> Acesso em 04/10/2022.
- BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BENEVIDES, Geis de Oliveira. **Trabalho profissional e gestão no serviço social: subsídios teóricos para a compreensão da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social**. XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS – Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social. Vitória-ES: Dez./2018.
- BERTOLLO, K. Planejamento em serviço social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis, /S. l.]**, v. 16, n. 31, p. 333–356, 2017. DOI: 10.22422/2238-

1856.2016v16n31p333-356. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11943> . Acesso em: 6 out. 2022.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012.

BRASIL. **Lei nº 14.178, de 28 de junho de 2021**. Altera o Anexo V à Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

BRASIL. **Projeto Lei 924/2020**. Institui o Imposto sobre Grandes Fortuna a ser destinado exclusivamente ao combate da pandemia do Covid-19 (Coronavírus). 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2241837>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CEOLIN, George Francisco. Transformações no Mundo do Trabalho e Suas Implicações na Profissão do Serviço Social no Período Histórico de Transição dos Séculos XX e XXI. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social** da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, abril de 2010.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social e Lei 8.662/93**(10ª edição, revista e atualizada). Brasília: CFESS, 2012. Disponível em:<<http://www.cfess.org.br/>> Acesso em: 23 jul. 2021.

CFESS. **Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do/a assistente social**. Edição Revista e Atualizada. Brasília (DF): CFESS, 2019. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivo/CFESS Acesso em 18/09/22.

CFESS. **Manifesta**: os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social. Brasília: CFESS, 2020a. Disponível em: [94<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>](http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf) Acesso em: 23 jul. 2021.

CFESS. Resolução nº 493 de 21 de agosto de 2006. **Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do/a assistente social**. Edição Revista e Atualizada. Brasília (DF): CFESS, 2019. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivo/CFESS. Acesso em 18 set. 22.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2015.

CRESS. **Relatório de Gestão do Exercício 2020**. CRESS-AM 15ª Região. Disponível em: <<https://cress-am.org.br/relatorios-de-gestao>> Acesso em: 24 jul. 2021.

CRUZ, Thaynara Reis do Nascimento; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL: A contribuição para a formação profissional, In. **Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade**. ANDRADE,

Roberta Ferreira Coelho de. et al. *Alexa Cultural*: São Paulo/Edua: Manaus, p. 221-238, 2019.

FERREIRA, Catyelle Maria de Arruda; ROCHA, Lucilia Mendes; FERREIRA, Catyenne ABREU, Maria de Arruda; Bruno Soares de. **A importância da pesquisa para o curso de serviço social**: perspectiva histórica e atual. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2009.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Trabalho, tecnologias da informação e comunicação e condições de vida: tecnologia para que (m)? “Novas” empresas e “velha” exploração do trabalho. **R. Kátal.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 1-5, jan./abr. 2022 ISSN 1982 0259.

GAMA, Rayanne Roque; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. Serviço social no interior do estado do Amazonas: desafios da formação profissional e do mercado de trabalho, **Revista Atlante**: Cuadernos de Educación y Desarrollo. Abril, 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/04/servico-social-amazonas.html>. Acesso em 11/09/2022

GOES, Archipo W. Cavalcante. **Nunca mais Coari**: a fuga dos Jurimáguas. Coari, 2016. ISBN 978-85-921995-0-0.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS; ABEPSS (Org.). *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília, DF, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no Trabalho do Assistente social**. In: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - 6ª Região. (Org.). *Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. 1ª ed. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In **Serviço Social e Saúde**: Formação e trabalho profissional, 2014. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf. Acesso em 11. set. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19ª ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche**. In. RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social**: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*, V. 1. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 2009.

MARX, Karl. MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I – O processo de produção do capital. – Tradução Rubens Enderle. – BOITEMPO, 2011.

NETO, Cacildo Teixeira de Carvalho; BARROS, Jaqueline de Melo. **A pesquisa como ferramenta de desvelamento da realidade**: subsídios para a construção de conhecimento. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias. Vol. 01, Nº 02, Jul/Dez, 2014.

NETTO, José P; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, Jose Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas Referências para a sua Contextualização. In. **30 Anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)** (organizador). Brasília (DF), 2009. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivo/CFESS-Congresso daVirada-Site.pdf Acesso em 18 set. 2022.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. **R. Kátal**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 11-21, jan./abr. 2022 ISSN 1982 0259.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva. In: **Serv. Soc. & Sociedade**, nº82, ano XXVI, São Paulo: jul./ 2005.

PEREIRA, Juliana Aparecida Cabuci. **O processamento do trabalho dos assistentes sociais**: vínculo entre o trabalho e o projeto ético-político do Serviço Social. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2018.

PRATES, Jane Cruz; BORDIN, Erica Bomfim; NUNES, Rodrigo dos Santos. **TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: Um binômio indissociável**. In. **SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E SUSTENTABILIDADE**. ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. et al. Alexa Cultural: São Paulo/Edua: Manaus, p. 23-40, 2019.
profissão de Assistente Social e dá outras providências. 10. ed. rev. e atual.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo In. RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. **O trabalho do Assistente Social na esfera estatal**. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140. São Paulo, Jan, 2021. <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.242>>

REPETTI, Gustavo Javier; CARRARA, Virgínia Alves. Fundamentos do Serviço Social: atribuições e competências profissionais. ABEPSS/Itinerante. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, nº 40, p. 284-299, Jul./dez. 2020. ISSN 2238-185.

RODRIGUES, Jéssica Daiane de Lemos; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Políticas públicas de educação sob o prisma da sustentabilidade**: Estudo nos marcos de uma escola ribeirinha na Amazônia In. Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade. ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. et al. Alexa Cultural: São Paulo/Edua: Manaus, p. 221-238, 2019.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. **Tese (doutorado)** – UFRJ/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SANTOS, Francisca Trindade Pereira dos; MELO, Ruth Pereira de. **O trabalho do assistente social e a questão ambiental: uma relação interdisciplinar**. In: Anais do II Encontro Nacional de Trabalho Interdisciplinar e Saúde - ENTIS. Anais. Manaus (AM) UFAM, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/entis2021/368062-O-TRABALHO-DO-ASSISTENTE-SOCIAL-E-A-QUESTAO-AMBIENTAL--UMA-RELACAO-INTERDISCIPLINAR>>. Acesso em: 03 out.2022

SANTOS, Josiane. **Lei de Regulamentação da Profissão completa 21 anos** – CRESS 12ª Região. 2014. Disponível em:<<http://cress-sc.org.br/>> Acesso em: 15 set. 2021.

SANTOS, Leila L. **Textos de Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo. Cortez, 1999.

SANTOS, Marta A. A reestruturação produtiva e seus impactos na vida do trabalhador. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº82, ano XXVI. São Paulo: jul./2005.

SIKORSKI, Daniela; GODOI, Sueli. **Trabalho Profissional II: serviço social**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

SILVA, Márcia Perales Mendes. **Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um olhar para os trabalhadores do parque industrial de Manaus**. Manaus: EDUA, 2010.

SILVA, Márcia Perales Mendes. SCHERER, Elenise Faria (2010). A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a sua inserção na sociedade amazônica. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 10, n. 20, p. 253-269, jul./dez.

SIMIONATO, I. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social**. Temporalis, Brasília, DF, v. 1, n.1, p. 33-45, 2004.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. SERVIÇO SOCIAL E TICs: a prática profissional no contexto da Covid-19. **R. Kátal.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 114-124, jan./abr. 2022 ISSN 1982 0259.

VICENTE, Damares. **Serviço Social, trabalho e desgaste mental**. In. RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: p. 127-149, Cortez, 2018.

YAZBEK, Maria C. **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social**. In: GUERRA Yolanda [et. al.] (Org.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. 2ª ed. Campinas. Papel Social, 2019.

APÊNDICES

Quadro 1 – Prefeitos e respectivos períodos de mandato

1º Major João Dantas de Oliveira (PMD)	26/11/1917 a 25/09/1920
2º Coronel Lucas Pinheiro (PP)	26/09/1920 a 12/04/1926
3º Péricles Moraes (PP)	13/04/1926 a 31/12/1926
4º Herbert Lessa de Azevedo ³⁹ (PL)	01/01/1927 a 23/06/1927
5º Alexandre Montoril ⁴⁰ (PTB/PSD)	02/08/1932 a 30/01/1948 (3 mandatos) 31/01/1959 a 30/01/1963 (4º mandato)
6º Edgar Gama Rodrigues (UDN)	31/01/1948 a 30/01/1950
7º Francisco Areal Souto (PSD)	31/01/1951 a 30/01/1956
8º Dorval Santos Melo (PTB)	31/01/1956 a 30/01/1959
9º Clemente Vieira Soares (UDN/PSD)	31/01/1963 a 30/01/1969 (1º mandato) 01/02/1977 a 31/01/1983 (2º mandato)
10º Mussa Abraham Neto (ARENA)	31/01/1969 a 31/01/1973
12º Enedino Monteiro da Silva (ARENA)	01/02/1973 a 31/01/1977
13º Roberval Rodrigues da Silva (PFL)	01/02/1983 a 31/12/1988 (1º mandato) 01/01/1997 a 31/12/2000 (2º mandato)
14º Evandro Aquino de Oliveira (PFL)	01/01/1989 a 31/12/1992
15º Odair Carlos Geraldo ⁴¹ (PRP)	01/01/1993 a 13/08/1995
16º Jamil Araújo de Moraes ⁴² (PRN)	14/08/1995 a 31/12/1996
17º Manuel Adail Amaral Pinheiro (PL/PPS/PRP)	01/01/2001 a 31/12/2004 (1º mandato) 01/01/2005 a 31/12/2008 (2º mandato) 01/01/2013 a 08/02/2014 ⁴³ (3º mandato)
18º Rodrigo Alves da Costa ⁴⁴ (PP)	01/01/2009 a 30/07/2009
19º Iranilson da Silva Medeiros ⁴⁵ (DEM)	31/07/2009 a 01/08/2009
20º Emídio Rodrigues Neto ⁴⁶ (PP)	02/08/2009 a 16/10/2009
21º Arnaldo Almeida Mitouso ⁴⁷ (PMN)	17/10/2009 a 31/12/2012

³⁹Assassinado em 23 de junho de 1927, governou seis meses (GÓES, 2016).

⁴⁰Assumiu como Intendente Nomeado após o período de governo de Herbert de Azevedo, ficando no governo 16 (dezesesseis) anos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fundado pelo ex-presidente Getúlio Vargas, sendo desses 7 (sete) anos como Intendente e 9 (nove) como Interventor nomeado pelo Estado Novo. Retornando ao governo no período de 1959 a 1963 pelo Partido Social Democrático (PSD) extinto durante a ditadura militar em 1965 (Fonte: <https://wikipédia.org/wiki/listadeprefeitodecoari> acesso em 24/08/2021).

⁴¹ Prefeito eleito assassinado durante o mandato em 13 de agosto de 1995.

⁴²Vice-prefeito eleito assumiu o cargo de prefeito após o assassinato de Odair Carlos Geraldo.

⁴³Prefeito eleito em sufrágio universal preso durante o mandato.

⁴⁴Prefeito eleito em sufrágio universal cassado por decisão judicial.

⁴⁵Prefeito Interino.

⁴⁶ Prefeito Interino.

⁴⁷ Prefeito eleito em sufrágio universal em eleição suplementar em 20/09/2009.

22° Igson Monteiro da Silva ⁴⁸ (PMDB)	09/02/2014 a 15/04/2015
23° Raimundo Nonato de A. Magalhães ⁴⁹ (PRB)	16/04/2015 a 31/12/2016
24° Adail José Figueiredo Pinheiro ⁵⁰ (PP)	01/01/2017 a 18/11/2020 (1º mandato) 01/01/2021 (2º mandato)
25° Jeany Pinheiro ⁵¹ (PP)	18/11/2020 a 31/12/2020
26° Maria Dulcirene da Cruz Menezes ⁵² (MDB)	01/01/2021 aos dias atuais

Fonte: Pesquisa exploratória, 2021.

⁴⁸ Vice-prefeito eleito no cargo de prefeito após prisão de Manuel Adail Amaral Pinheiro.

⁴⁹ Prefeito eleito por ocupar o segundo lugar nas eleições de 2012.

⁵⁰ Prefeito eleito em sufrágio universal renunciou por motivos de saúde. Foi reeleito, porém teve seu registro de candidatura cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), não chegando a assumir o cargo em 2021.

⁵¹ Presidente da Câmara Municipal assumiu a prefeitura após Adail José Figueiredo Pinheiro ter sido afastado do exercício de prefeito para tratamento de saúde.

⁵² Presidente da Câmara Municipal assumiu o cargo de prefeita após cassação do mandato por entender o TRE-AM que houve a permanência por três mandatos na família Pinheiro no governo de Coari.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS



ROTEIRO/FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO ORIENTADOR DA
ENTREVISTA⁵³

a ser realizada junto às assistentes sociais de Coari, sujeitos da pesquisa

I. CARACTERIZAÇÃO GERAL

1.1 PESSOAL

1.1.1 Sexo: Masculino Feminino

1.1.2 Idade:

1.1.3 Naturalidade:

1.2 FORMAÇÃO ACADÊMICA

1.2.1 Instituição de formação:

1.2.2 Ano de conclusão:

1.2.3 Qualificação:

Aperfeiçoamento Completo Incompleto

Especialização "lato sensu" Completo Incompleto

Mestrado Completo Incompleto

Doutorado Completo Incompleto

Outra Graduação: não sim. Especificar:

1.3 ATUAÇÃO POLÍTICA

1.3.1 Participa ou participou da direção de órgãos da categoria?

não sim, quando (ano)?

Especificar:

1.3.2 Participa ou participou das atividades realizadas pelos órgãos da categoria:

Semana de Serviço Social. Ano:

Curso/Oficina. Ano:

Assembleia. Ano:

Congresso Nacional. Ano:

Congresso Internacional. Ano:

⁵³Parte do Roteiro foi adaptado do trabalho de CEOLIN, Francisco George, utilizado na sua pesquisa de mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GOÍÁS.

() Outras. Especificar:

1.3.3 Participa de órgãos, conselhos ou movimentos sociais?() não () sim, quais?

1.4 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1.4.1. Natureza da instituição que trabalha:

() Pública municipal () Pública estadual () Pública federal

1.4.2 Área de atuação na instituição:

() criança e adolescente () emprego e renda () saúde

() assistência social () previdência () educação

() esporte e lazer () habitação () sócio-jurídico

() família () recursos humanos () deficientes

() meio ambiente () assessoria () ensino e pesquisa ()

Outra. Especificar:

1.4.3 Cargo ocupado na Instituição:

1.4.4 Tipo de vínculo empregatício:

() contrato por tempo indeterminado () contrato por tempo determinado

() concursado outro () Especificar:

1.4.5 Jornada de trabalho semanal:

1.4.6 Tempo de atuação profissional na instituição:

1.4.7 Tempo de atuação como Assistente Social:

1.4.8 Possui outro vínculo empregatício () não () sim. Especificar:

II. TRABALHO PROFISSIONAL

1. Quais as principais transformações contemporâneas no mundo do trabalho em geral, na sua opinião?

2. Com base na primeira pergunta, essas transformações trouxeram impactos para o trabalho que você desenvolve?

3. Especificamente em relação à pandemia do novo coronavírus, que mudanças têm ocorrido no campo de atuação do Assistente Social a partir de sua experiência?

4. Como você tem lidado com as mudanças?

5. Além das mudanças mencionadas, há demandas por novas atribuições?

6. Considera que há precarização das condições e relações de trabalho do Assistente Social em função da covid-19? Cite-as:

7. Especifique a sua rotina de trabalho:

1º Antes da pandemia:

2º Durante a pandemia:

7.1. Houve mudança de atribuição?

8. Existem serviços e/ou programas institucionais coordenados pelo Serviço Social?

9. Qual o perfil dos usuários atendidos pelo Assistente Social?

10. Quais as principais atribuições (privativas ou não) desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição?

11. Há um plano de ação específico do Assistente Social? Em relação ao plano, quais os objetivos do Serviço Social?

12. Consegue alcançá-los ou não?

13. Quais os principais autores/legislações que fundamentaram sua formação e impactaram sua atuação profissional?

14. Você consegue realizar pesquisas? Exemplifique:

13. Quais os principais autores/legislações que fundamentaram sua formação e impactaram sua atuação profissional?

14. Você consegue realizar pesquisas? Exemplifique:

17. Registra e avalia as ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição (quantitativa e qualitativa)?

18. Considera que há autonomia do Serviço Social nas decisões relativas ao seu trabalho na instituição?

19. A partir das legislações da profissão (Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93, Código de Ética de 1993, e do Projeto Ético-político da profissão) que respaldam o exercício profissional, descreva a importância das mesmas para o seu trabalho:

20. Você teve acesso às publicações do CFESS/CRESS sobre os parâmetros de atuação do Assistente Social durante a pandemia? () sim () não

21. Você tem acesso/utiliza as Resoluções do CFESS sobre o exercício profissional?
() sim () não () às vezes

22. Seu espaço de trabalho é compatível para a garantia do sigilo profissional? () sim () não
() em termos. Especifique:

23. Quais os principais problemas/dificuldades do seu trabalho tomando por base os

compromissos profissionais assumidos no Projeto Ético-Político da categoria, na Lei de regulamentação e no Código de Ética da Profissão?

24. Livre considerações do entrevistado (a):



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada “O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM”, que será realizado por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS SANTOS, endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, CEP: 69077-000, bloco Mário Ypiranga, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), setor norte, telefone: 3305-2349/99342-4332/ e-mail: trindadesantos290@gmail.com, sob orientação da professora Doutora Márcia Perales Mendes Silva, endereço institucional: R. Sobradinho, 100 - Flores, Manaus - AM, 69043-160,FAPEAM, telefone: 3878-4000/99162-6774/ e-mail: marcia.perales@gmail.com.

A presente pesquisa tem como objetivo geral: Analisar de que forma vem sendo desenvolvido o trabalho profissional do assistente social em instituições públicas de Coari-AM, especialmente no período pandêmico. Como objetivos específicos pretendem-se: Conhecer a percepção do assistente social acerca das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e de seus impactos no cotidiano do trabalho profissional; Investigar como o assistente social responde às demandas profissionais e às demandas institucionais atuais; Identificar as bases teórico-metodológica e ético-política utilizada pelo assistente social como suporte na construção dos processos de seu trabalho institucional.

Acreditamos que o estudo será uma importante contribuição científica para ampliar o debate e a qualificação do trabalho dos Assistentes Sociais nesse espaço ocupacional.

A pesquisa busca abranger os Assistentes Sociais que trabalham em Instituições Públicas das três esferas governamentais no município de Coari-AM. Caso aceite, sua participação durante a pesquisa acontecerá na modalidade via remoto (virtual). Ocorrendo da forma seguinte:

♦ Via remoto (virtual) - As entrevistas serão agendadas via contato telefônico e/ou por e-mail e acessadas via link de sala virtual do Google Meet a serem disponibilizados aos sujeitos da pesquisa de forma prévia, conforme estabelecido na Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, consistindo dessa forma a garantia de proteção do sujeito participante e seus dados, em qualquer fase da pesquisa.

Você, se aceitar participar, irá contribuir com sua experiência para a imersão do exercício profissional dos assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional de consultoria e assessoria, considerando que estes processos são atribuições privativas e

Rubricas _____
 (Participante)

 (Pesquisador)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS



competências profissionais do Assistente Social. A técnica a ser utilizada junto aos pesquisados é a entrevista semiestruturada com a utilização de roteiro orientador da entrevista contendo perguntas abertas e fechadas, com autorização prévia essa entrevista será gravada. As entrevistas terão duração de aproximadamente 60 minutos. É possível que seja proposto outro encontro para aprofundarmos aspectos que aparecerem na coleta de informações, e este só acontecerá caso seja do seu interesse e conforme sua disponibilidade.

Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como se depois de consentir em sua participação o Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Vale destacar, que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e na existência de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (Dos Termos e Definição II.22, Res. CNS nº 466/2012), prestar-se-á assistência ao participante da pesquisa de forma imediata - é aquela experiencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e de forma integral - é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa (Dos Termos e Definições II.3.1 e II.3.2, Res. CNS nº 466/2012). Sobre o risco da pesquisa, tomaremos todos os cuidados necessários para evitar qualquer tipo de constrangimento aos entrevistados, fazendo com que a entrevista transcorra de maneira agradável aos participantes. Os possíveis desconfortos estão associados a verbalização de acontecimentos importantes, o que pode acarretar algum aborrecimento, cansaço ou estresse. Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, você será encaminhado para a rede pública de serviços ofertados no município de Coari, que presta apoio nestas situações; à prestação de atendimento psicológico aos participantes da pesquisa realizada com seres humanos. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Dessa forma, assegura-se o direito a cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa (Dos Riscos e Benefícios V.7; Dos Termos e Definição II.7, Res. CNS nº 466/2012). Destaca-se ainda que existe garantia de ressarcimento, ou seja, a compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação (Dos Termos e Definições II. 21, Res. CNS nº 466/2012). Para tanto, o benefício deste estudo será o proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua

Rubricas _____
 (Participante)

 (Pesquisador)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS



comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa (Dos Termos e Definições II. 4, Res. CNS nº 466/2012). Dessa forma devemos ter atenção quanto aos riscos presentes na mesma, e para minimizar tais riscos, a pesquisa atenderá rigorosamente aos critérios do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em consonância com as Resoluções: CNS nº 466/2012; CNS nº 510/2016, como também, o previsto na Res. CNS nº 580/2018 e na Carta Circular 01/2021-CONEP/SECNS/MS. Mediante essas normativas certifica-se a responsabilidade de evitar, minimizar e/ou tratar a existência do risco e danos ao ser humano.

Você não terá nenhum tipo de benefício direto ao aceitar participar do estudo. No sentido de relevância desta pesquisa em decorrência de sua participação elenca-se o aprofundamento do debate teórico, a produção de novos conhecimentos e a análise do trabalho profissional do Assistente Social e sua contribuição aos municípios de Coari. Os resultados da pesquisa serão analisados e poderão ser publicados, mas sua identidade não será divulgada. Garantimos ao(a) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (92) 98136-6371 e pelo e-mail: trindadesantos290@gmail.com. O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Autorizo a gravação da entrevista: Sim Não

Consentimento Pós-Infomação:

Eu, _____, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de dialogar com o (a) pesquisador (a) responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar concordo em participar da pesquisa “O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM”, sabendo que não há remuneração ou aquisição material de qualquer forma e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via em minha posse, e a outra com o pesquisador.

Rubricas _____
 (Participante)

 (Pesquisador)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA-PPGSS



Manaus, de de 2021

.....
Assinatura do Participante

.....
Francisca Trindade Pereira dos Santos/Mat. N° 2200222
Pesquisador (a) Responsável
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM

Rubricas _____
(Participante)

(Pesquisador)

ANEXOS



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro CONCORDÂNCIA E APOIO INSTITUCIONAL ao desenvolvimento da Pesquisa intitulada: *O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM*, de natureza científica, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia- PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Trindade Pereira dos Santos, n° de Mat. 2200222 PPGSS/UFAM, e orientação da Profª. Drª. Márcia Perales Mendes Silva.



SECRETARIA MUNICIPAL DE COARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Josiele Cabral da Gama
Doc. nº 22.10222

Josiele Cabral da Gama
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Coari, 16 de dezembro de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro CONCORDÂNCIA E APOIO INSTITUCIONAL ao desenvolvimento da Pesquisa intitulada: *O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM*, de natureza científica, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Trindade Pereira dos Santos, nº de Mat. 2200222 PPGSS/UFAM, e orientação da ProF. Drª. Márcia Perates Mendes Silva.

JOSÉ CARLOS FERREIRA PINHEIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

COARI-AM, 07 de Dezembro de 2021



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE COARI - CREC

CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro CONCORDÂNCIA E APOIO INSTITUCIONAL ao desenvolvimento da Pesquisa intitulada: *O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM*, de natureza científica, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Trindade Pereira dos Santos, nº de Mat. 2200222 PPGSS/UFAM, e orientação da Prof. Drª. Márcia Perales Mendes Silva.

Rodrigo Alves de Almeida
Coord. Adj. Administrativo - CREC
Por: 05/12/2021
COARI-AM

Rodrigo Alves de Almeida
Coord. Adjunto Administrativo - CREC

Coari, 10 de DEZEMBRO de 2021.

Secretaria de
**Educação e
Desporto**

Rua Marechal Deodoro 417, Centro
CEP: 69460-000 Coari – Amazonas
Email: coordcoari@seduc.net





Ministério da Educação
 Universidade Federal do Amazonas
 Instituto de Saúde e Biotecnologia/Coari

CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro CONCORDÂNCIA E APOIO INSTITUCIONAL ao desenvolvimento da Pesquisa intitulada: *O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM*, de natureza científica, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Trindade Pereira dos Santos, nº de Mat. 2200222 PPGSS/UFAM, e orientação da Profª. Drª. Márcia Perales Mendes Silva.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE SAÚDE E BIOTECNOLOGIA
 Profª Vera Lucia Imbiriba Bentes
 Diretora
 Período 07/07/2018

VERA LÚCIA IMBIRIBA BENTES
 Diretora do Instituto de Saúde e Biotecnologia – ISB/COARI

Coari, 07 de dezembro de 2021.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS COARI
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro **CONCORDÂNCIA E APOIO INSTITUCIONAL** no desenvolvimento da Pesquisa intitulada: *O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM*, de natureza científica, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Trindade Pereira dos Santos, nº de Mat. 2200222 PPGSS/UFAM, e orientação da Profª. Drª. Márcia Perales Mendes Silva.

Elder Moriz Correa
55878385287
ELDER MORIZ CORRÊA
Diretor Geral - Instituto do IFAM campus Coari
Port. N° 390-GR/IFAM, de 12.03.2021

Coari, 10 de dezembro de 2021.



CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro CONCORDÂNCIA E APOIO INSTITUCIONAL ao desenvolvimento da Pesquisa intitulada: O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM, de natureza científica, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Trindade Pereira dos Santos, nº de Mat. 2200222 PPGSS/UFAM, e orientação da Profa. Dra. Márcia Perales Mendes Silva.


Jeany de Paula Amaral Pinheiro
Presidente em exercício da Câmara Municipal de Coari

Jeany de Paula Amaral Pinheiro
Câmara Municipal de Coari
Presidente em exercício

Coari-AM, 16 de dezembro de 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE COARI – CNPJ: 04.262.366/0001-90
Travessa Raimundo Mota, 192 – Centro. CEP: 69.460-000. Coari-AM.
e-mail: camaracoari@hotmail.com



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Gabinete do Secretário – GS.

CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro CONCORDÂNCIA E APOIO INSTITUCIONAL ao desenvolvimento da pesquisa intitulada: *O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM*, de natureza científica, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Trindade Pereira dos Santos. Nº de mat. 2200222 PPGSS/UFAM, e orientação da Profª. Drª. Marcia Perales Mendes Silva;


EDIVALDO GONÇALVES DE HOLANDA
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Coari, 17 de dezembro de 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM

Pesquisador: FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55188221.7.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.269.708

Apresentação do Projeto:

Resumo

Este estudo priorizou o serviço social como trabalho profissional e, por meio dessa direção, pretende-se analisar como o trabalho do assistente social vem se desenvolvendo em instituições públicas do município de Coari, interior do Amazonas, principalmente a partir do enfrentamento da pandemia de covid-19. Para essa análise, elegeu-se três categorias analíticas centrais: Primeiro, transformações contemporâneas no mundo do trabalho; segunda, trabalho profissional do assistente social; e por última categoria, os fundamentos do Serviço Social. O trabalho profissional do assistente social desenvolveu-se a partir da divisão social e técnica do trabalho, com o desenvolvimento capitalista de produção e a expansão urbana, trazendo consigo a emergência de novas formas da questão social, a qual se tornou a base para a demanda desse trabalho especializado. Nesse sentido, a abordagem teórico-metodológica que se pretende utilizar é a perspectiva da teoria social crítica, a partir de um recorte na constituição da profissão no contexto brasileiro, a partir da década de 1980. A relevância dessa pesquisa destaca-se da seguinte forma, para o município de Coari e para os profissionais de Serviço Social, especialmente para os que participarão da pesquisa, isso se dará na constituição de novas possibilidades de avaliação do trabalho profissional do assistente social, cooperando para a identificação de potencialidades e possíveis fragilidades profissionais, e fomentará também a elaboração de propostas para a atuação

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.269.708

do assistente social. Além disto, espera-se ainda, contribuir também, para a melhoria dos serviços institucionais públicos do município de Coari em favorecimento à população coariense.

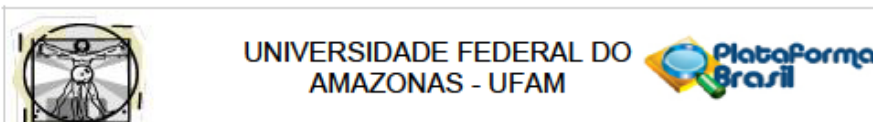
Hipótese

A questão que se configura como problema norteador da pesquisa, caracteriza-se em analisar como é desenvolvido o trabalho profissional do assistente social em instituições públicas de Coari-AM, especialmente nesse momento de enfrentamento da Covid-19? A análise do trabalho do assistente social na conjuntura contemporânea é condição necessária, pois segundo Antunes e Praun (2015) a partir da década de 1990 com o fortalecimento neoliberal no contexto brasileiro desencadeou-se maiores alterações no modo do trabalho, modificando consideravelmente a formalização do trabalho, como também, os direitos trabalhistas, dentre outros agravantes. Nesse sentido, traz-se a hipótese que, então, o contexto de enfrentamento da Covid-19, apenas agravou o desenvolvimento do trabalho do assistente social em instituições públicas em Coari, sendo possível que a pandemia da Covid-19 tenha somente acelerado o processo de alterações no trabalho profissional, já em curso.

Metodologia Proposta:

Para alcançar os objetivos propostos, estabeleceram-se três fases, conforme detalhamento a seguir (CAMPOS, 2001): 1. Planejamento da pesquisa: trata-se da construção do Projeto de Pesquisa, o levantamento bibliográfico, revisão das literaturas, base teórica do objeto, leituras, discussões; fichamentos; qualificação do projeto e posteriores ajustamentos; e submissão da pesquisa junto ao Comitê de Ética e Pesquisa - CEP. Nesse processo de pesquisa o sigilo e preservação da identidade dos sujeitos participantes será resguardado em todas as fases, ou seja, antes, durante e após à pesquisa. Contudo, cabe destacar que para formalização do sigilo em preservar a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa, será utilizado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, na conformidade do que é preconizado pelo Comitê de ética da Universidade Federal do Amazonas CEP-UFAM. Referente ao respaldo para autorização junto às instituições públicas, lócus da pesquisa, solicitaremos a liberação de Termo de Anuência para realização e consentimento da pesquisa. Destacamos ainda, que conforme a Res. CNS nº 466/2012 “toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e na existência de danos à dimensão

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM Município: MANAUS	
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



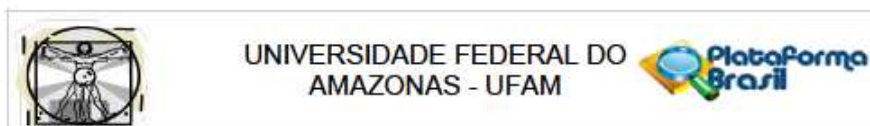
Continuação do Parecer: 5.269.708

física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente" (Dos Termos e Definição II.2.2, Res. CNS nº 486/2012), na ocorrência de dano a assistência ao sujeito participante da pesquisa será imediatamente – que corresponde, aquela experiencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e integralmente – é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa (Dos Termos e Definições II.3.1 e II.3.2, Res. CNS nº 486/2012). 2. Coleta de dados/informações: Constitui-se na pesquisa de campo, propriamente dita, na coleta de informações e dados no lócus da pesquisa; abarca o levantamento documental, tais como: plano e projetos de ação do assistente social, planos de ação institucional, etc. Ainda nesta fase serão realizadas entrevistas do tipo semi-estruturadas, com utilização de roteiro orientador da entrevista. Dada as circunstâncias impostas pela Pandemia do novo coronavírus, estabeleceu-se como medida de segurança para evitar aglomeração e possível contaminação do vírus a realização das entrevistas na modalidade virtual, que realizar-se-á como: Entrevista virtual (online) por meio de reuniões pela Plataforma Google Meet, com duração de no máximo 60 minutos (se necessário, agendaremos nova reunião virtual, se o participante concordar; nessa fase ainda, se permitido pelo participante a entrevista será gravada para manter-se a transcrição fidedigna da fala dos sujeitos. Destaca-se que para esse fim será salvaguardado o instituído na Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, de 03 de março de 2021, a qual traz orientações para procedimentos em pesquisa com qualquer etapa em ambiente virtual. Assim, estruturou-se uma visão geral do número de assistentes sociais que atuam no município, são no total 37 assistentes sociais lotados em 16 instituições públicas de Coari (SEMAD, 2020). A partir desse quantitativo total, a escolha dos sujeitos foi definida pelas esferas institucionais Federal, Estadual, e Municipal, que possuíssem assistente social no quadro funcional da instituição. A partir disso, através de levantamento exploratório os sujeitos da pesquisa são: Dois (02) assistentes sociais da esfera Federal; Dois (02) da esfera Estadual; e, seis (06) assistentes sociais da esfera municipal. Assim o universo da pesquisa de campo constitui-se em 10 (dez) assistentes sociais.

Assim, segue-se para a fase 3, a análise dos dados/informações: 3. Por fim, a terceira e última fase: Análise do material coletado: corresponde a organização e análise do material adquirido durante todo o processo de execução da pesquisa. Nesse momento, faz-se a interlocução reflexiva das informações registradas.

Metodologia de Análise de Dados

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.269.708

A análise do material coletado corresponderá a organização e análise do material adquirido durante todo o processo de execução da pesquisa. Nesse momento, faz-se a interlocução reflexiva das informações registradas e analisadas com base no referencial teórico construído acerca do objeto investigado, "este permite maior clareza na organização dos dados e também iluminam a análise dos dados organizados, embora não possam direcionar totalmente essa atividade, sob pena de anulação da originalidade da pergunta inicial" (MINAYO, 2001, p. 18-19).

Critério de Inclusão

Os profissionais que estiverem em pleno exercício profissional, respondendo às demandas do Serviço Social no cotidiano de trabalho; e manifestarem interesse em participar da pesquisa.

Critério de Exclusão

Os profissionais sem vínculo de trabalho nas instituições selecionadas como lócus da pesquisa; os profissionais que no período da coleta de dados estejam afastados por razões diversas; assistentes sociais que estejam em função meramente administrativa, sem imersão na rotina do serviço social.

Tamanho da Amostra no Brasil: 10 participantes;

O Cronograma de Execução está detalhado e prevê a etapa de Pesquisa de Campo: realização das entrevistas entre 19/03/2022 e 31/03/2022;

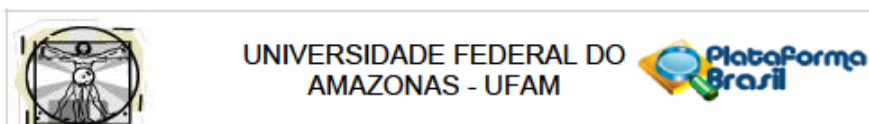
O Orçamento Financeiro está detalhado e prevê um custo de R\$ R\$ 9.020,78 e é indicado Financiamento Próprio.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar de que forma vem sendo desenvolvido o trabalho profissional do assistente social em instituições públicas de Coari-AM, especialmente no período pandêmico.

Endereço:	Rua Teresina, 4950	CEP:	69.057-070
Bairro:	Adrianópolis		
UF:	AM	Município:	MANAUS
Telefone:	(92)3305-1181	E-mail:	cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.269.708

Objetivo Secundário:

Conhecer a percepção do assistente social acerca das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e de seus impactos no cotidiano do trabalho profissional; Investigar como o assistente social responde às demandas profissionais e às demandas institucionais atuais; Identificar as bases teórico-metodológica e ético-política utilizada pelo assistente social como suporte na construção dos processos de seu trabalho institucional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a pesquisadora responsável:

Riscos:

conforme a Res. CNS nº 466/2012 "toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e na existência de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente" (Dos Termos e Definição II.22, Res. CNS nº 466/2012), na ocorrência de dano a assistência ao sujeito participante da pesquisa será imediatamente – que corresponde, aquela experiencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e integralmente – é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa (Dos Termos e Definições II.3.1 e II.3.2, Res. CNS nº 466/2012). Nesse sentido, e considerando o contexto de pandemia de covid-19, momento mundial atípico, considerando risco de contaminação e proliferação do vírus, os riscos da pesquisa podem ainda configurarem-se na ocorrência de todo e qualquer tipo de constrangimento aos entrevistados, possíveis desconfortos associados a verbalização de acontecimentos importantes, cansaço ou estresse, ou ainda, danos psicológicos em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, etc. Ressalta-se que havendo necessidade de atendimento especializado, em razão de alguma ação durante ou posterior a entrevista, sendo dela originada, o sujeito da pesquisa será encaminhado para a rede pública de serviços ofertados no município de Coari, que prestem apoio nestas situações.

Benefícios:

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.269.708

Esse estudo contribuirá no sentido geral para a categoria profissional dos assistentes sociais, para a academia e também para o município de Coari, pois a produção de conhecimento favorece a sociedade em geral e possibilitará a constituição de melhorias para o trabalho do assistente social no contexto atual e, conseqüentemente, para os usuários desses serviços. Quanto à contribuição para âmbito acadêmico, destaco a relevância da produção de novos conhecimentos, a partir da análise reflexiva do exercício profissional, no sentido de fornecer a formação a articulação com o processo societário no presente. Para a categoria profissional, essa pesquisa contribuirá para gerar dados que impulsionam a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e estejam em consonância com os princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de protocolo de segunda versão do projeto "O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE COARI-AM", em resposta ao parecer nº 5.214.820;

Pesquisador Responsável:

FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS SANTOS - Pesquisadora mestranda do curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM. Desenvolve a pesquisa na área do Trabalho Profissional do Assistente Social na zona interiorana do Estado do Amazonas (Fonte: Plataforma Lattes);

Equipe de pesquisa. Estão indicados no PB:

MARCIA PERALES MENDES SILVA - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (1985), Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995), Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e Pos-doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (2018). É Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas, onde atua no ensino de graduação em Serviço Social e nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (Mestrado) e

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: oep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.269.708

Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (Mestrado e Doutorado). É líder (sic) do Grupo de Estudos e Pesquisas Contemporâneas sobre Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA) desde 2001 e tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Política, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, direitos, avaliação, exercício profissional e criança e adolescente. Exerceu o Cargo de Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização - PROEXTI (2005- 2009). Vencedora do Prêmio Samuel Benchimol na categoria Personalidade Amazônica 2011. Coordenou pesquisas financiadas pela FINEP, FAPEAM, CNPq e Observatório Social (CUT). Exerceu o cargo de Reitora da Universidade Federal do Amazonas de julho de 2009 a junho de 2017. Foi presidente do Fórum de Reitores da Região Norte (2009 a 2011), Coordenadora da Regional Norte da ANDIFES (2012-2013-2014), representante da ANDIFES na Comissão da CAPES de Monitoramento do Plano Nacional de PósGraduação (sic) e Vice-Presidente da ANDIFES no período (sic) de agosto de 2014 a agosto de 2015. Desde 2019 é Diretora-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM (Fonte: Plataforma Lattes);

Natureza do projeto:

Grandes Áreas do Conhecimento (CNPq)
Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas

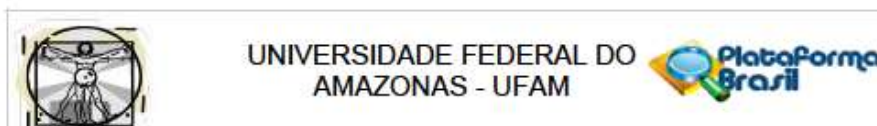
O protocolo trata de projeto que deve atender além da Res. 466/2012-CNS a Resolução nº 510/2016 - Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e NORMA OPERACIONAL Nº 001/2013.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

FOLHA DE ROSTO: ADEQUADA. Apresentada no arquivo FOLHADEROSTO_CORRIGIDA.pdf,05/02/2022 14:58:17, com a assinatura do pesquisador e da Dra. Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), como instituição proponente;

TERMO DE ANUÊNCIA: ADEQUADO. Apresentado no arquivo Carta_Anuencia_Instituicao.pdf, 22/12/2021 21:19:05, a anuência assinada por: JOSIELY CABRAL DA GAMA - Secretária municipal de desenvolvimento social; ELDER MORIZ CORRÊA - Diretor geral substituto do IFAM campus Coari; JOSÉ CARLOS FERREIRA PINHEIRO - Secretário municipal de saúde; FABRÍCIO DA ROCHA BOTELHO -

Endereço:	Rua Teresina, 4950	CEP:	69.057-070
Bairro:	Adrianópolis		
UF:	AM	Município:	MANAUS
Telefone:	(92)3305-1181	E-mail:	cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.269.708

Diretor geral do hospital regional de Coari; RODRIGO ALVES DE ALMEIDA - Coordenador Adjunto Administrativo CREC; VERA LÚCIA IMBIRIBA BENTES - Diretora do instituto de saúde e biotecnologia / ISB -Coari;

JEANY DE PAULA AMARAL PINHEIRO - Presidente em exercício câmara municipal de Coari;

EDIVALDO GONÇALVES DE HOLANDA - Secretário municipal de educação e cultura;

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ADEQUADO; Apresentado no arquivo: ROTEIRO_FORMULARIO_INSTRUMENTO_COLETADEDADOS.pdf, 18/02/2022 20:24:42;

TCLE: ADEQUADO. Apresentado no arquivo TCLE.pdf, 22/12/2021 19:42:00.

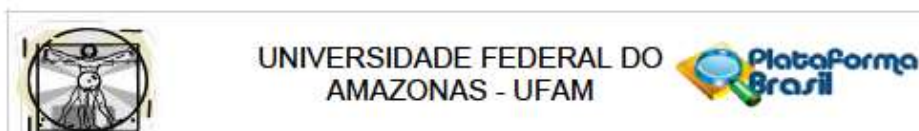
Recomendações:

Este CEP/UFAM analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 466/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares. A aprovação do protocolo neste Comitê NÃO SOBREPÕE eventuais restrições ao início da pesquisa estabelecidas pelas autoridades competentes, devido à pandemia de COVID-19. O pesquisador(a) deve analisar a pertinência do início, segundo regras de sua instituição ou instituições/autoridades sanitárias locais, municipais, estaduais ou federais. Pesquisas no âmbito da Universidade Federal do Amazonas devem atender ao estabelecido no Of. Circ. Nº008/PROPESP/2020/2020/PROPESP/UFAM e às orientações do Plano de Contingência da Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19): "As atividades de Pesquisa com seres humanos devem ser suspensas, à exceção das que estejam trabalhando nas áreas de saúde, diretamente relacionadas ao Coronavírus ou que necessitem de acompanhamento contínuo, com as devidas precauções e autorização das autoridades de saúde pública do estado do Amazonas".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram encontrados óbices éticos.

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.269.708

Considerações Finais a critério do CEP:

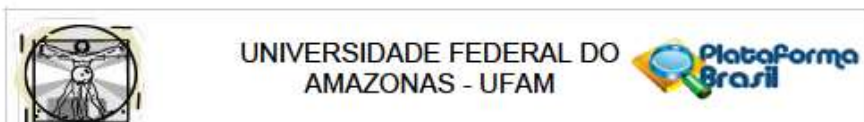
As pesquisas atuais em ciências sociais, as questões públicas relacionadas à discriminação de gênero, e a crescente consciência de igualdade e movimentos em todo o mundo, esclarecem que a categorização em duas opções gênero está desatualizada.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1847564.pdf	18/02/2022 20:33:29		Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	18/02/2022 20:32:30	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_PROJETO.pdf	18/02/2022 20:30:27	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	18/02/2022 20:26:28	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS	Aceito
Outros	ROTEIRO_FORMULARIO_INSTRUMENTO_COLETADEADOS.pdf	18/02/2022 20:24:42	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS	Aceito
Outros	EQUIPE_DE_PESQUISA.pdf	18/02/2022 20:20:07	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS	Aceito
Outros	CURRICULO_LATTES_FRANCISCA.pdf	18/02/2022 20:18:34	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO_CORRIGIDA.pdf	05/02/2022 14:58:17	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS	Aceito
Declaração de concordância	Carta_Anuencia_Instituicao.pdf	22/12/2021 21:19:05	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	22/12/2021 20:28:31	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/12/2021 19:42:00	FRANCISCA TRINDADE PEREIRA DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.269.708

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 02 de Março de 2022

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com